

CAMINHOS DO CURSO DE HISTÓRIA NA UNILA

da ênfase em direitos humanos à ênfase
em América Latina

Clovis Antonio Brighenti
Evander Ruthieri da Silva
Hernán Venegas Marcelo
Paulo Renato da Silva
Rosângela de Jesus Silva
(org.)



EdUNILA

A collection of small, stylized paisley motifs in various colors (olive green, pink, yellow, and dark grey) scattered in the top left corner of the page.

CAMINHOS DO CURSO DE HISTÓRIA NA UNILA

da ênfase em direitos humanos à ênfase
em América Latina



UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Diana Araujo Pereira *Reitora*

Rodne de Oliveira Lima *Vice-reitor*

EDUNILA – EDITORA UNIVERSITÁRIA

Julio da Silveira Moreira *Coordenador da EDUNILA*

Leonel Gandi dos Santos *Vice-coordenador da EDUNILA
e Bibliotecário-documentalista*

Andréia Moassab *Membra da Coordenação Executiva*

Ailda Santos dos Prazeres *Assistente em administração*

Claudinéia Pires *Assistente em administração*

Francieli Padilha Bras Costa *Programadora visual*

Ricardo Fernando da Silva Ramos *Assistente em administração*

CONSELHO EDITORIAL

Julio da Silveira Moreira *Presidente do Conselho*

Leonel Gandi dos Santos *Vice-presidente do Conselho*

Débora Viletti Zuck *Representante dos/as técnico-administrativos/as em educação
da UNILA*

Raulandis Magdariaga Perez *Representante dos/as discentes de graduação da UNILA*

Janice Scheila Kieling *Representante dos/as discentes de pós-graduação da UNILA*

Selma Passos Cardoso *Representante do Instituto Latino-Americano de Tecnologia,
Infraestrutura e Território (ILATIT - UNILA)*

Diego Chozas Ruiz-Belloso *Representante do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura
e História (ILAACH - UNILA)*

Luiz Roberto Ribeiro Faria Junior *Representante do Instituto Latino-Americano de Ciências da
Vida e da Natureza (ILACVN - UNILA)*

Ramon Blanco de Freitas *Representante do Instituto Latino-Americano de Economia,
Sociedade e Política (ILAESP - UNILA)*

Avacir Gomes dos Santos Silva *Representante externa - Professora Associada no Curso de
Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)*

Edilma de Jesus Desidério *Representante externa - Professora voluntária no Campus do
Sertão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)*

Lilibeth Janneth Zambrano Contreras *Representante externa - Coordenadora da Rede Internacional
de Pesquisadores de Literatura Comparada - REDILIC, do
Instituto de Pesquisa Literária "Gonzalo Picón Febres", da
Faculdade de Ciências Humanas e Educação, da Universidade de
Los Andes, Mérida, Venezuela*

Ricardo Scavone Yegros *Representante externo - Membro da Academia Paraguaya de la
Historia e Diretor Geral da Academia Diplomática e Consular
do Ministério de Relaciones Exteriores do Paraguai*

Jorge Luiz Favaro *Representante externo - Docente em Extensão e
Desenvolvimento Rural na UNICENTRO*

Clovis Antonio Brighenti
Evander Ruthieri da Silva
Hernán Venegas Marcelo
Paulo Renato da Silva
Rosangela de Jesus Silva
(org.)

CAMINHOS DO CURSO DE HISTÓRIA NA UNILA
DA ÊNFASE EM DIREITOS
HUMANOS À ÊNFASE EM AMÉRICA LATINA

Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

EDUNILA

Editora da
Universidade Federal da
Integração Latino-Americana

2026

© 2026 EDUNILA – Editora Universitária

EQUIPE EDITORIAL

Julio da Silveira Moreira	<i>Edição e Preparação de Originais</i>
Nicolly Rocha de Souza [Órbita]	<i>Normalização e Revisão em Português</i>
Heloise Reis Ventura	<i>Revisão de Texto em Português</i>
Julián David González Moreno e Nicolly Rocha de Souza [Órbita]	<i>Revisão de Texto em Espanhol</i>
Hanna Lara Martins Lobo [Órbita]	<i>Projeto Gráfico e Diagramação</i>

Catálogo na Publicação (CIP)

C183 Caminhos do curso de História na UNILA: da ênfase em direitos humanos à ênfase em América Latina / Clovis Antonio Brighenti et al. (org.). -- Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2026. PDF (169 p.) : il.

ISBN: 978-65-86342-80-2

1. Ensino superior. 2. História. 3. UNILA – Universidade Federal da Integração Latino Americana. I. Brighenti, Clovis Antonio. II. Título.

CDD 907.11
CDU 378:93(8)

Ficha Catalográfica elaborada por Leonel Gandi dos Santos CRB9/2269

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização prévia, por escrito, da editora. Direitos adquiridos pela EDUNILA – Editora Universitária.

Editora associada à:



EDUNILA
Editora da
Universidade Federal da
Integração Latino-Americana

EDUNILA – Editora Universitária
Campus Integração - Av. Tancredo Neves, 3147
Foz do Iguaçu – PR – Brasil | CEP: 85857-970
editora@unila.edu.br | <https://portal.unila.edu.br/editora>

PALAVRAS DA EDITORA

“De los libros honestos, piadosos y fortalecedores hablamos, que con espíritu americano, estudian problemas de América. No tanto de libros pomposos y retóricos, y de conocimientos abstractos universales, – cuanto de esos otros concretos y beneméritos, escritos al calor de nuestro sol, y en el fragor de nuestras luchas generosas, sangrientas como todas las entrañas”.

José Martí, Biblioteca Americana, 1884

A Coleção Semillas nasce da convicção de que a universidade pública, latino-americana e fronteiriça, deve valorizar e difundir os conhecimentos produzidos também em seus cursos de graduação. O que se apresenta aqui não são introduções genéricas, nem textos adaptados à lógica de manuais. São obras que emergem da vivência concreta de estudantes, docentes e técnicos em seus contextos formativos, das práticas acadêmicas que se cruzam no cotidiano do ensino, da pesquisa e da extensão.

Estes livros não apenas refletem, mas também projetam os percursos formativos da UNILA. As experiências de cada curso se expressam em objetos de estudo enraizados nos territórios, nas culturas e nos dilemas do continente. A graduação aparece, assim, como espaço legítimo de produção de conhecimento, no qual se praticam metodologias, constroem-se modelos, testam-se hipóteses, analisam-se dados e elaboram-se perguntas e respostas sobre a realidade.

Na UNILA, essa realidade se estende para além das fronteiras nacionais. Muitos estudantes desenvolvem pesquisas e ações de extensão nos países de onde vêm, estabelecendo uma troca ativa e crítica de saberes entre contextos latino-americanos diversos. A

formação universitária ganha, assim, uma dimensão internacional que não se dá por meio de transplantes teóricos, mas pela partilha situada de experiências e problemas.

A Editora da UNILA e a Pró-Reitoria de Graduação prestam reconhecimento ao trabalho das graduações da universidade, às suas estruturas curriculares, seus colegiados, professores e professoras, e sobretudo ao protagonismo estudantil que tem marcado o percurso institucional desde os primeiros anos, a exemplo dos componentes do Ciclo Comum de Estudos. As pesquisas e estudos desenvolvidos na graduação seguirão produzindo debate, diálogo e novas perguntas sobre os problemas e os caminhos da nossa região e da América Latina.

Sumário

APRESENTAÇÃO..... 12

INSURGÊNCIAS NA HISTÓRIA LATINO-AMERICANA

LO QUE LA TRANSICIÓN DEMOCRÁTICA DEJÓ: CÁRCELES, REFORMAS Y VIOLENCIA EN SÃO PAULO (1983-1993) 22

Tania Rodríguez Ravera

De lo que se trató... 24

Para finalizar... 33

AS TÁTICAS DO CAMPESINATO CONTRA A DITADURA MILITAR DE ALFREDO STROESSNER NO PARAGUAI..... 36

Paulo Alves Pereira Júnior

GRIOTTES SAPATONAS BRASILEIRAS E LAMPIÃO DA ESQUINA: UM DIÁLOGO DESAFIADOR 46

Ariana Mara da Silva

O Lampião da Esquina..... 49

Griottes sapatonas e Lampião: o diálogo 52

Um passinho desafiador..... 57

MASSACRES, ESTADO-NAÇÃO E COLONIALIDADE: UMA LEITURA DE ABYA YALA A PARTIR DA COLÔMBIA 60

Cauê Almeida Galvão

Estado-nação, identidade nacional e massacres	62
A conexão letal entre Estado, mineração e paramilitarismo	65
Primeira questão: como as lideranças veem a situação dos deslocamentos forçados na região sob o controle e liderança do CRIC?	66
Segunda questão: qual a visão dos líderes sobre os massacres ocorridos na região do CRIC desde 2001 (início das operações do Plano Colômbia)?	67
Terceira questão: de que modo os indígenas observam e são observados pelos grupos armados e pelo Estado?	68
Quarta questão: o que pensam sobre a instalação de multinacionais nos territórios organizados pelo CRIC?	69
Quinta questão: para o CRIC e os indígenas caucanos, há solução para o fim do conflito armado na Colômbia?	70
Sexta questão: o que pensam os indígenas, em especial o CRIC, em relação aos acordos de paz entre as FARC-EP e o Governo Colombiano?	70
Considerações finais	72

ESTADOS E IDENTIDADES NACIONAIS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

ARTE, HISTORIA Y ESTADO NACIONAL EN LA PRIMERA MISA EN CHILE, DE SUBERCASEAUX..... 74

Silvina Sosa Vota

La historia detrás del trabajo: el origen de la curiosidad	75
El camino: estructura y contenido	78
Un punto de partida: aclarar los conceptos	78
El asunto de las primeras misas	80
Subercaseaux y su contexto	81
Finalmente: La Primera Misa en Chile	83
Resultados	84
Comentarios finales	84

**A SEMANA ILUSTRADA DE HENRIQUE FLEIUSS
E O ALISTAMENTO MILITAR PARA A GUERRA
DO PARAGUAI..... 88**

Isadora Luiza Francisca Alves Flores

“Ridendo Castigat Mores” A Semana Ilustrada de Henrique Fleiuss	88
Os (in)voluntários da Pátria	90

**LA IDEOLOGÍA BATLLISTA EN EL
FRENTE AMPLIO..... 98**

Mariana Elizabeth Fernández Presa

La coyuntura	100
Las ideologías	101
¿Existe la continuidad de la ideología batllista en el Frente Amplio?	102

**O PATRIMÔNIO NACIONAL HAITIANO:
CITADELLE LAFERRIÈRE, PALAIS
SANS-SOUCI E RAMIERS 111**

Loudmia Amicia Pierre-Louis

**IDENTIDADE(S) LATINO-AMERICANAS: ETNICIDADES,
DIÁSPORAS E PROCESSOS TRANSNACIONAIS**

**EL TIEMPO ANDINO EN GUAMÁN POMA DE AYALA
Y JUAN DE SANTACRUZ PACHACUTI124**

Fabián Andrés Torres Chacón

El tiempo en Guamán Poma de Ayala	124
El tiempo andino en la obra de Santa Cruz Pachacuti Yamque	130
Consideraciones finales	136

PALENQUE DE SAN BASÍLIO: COMUNIDADE E HÁBITOS NOS MONTES DE MARÍA, COLÔMBIA 140

Raquel Santos Souza

Palenque de San Basilio: marco das rebeliões e liberdades de escravizados na América Latina	142
Medicina tradicional de Palenque: plantas locais e práticas ocidentais	145
O Bullerengue entre o florescer e a morte	147
Considerações Finais	149

LA GASTRODIPLOMACIA CHINA EN AMÉRICA LATINA..... 152

Matías Maximiliano Martínez

La receta de la gastrodiplomacia	153
China y la gastrodiplomacia: pasado y presente	156
Consideraciones finales	158

SOBRE OS AUTORES161

SOBRE OS ORGANIZADORES.....166

APRESENTAÇÃO

A História do curso de História – América Latina (Bacharelado) remonta a um projeto anterior, cuja proposta era a implantação de uma graduação em História e Direitos Humanos na América Latina, a qual ofereceria concomitantemente as modalidades de Bacharelado e Licenciatura. A proposta fora elaborada por um grupo de trabalho formado pelos professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), então tutora da UNILA: Carlos Roberto Antunes dos Santos (*in memoriam*), Luiz Geraldo Silva e Dimas Floriani. Em 2010, a Portaria nº103/2010 definiu a nomenclatura do curso como História – Direitos Humanos na América Latina.

Os professores Luiz Geraldo e Carlos Roberto, vinculados ao Departamento de História da UFPR, e Dimas Floriani, do Departamento de Ciências Sociais, elaboraram uma proposta marcada pela interdisciplinaridade. Estavam previstas disciplinas de Arqueologia, Antropologia, Sociologia, Filosofia, Economia, Geografia, Filosofia, Direito e História da Educação. A disciplina-ridade da História estava contemplada por disciplinas como História Ibérica, História do Mundo Indígena, Teoria da História I e II, História da América Latina Colonial I e II, História da América Latina Independente I e II, História da África I e II, História da América Latina Contemporânea I e II, Memória e História, Metodologia da Pesquisa e Ensino I e II, História e Historiografia e História e Direitos Humanos I e II.¹ O primeiro concurso da UNILA na área de História, realizado em maio de 2010, visava atender a essa proposta. Carlos Roberto e Luiz Geraldo compuseram a banca examinadora ao lado da professora uruguaia Selva López Chirico.

¹ A proposta previa ainda os “Módulos Instrumentais” que contemplavam as línguas inglesa, espanhola e portuguesa, Técnicas de Gestão de Documentos e Referências Bibliográficas, Oficinas de Leitura e Elaboração de Textos (Português e Espanhol) e Oficinas de Resolução de Problemas da América Latina.

A construção do curso de História – América Latina foi e segue sendo pensada por um grupo heterogêneo de docentes e discentes de várias partes da América Latina e Caribe, mas também da África e da Europa. A riqueza cultural das diversas contribuições que pensaram o curso aparece tanto no seu corpo docente como no discente. O núcleo inicial do curso contou com apenas dois professores, um brasileiro e um colombiano, respectivamente Paulo Renato da Silva, especialista em peronismo, stonismo e relações Argentina-Brasil-Paraguai e Gerson Galo Ledezma Meneses, especialista em História das Relações Internacionais e interculturalidade/colonialidade/decolonialidade, os quais permanecem até hoje no quadro da instituição. Em 2011 se incorporou ao grupo a primeira mulher, a professora Cleusa Gomes da Silva, brasileira, especialista em estudos de gênero, diversidade e colonialidade/decolonialidade na América Latina e Caribe.

No mesmo ano, esse grupo recebeu da Reitoria, a cargo do Prof. Hégio Trindade, a incumbência de fazer alterações na proposta inicial do curso para adequá-la ao Ciclo Comum de Estudos da universidade e a diretrizes que facilitariam o seu reconhecimento no Brasil e no exterior. O nome seria redefinido por uma nova portaria, a 420/2011, para História da América Latina. Ainda naquele ano, a primeira turma de estudantes de História iniciou sua jornada na universidade. Mas seria apenas em 2012 que a Resolução 004/2012, do Conselho Superior *Pró-Tempore*, definiria a nomenclatura atual do curso: História – América Latina. As mudanças de nome são resultado tanto da necessidade de tornar o curso mais fácil de ser reconhecido por instituições estrangeiras quanto de muitas conversas, debates e amadurecimentos em busca de uma proposta que colocasse a história da América Latina em primeiro plano, o que pode ser observado em sua matriz curricular bastante singular se comparada a outros cursos de graduação em História no Brasil.

Em 2012, o grupo inicial foi reforçado por novos colegas que também ajudariam na reelaboração da proposta inicial do curso. Nesse momento, com quatro novas contratações, dobrou o número de docentes, garantindo a chegada de um cubano e três brasileiros: Hernán Venegas Marcelo, especialista em patrimônio, turismo e interessado no ensino de História da Europa e América Latina; Alexandre Camera Varella, especialista nas relações sociais e de poder entre indígenas e ibéricos durante o período da colonização; Cezar Karpinski, especialista em História e Meio Ambiente; e Rodrigo Faustinoni Bonciani, especialista em História Atlântica e o tráfico de escravizados africanos. Os professores Karpinski e Bonciani já não fazem mais parte do curso, embora tenham deixado importantes contribuições. O professor Bonciani segue colaborando no Programa de Pós-Graduação em História da UNILA (PPGHIS), outro fruto do curso História – América Latina, inaugurado em 2019 com a participação quase integral do corpo docente do curso de graduação.

A nova proposta diluiu o tema dos direitos humanos transversalmente nas disciplinas. Além disso, manteve o princípio da interdisciplinaridade com o Ciclo Comum de Estudos, ministrado por docentes de diferentes áreas, e disciplinas como Introdução ao Conceito de Cultura e Invenção da América, comumente ministradas, respectivamente, por docentes dos cursos de Antropologia e Mediação Cultural. A nova proposta permitia ainda a discentes construir sua própria trajetória interdisciplinar a partir de disciplinas optativas que poderiam ser cursadas em diferentes cursos e áreas. Outra novidade foi a incorporação de disciplinas específicas sobre gênero, diversidade cultural, relações inter-regionais, História da Ásia, imagens e oralidades. Além da manutenção da interdisciplinaridade e da preocupação com os direitos humanos, a proposta do curso de História – América Latina manteve o objetivo de uma formação crítica, focada em América Latina, África

e Ásia, que fornecesse aos estudantes elementos para questionar os referenciais eurocêntricos nos quais estão pautados a modernidade ocidental.

Em 2014, em vias de se formar a primeira turma, se uniram ao curso: a professora Mirian Santos Ribeiro de Oliveira, especialista em História da Ásia com ênfase em Índia contemporânea e viajantes entre Ásia e América Latina; a professora Rosângela de Jesus Silva, especialista em Imprensa Ilustrada no século XIX e interessada nas relações entre imagem e história e História da Arte; o professor Clovis Antonio Brighenti, especialista em história das Sociedades Indígenas na América Latina com ênfase no sul do Brasil; e o professor Gustau Nerin Abad, este último especialista em colonialismo espanhol na África. Gustau é catalão e deixou o curso de História em 2016. Com sua saída um novo concurso foi realizado para a área e foi contratado o professor congolês Jean-Bosco Kakozi Kashindi, especialista em pensamento africano, Ubuntu e escravidão africana, o qual chegou à UNILA em 2019. Em 2020, Kakozi deixou a graduação, mas seguiu como colaborador no PPGHIS da UNILA até 2024. Em 2015 seria a vez do professor Pedro Afonso Cristovão dos Santos, especialista em Teoria, História das Ideias e História da Historiografia, se unir ao grupo. Em 2019 também se juntou ao curso o professor Tiago Bonato, especialista em História da América na primeira modernidade. A última incorporação ao curso, em 2020, foi do professor Evander Ruthieri da Silva, especialista em História da África, Estudos Africanos e Afrodiaspóricos e nas relações entre História e Literatura.

Além dos professores concursados, o curso de bacharelado em História contou com a preciosa colaboração de vários professores visitantes e substitutos. Na categoria visitante, sendo o professor estrangeiro, ele poderia permanecer até quatro anos no curso. Esse foi o caso do professor cubano Samuel Quirino Oliveros Calderón, o qual trouxe para o curso muitas contribuições sobre o Caribe, ainda pouco estudado na UNILA. Entre os visitantes, também estiveram a professora Janice Theodoro da Silva, o profes-

sor Fabio Luis Barbosa dos Santos, o professor argentino Esteban Campos e, atualmente, o professor Clécio Ferreira Mendes é nosso professor visitante.

Desde sua criação, o curso de História – América Latina também contou com a presença de docentes substitutos, os quais, mesmo com estadias de no máximo dois anos, foram fundamentais para o funcionamento do curso e contribuíram com a formação discente, em atividades de pesquisa e extensão.

Tivemos também contribuições fundamentais de profissionais da área de História que atuam em outros cursos da instituição ou mesmo nas disciplinas de Fundamentos de América Latina (FAL), obrigatória para todos os cursos de graduação da UNILA. Esses profissionais ofertaram disciplinas no curso, como as professoras Ana Rita Uhle, Endrica Geraldo, Tereza Spyer e Viviane Araújo da Silva, todas brasileiras.

Temendo deixar de fora algum nome, optamos por não citar nominalmente, mas não podemos deixar de considerar professores do Ciclo Comum de Estudos, que compreende a área de Línguas (Espanhol e Português), Ética e Ciência e Fundamentos de América Latina, os quais enriqueceram a formação de egressos e estudantes que passaram pelo curso de História – América Latina.

Outro diferencial do curso e que, certamente, foi e segue sendo marcante na formação de discentes e docentes, foi e é a presença de estudantes estrangeiros. Entre 2011 e 2024, o curso contou com estudantes de 13 países da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Cuba, El Salvador, Haiti, México, Paraguai, Peru, Venezuela e Uruguai), nacionalidades que contribuíram para ampliar e complexificar nossos debates e conhecimentos sobre a América Latina e o Caribe.

É essa diversidade humana que possibilitou a escrita conjunta desse livro, o qual, além de celebrar a primeira década do curso de História – América Latina e seus ricos frutos, também quer ser um manifesto da importância de estudar nossa região. A seleção dos trabalhos se baseou no cruzamento de diferentes critérios: nota

obtida na defesa da monografia; variedade temática das pesquisas; presença de pesquisadores de diferentes nacionalidades e estudantes que continuaram a carreira acadêmica na pós-graduação. Os textos são versões resumidas e atualizadas de seus trabalhos de conclusão de curso. Todos seguem levando o nome de nossa instituição através da excelência de suas pesquisas e trajetórias, preocupados em conhecer e divulgar a América Latina e o Caribe.

Na primeira parte, apresentamos trabalhos que colocam em primeiro plano histórias de organização e mobilização político-social frente a autoritarismos e preconceitos, notadamente racismo e homofobia. São trabalhos que questionam a passividade política muitas vezes atribuída aos povos latino-americanos.

Tania Rodriguez tem como foco os privados de liberdade e sua mobilização por direitos na década de 1980, ainda sob a ditadura militar brasileira (1964-1985), o que resultou em uma – incipiente – política de “humanização” dos presídios. A autora destaca que o caráter incipiente dessa política – e da transição para a democracia – foi evidenciado pelo Massacre do Carandiru (1992), episódio de extrema violência policial no qual foram assassinadas 111 pessoas, segundo os dados oficiais – sem contar os feridos. Relaciona o Massacre ao surgimento, no ano seguinte, do Primeiro Comando da Capital (PCC), um dos principais grupos de crime organizado atuantes no Brasil e em outros países. A autora maneja um repertório variado de fontes como legislação, imprensa, músicas e fotografias para analisar as experiências e memórias dos privados de liberdade no período analisado.

Paulo Alves analisa o Informe Final da Comissão da Verdade e Justiça do Paraguai, publicado em 2008. A Comissão foi instituída em 2003 para denunciar os crimes cometidos pela ditadura do general Alfredo Stroessner (1954-1989) e delinear políticas de reparação histórica e às vítimas do terrorismo de Estado. Analisa as ações do campesinato contra a ditadura e a repressão desencadeada sobre o campo paraguaio, mais precisamente sobre as Ligas Agrárias Cristãs (LAC). A pesquisa é uma contribuição valiosa

para o conhecimento de uma ditadura ainda pouco frequentada pelos historiadores. Sua monografia foi a primeira a ser defendida no curso de História – América Latina.

Ariana Mara dialoga com o conceito de interseccionalidade para discutir as experiências históricas de lésbicas negras, suas articulações políticas, inserções em movimentos sociais e estratégias cotidianas de enfrentamento e sobrevivência às violências físicas e simbólicas. A análise concentra-se, também, no jornal *O Lameirão da Esquina*, um dos principais periódicos voltados ao público homossexual que circulou no Brasil entre os anos de 1978 e 1981, com ênfase na presença de gays negros e mulheres negras nas suas páginas, para assim questionar, também, os processos de invisibilização de mulheres lésbicas negras no Brasil contemporâneo.

Cauê Almeida analisa os contextos de violências na Colômbia, discutindo o papel das memórias de massacres na formação da identidade nacional. Em sua pesquisa, realizou entrevistas com lideranças do CRIC (Consejo Regional Indígena del Cauca) na região do Cauca, historicamente permeada por diversos conflitos devido à concentração de boa parte da população indígena, afrocolombiana e campesina. Assim, seu texto é permeado por narrativas e memórias de sujeitos históricos que refletem sobre as violências cotidianas e as formas de enfrentamento à violência estatal.

A segunda parte é composta por trabalhos que analisam como as identidades nacionais são construídas, mobilizadas e ressignificadas – constantemente – a partir de diferentes instrumentos como as artes, a imprensa, os embates político-partidários e o patrimônio histórico. Além disso, indicam como as identidades nacionais não são elementos endógenos, mas atravessadas por influências e processos transnacionais variados.

Silvina Sosa Vota realizou uma pesquisa com fontes visuais a fim de problematizar discursos fundacionais do Estado Nacional chileno e a construção histórica da pintura *La Primera Misa en Chile* (1904), do chileno Pedro Subercaseaux (1880-1956). A autora fez

um levantamento de representações picturais de primeiras missas, sobretudo, na América Latina, e analisou um livro de memórias do artista e a bibliografia sobre o tema e o período. Com esse material buscou entender as demandas políticas e sociais e como essa pintura e seu tema dialogavam com uma proposta de representação do Estado chileno pautada por valores “civilizatórios” cristãos e a subjugação dos indígenas. O artista acreditava que os “fundadores” representados na pintura seriam exemplos desses valores e sua memória poderia ter efeito pedagógico entre os contemporâneos do artista em um momento de grandes mudanças no cenário político, social e cultural chileno.

Isadora Luiza explorou o periódico ilustrado *Semana Ilustrada* (1860-1976) para investigar como a publicação representou os recrutamentos de “voluntários” para o conflito que envolveu quatro países do cone sul: Argentina, Brasil e Uruguai (Aliados) contra o Paraguai entre 1865 e 1870. A publicação apoiava o governo brasileiro e seu discurso de que a guerra era um esforço de luta da “civilização” (Tríplice Aliança) contra a “barbárie” (governo paraguaio de Solano López). Com o prolongamento do conflito e as precárias condições das tropas anunciadas na imprensa brasileira, o entusiasmo inicial de voluntários foi rapidamente arrefecido, mas a publicação do alemão Henrique Fleiuss seguiu condenando aqueles que resistiam a se voluntariar ao mesmo tempo em que enaltecia proprietários de escravizados que ofereciam “seus negros” para lutarem na guerra. Flores problematiza o discurso de valorização do “patriotismo” das elites brasileiras na publicação chamando atenção para a defesa de privilégios desse grupo social.

Mariana Elizabeth problematiza a história oficial do Uruguai, sobretudo a retomada do imaginário de uma “Suíça na América” a partir do golpe de Estado em 1973. Seu capítulo discute três questões principais. Em primeiro lugar, visa compreender os contextos em que o batllismo e o Frente Amplio (FA) surgiram numa perspectiva global, regional e local, para assim analisar as reverberações de modelos ocidentais no Uruguai. Em segundo lugar, o capítulo

propõe-se a caracterizar a ideologia batllista e a ideologia do FA, com atenção especial às continuidades e rupturas entre elas. Por fim, intenciona analisar criticamente a continuidade ideológica desses processos políticos.

Loudmia Amicia envereda para pensar a relação entre identidade, memória e Estado-nação, visando uma leitura crítica e decolonial da história e da cultura do povo haitiano. Tal empreitada é trazida pela autora ao campo patrimonial que, à diferença dos estudos prévios, distancia-se de estudos decorrentes mais focados na dimensão econômica-turística do patrimônio. O argumento tensiona a construção do campo patrimonial ao apontar a violência existente no processo de patrimonialização haitiano. Por fim, merecem destaque as fontes utilizadas para análise da cultura e do patrimônio, tais como constituições, decretos, leis, resoluções e documentos oficiais aos que teve acesso nos arquivos do centro de documentação do Instituto de Salvaguarda do Patrimônio Nacional (ISPAN) durante o trabalho de campo realizado no Haiti, entre julho e agosto de 2019.

Na terceira parte, o objetivo é ressaltar a diversidade histórico-cultural da região – o que já aparece em trabalhos anteriores. A América Latina não é só “latina” em sua formação e terminamos o livro ressaltando que “Nuestra América” é indígena, afrodescendente e palco de ações e disputas político-culturais internacionais.

Fabián Andrés tem como objetivo analisar documentos coloniais do século XVI e XVII, em especial as crônicas de Guamán Poma de Ayala e Santa Cruz Pachacuti. A partir de uma análise comparativa, o capítulo problematiza o modo como essas crônicas produziram descrições do passado andino, bem como os diálogos com a tradição europeia e cristã. A atenção do capítulo incide sobre o discurso a respeito do tempo nos manuscritos, observando neles uma rica descrição da sociedade andina.

Raquel Souza investiga uma das principais comunidades afrodescendentes na história e memória das populações africanas e afro diaspóricas na América Latina: o Palenque de San Basílio,

na Colômbia, cujo processo de formação, no século XVI, estava diretamente relacionado às iniciativas e estratégias de resistência diante da escravização e da violência colonial. Em diálogo com perspectivas anticoloniais e decoloniais, apresenta uma contextualização de San Basílio como um marco para as rebeliões, fugas e liberdades de escravizados na América Latina, e concentra-se no estudo de práticas corporais, como por exemplo a medicina tradicional palenqueira. Estudos como esse produzem contribuições significativas para a investigação histórica das “epistemologias do Sul”.

Para dar um “toque de sabor” aos textos apresentados, Matías Maximiliano traz um relato sobre a gastrodiplo-macia utilizada pelo governo chinês como ferramenta útil para uma melhor projeção mundial da imagem desse país asiático. O capítulo conceitua o termo e o diferencia de outros como “*food diplomacy*”, “*culinary diplomacy*” e “gastronacionalismo” para depois exemplificar tal ferramenta na projeção internacional das potências médias e intermediárias no século XXI. O autor inventariou as frentes principais de atuação da gastrodiplo-macia chinesa na América Latina: importantes páginas webs (china.com, El Diario del Pueblo y Radio China Internacional) e os 33 Institutos Confúcio fundados na América Latina. Por fim, chama a atenção para a importância de audiovisuais sobre a cultura e gastronomia chinesa.

Boa leitura!

INSURGÊNCIAS NA HISTÓRIA LATINO-AMERICANA

LO QUE LA TRANSICIÓN DEMOCRÁTICA DEJÓ: CÁRCELES, REFORMAS Y VIOLENCIA EN SÃO PAULO (1983-1993)

Tania Rodríguez Ravera

Este texto es una breve síntesis de algunos análisis y reflexiones plasmadas en la monografía de fin de curso de la Licenciatura en Historia, titulada *Entre los muros de la Transición Democrática: Privados de Libertad – Carandiru (1983-1993)*. Si bien han pasado unos largos diez años desde su escritura y defensa final, la perspectiva histórica con la que fue realizada, las preocupaciones que la motivaron y algunas de las consideraciones finales que allí se sostuvieron, permanecen vigentes para pensar la actualidad brasileña pero también latinoamericana. Brasil sigue estando entre los cinco países del mundo con mayor población carcelaria. En 2014 eran más de 700.000 personas, siendo 204.946 del Estado de São Paulo (Brasil, 2014).

La realidad carcelaria y la cuestión de la seguridad pública en general son de las problemáticas más complejas y difíciles de enfrentar y superar. La última dictadura civil-militar brasileña (1964-1985) vio desplegarse con más fuerza, en sus últimos años, movimientos de defensa de los derechos humanos que alzaban las voces por la situación de miles de personas privadas de libertad en malas condiciones y maltratadas. Esto, junto con otro conjunto de factores que se analizaron en esta investigación incipiente,

propició una ola de reformas enmarcadas en lo que se denominó “política de humanización de los presidios” desarrolladas principalmente en Río de Janeiro y São Paulo.

Ese proceso desencadenó diversas consecuencias y acontecimientos. La masacre ocurrida en la casa de detención de la capital paulista, Carandiru, el 2 de octubre de 1992, representó un ápice en la violencia estatal contra la población carcelaria a nivel estadual y nacional. Comenzó siendo una rebelión en el pabellón 9 y culminó en una intervención convertida en chacina por la fuerza de choque de la policía militar estadual, en complicidad con las autoridades, donde fueron asesinadas más de ciento once personas – ese es el número oficial – (Biondi, 2010; Rodríguez, 2014).

Esto impactó en la opinión pública e internacional, generando movilizaciones en repudio e innumerables coberturas y producciones al respecto (documentales, libros, canciones, películas, entre otras). A su vez, puso en debate la eficacia de las reformas que se venían desarrollando desde 1983 en el camino de nuevos paradigmas de derechos, garantizados con la Constitución brasileña de 1988. Carandiru fue el centro de reclusión más grande del continente latinoamericano por décadas. Inaugurado en la década de 1920, llegó a contener más de siete mil personas entre sus muros. Ubicado en la zona norte de la capital paulista, a su lado estaba el hospital penitenciario y la prisión femenina (aún existentes).

En ese sentido, en la monografía se buscó comprender el contexto en el que se desarrolló la masacre a través del estudio de distintos factores, teniendo en cuenta el proceso de transición y democratización que se vivía en el país desde mediados de los años 1980, así como la implementación de diversas políticas neoliberales. Se realizó a partir de la discusión bibliográfica y el análisis de fuentes como prensa, fotografías, datos estadísticos, documentales, textos u otras producciones realizadas por privados de libertad u organizaciones sociales, entrevistas y visitas de campo. A continuación, se presenta una síntesis de lo que fueron los capítulos de la misma.

De lo que se trató...

Una de las preocupaciones centrales del trabajo fue reconocer y visibilizar las experiencias históricas de las personas privadas de libertad y las interpretaciones que hicieron al respecto. La decisión de estudiar el sistema penitenciario estuvo guiada por el deseo de evidenciar la diversidad de sujetos históricos y de perspectivas que pueden integrar las narrativas historiográficas. A su vez, parecía necesario y útil enfocar la mirada en esos años debido a la certeza de que los tiempos de hoy heredan, lamentablemente, muchas huellas de lo que fueron los períodos dictatoriales.

En contraposición a las versiones hegemónicas, se intentó privilegiar fuentes no hegemónicas y populares de voces de exdetenidos y habitantes de las periferias. Algunas de esas obras fueron el libro *Diário de um detento – o livro* (2001), en el cual un ex preso relata su experiencia en el presidio Carandiru y caracteriza ese universo y el significado de la masacre para los prisioneros. Otro fue *Mães de Maio, Mães do Cárcere – A Periferia Grita* (2012), producido bajo la coordinación del *Movimento Mães de Maio da Democracia Brasileira*, organización de madres, familiares y amistades de víctimas de la violencia del Estado, principalmente en São Paulo. Un recurso indispensable fue la producción musical del grupo de hip hop Racionais MC's, principalmente dos canciones del disco *Sobrevivendo no Inferno*: “*Diário de um detento*” y “*Capítulo 4 Versículo 3*”.

El marco temporal elegido tuvo como ejes iniciales, por un lado, la Política de Humanización de los presidios en São Paulo desarrollada desde 1983 hasta 1986, promovida por quien era el Secretario de Justicia, José Carlos Dias. El objetivo era mejorar las condiciones de vida, generando un reconocimiento de los privados de libertad como sujetos sociales, ciudadanos con derechos a ser garantizados.

Por otro, la aprobación de la Ley de Ejecución Penal (LEP) en 1984, anterior a la reforma Constitucional de 1988, estableció los derechos y obligaciones de las personas privadas de libertad, el personal penitenciario y las normativas de funcionamiento desde la aplicación de las sentencias hasta los procesos de “reinserción” social. Sin dudas, las luchas por los derechos humanos en el marco de la dictadura, los discursos por la democratización, así como el fortalecimiento del paradigma de derechos y protección integral, fueron determinantes en estos procesos que abrieron un abanico de posibilidades para los presos que, hasta ese momento, eran algo casi que impensable.

En ese camino, con el fin de la dictadura cívico-militar en 1985, se promovió una Reforma Constitucional (aprobada en 1988) que significó el momento cumbre del proceso de redemocratización brasileña, en tiempos de reconfiguraciones del orden mundial a partir del fin de la Guerra Fría y la implantación del modelo neoliberal.

La masacre de Carandiru representó el choque entre el discurso democrático enunciado y difundido a la sociedad brasileña, desde las fuerzas estatales y los medios de comunicación, con las permanencias represivas y autoritarias heredadas del régimen militar. Además, se considera que la masacre tuvo un papel destacado en las alianzas políticas desarrolladas a partir de ese entonces, principalmente en lo referente a las elecciones municipales que acontecieron al día siguiente, el sábado 3 de octubre de 1992.

El cierre temporal de este estudio es el año 1993 por representar la erupción, dentro de las prisiones de São Paulo, del Primeiro Comando da Capital (PCC). Esa agrupación de narcotráfico y “crimen organizado”, se configura actualmente como una de las más grandes y fuertes del Cono Sur. En 2001 incentivaron una mega rebelión en varios presidios de la capital paulista, inclusive en el Carandiru, que sería de las mayores en la historia brasileña. Sur-

gido un año después de la masacre, se reflexionó sobre el impacto de los acontecimientos en la conformación del PCC, en cuanto respuesta de canalización de ciertas demandas que no eran atendidas.

El primer capítulo se llamó “*Temperos académicos*” y se dividió en tres apartados: *Trayectorias*, *Los porqués* y *Los frentes*. Allí se presentó una argumentación más desarrollada sobre la elección del tema de estudio y los parámetros teórico-metodológicos que se eligieron y construyeron para eso. Se optó por la interdisciplinariedad como herramienta de estudio y comprensión, dialogando entre distintos campos del conocimiento como son las ciencias sociales, las artes, la comunicación, el urbanismo, entre otras. Los estudios latinoamericanos, por las propias problemáticas que abordan, siempre se han caracterizado por esa interdisciplinariedad (Aricó, 1987; Cairo; Sierra, 2008). Esto permite identificar y analizar las interrelaciones entre los diversos procesos específicos dentro de una totalidad, como podría ser la historia de las prisiones y su relación con los sectores populares.

Así es que se intentó delinear un trayecto propio a nivel teórico, que evidenciara la formación particular recibida en la UNILA y el ánimo, siempre impulsado por docentes y una universidad en pleno desarrollo, de crear pensamiento latinoamericano desde nuestras propias realidades, experiencias e interpretaciones, reconociendo el derecho que durante mucho tiempo nos fue negado a las ciencias latinoamericanas de considerar nuestras miradas y producciones científicas como válidas.

En ese camino, este trabajo se encuadró en el campo de la Nueva Historia Social latinoamericana. Desde las décadas de 1970 y 1980 se promovieron nuevas interpretaciones históricas, identificando temas y problemáticas a ser indagadas y reconociendo el protagonismo de sujetos históricos hasta ese momento mayormente invisibilizados en la historia oficial: mujeres, disidencias sexuales, afros, indígenas, clase trabajadora y población privada de libertad, relacionados a cuestiones como la resistencia social y las formas de dominación política (Rago, 1998; Perrot, 1992).

Esta ha sido una de las principales contribuciones de la epistemología feminista a la ciencia histórica durante los años de 1970, impulsada por las feministas francesas y de otras latitudes. Entre ellas, se destaca la historiadora Michelle Perrot. Su libro *Los Excluidos de la Historia: mujeres, operarios y prisioneros* (1988), fue una de las referencias ineludibles de esta investigación.

El capítulo siguiente, “*Entre los muros de la transición democrática*” se enfocó en identificar y analizar factores que favorecieron las circunstancias históricas previas tanto para la rebelión como para la masacre del 2 de octubre de 1992. Se indagó sobre las reformas de “humanización” de las prisiones, las carencias de las mismas, las movilizaciones en el marco de la democratización y el impacto de las políticas neoliberales en la cuestión social (pobreza, desempleo, inseguridad pública, encarcelamiento).

Fueron temas abordados desde una perspectiva crítica y decolonial, entendiendo que son fenómenos propios del capitalismo, sobre todo en América Latina, fruto de desigualdades estructurales configuradas desde el colonialismo, el eurocentrismo y la opresión de clase, raza y género (Quijano, 2005). Los sujetos privados de libertad han sido configurados como parte de un “otro” peligroso y marginalizado (racializado, pobre, femenino y disidente), al que se le debía temer y controlar.

Michael Foucault demostró que la prisión se encuadra como un mecanismo de opresión, disciplinamiento y castigo hacia los sectores subalternos por parte de los grupos dominantes, para controlarlos y perpetuar su dominio en la lucha de poderes (2002). El autor evidenció el “fracaso original”, es decir, que la propia estructura penal y carcelaria, tanto en la infraestructura como en lo ideológico, es incapaz de atender los procesos complejos que ella misma provoca, generando así mayor exclusión en vez de integración o reparación. Michelle Perrot concuerda al plantear que “La prisión fracasa, la exclusión triunfa” (Foucault, 2002, p. 247).

El fracaso, entonces, más allá de las reformas que puedan desarrollarse, es intrínseco a la institución penitenciaria. Esto no niega que puedan ser vías de mejoras en las condiciones de vida de quienes allí permanecen reclusos. No pudo obviarse que el período de estudio heredaba de la dictadura, aparatos de control y represión del Estado más agresivos, deshumanizantes y sofisticados. Permanecieron las mismas infraestructuras con más personas reclusas, con un gran porcentaje sin contar con sentencia definitiva, en condiciones de maltratos psicológicos y físicos y abuso de poder de las autoridades.

Por lo que en el apartado “Las reformas” se estudió cómo el discurso democrático repercutió dentro de las prisiones y su uso por los privados de libertad para reclamar por un trato humano y digno dentro de los muros. Mientras que en “(Re)democratización de las ‘Xis’: crisis social, represión y marginalización” se analizaron los acontecimientos de la década de 1980 en el plano socio-económico y su impacto en la profundización de la pauperización social.

Desde los años 1990, el crecimiento del crimen organizado y la conformación de grupos locales para el manejo del narcotráfico, tanto fuera como dentro de los muros, han generado una serie de otras problemáticas. La antropóloga Karina Biondi analizó la organización, estructura y sentido que le dan al PCC aquellos que lo integran en su libro *Junto e Misturado – Uma etnografia do PCC* (2010). Es una lectura necesaria para quienes se interesen por pensar la realidad carcelaria e intentar comprenderla desde quienes la integran y padecen, en sus múltiples sentidos.

La población penitenciaria brasileña se caracteriza, en su mayoría, por ser racializada, pobre, vulnerable a nivel territorial, social y económico. Esto no es por acaso y responde al selectivismo penal racista, patriarcal y clasista, que permea el sistema judicial, policial y carcelario de los Estados latinoamericanos. Es decir, el “color de las cárceles” es una herencia de las estructuras coloniales que conformaron nuestras sociedades (Segato, 2007). Las

limitaciones que el propio Estado enfrentaba en el contexto neoliberal, tales como la reducción de políticas sociales destinadas a los sectores más vulnerables y la disminución de la inversión pública, que se traduce en la precarización de los servicios y las acciones estatales, profundizaron la crisis en el sistema penitenciario.

La masacre del Carandiru fue producto y productora de diversos efectos en la historia brasileña. Esa prisión fue el mayor centro de reclusión de América Latina; fue un “depósito humano” con profundos sesgos basados en las desigualdades que permean la sociedad. La Casa de Detención se configuró como un local representativo de las instituciones de control social pertenecientes y orquestadas por los grupos hegemónicos paulistas. Impusieron un proyecto penitenciario centralizador que fue también, como comprobamos en este estudio, un espacio de múltiples códigos, luchas y formas de resistencia contrahegemónicas.

Eda María Goes y su obra *A recusa das grades – Rebeliões nos presídios paulistas: 1982-1986* (2009), fue otra de las referencias claves de la monografía. Además de analizar los años claves de la política de humanización, se enfocó en las rebeliones que los privados de libertad desarrollaron en esos años, permitiendo conocer, desde una mirada histórica y crítica, una parte de la transición democrática que no había sido visualizada desde la historiografía. Entre otras cosas, allí demuestra que las fuerzas conservadoras desplegadas por agentes penitenciarios, el sistema judicial y los medios de comunicación masivos, como el diario *O Estado de São Paulo*, consiguieron derrumbar la reforma y el proceso que permitía mejoras en la vida de los prisioneros, que comenzaban a reivindicar los derechos garantizados en la LEP.

Algunos de los temas debatidos entorno a las “brechas” generadas por el discurso democrático, en relación con la cuestión penitenciaria, eran las históricas denuncias de las precarias condiciones de encarcelamiento y la continua presencia de una violencia institucional. Dentro de una “agenda de democratización” de las instituciones estatales, se promovió que dentro del sistema

penitenciario los presos tuvieran una representación propia para transmitir y negociar sus demandas. Este tipo de posicionamiento característico de la Política de Humanización, se enfrentó con posturas autoritarias presentes en las instituciones públicas y a la resistencia política de amplios sectores de la sociedad, partidos políticos, inclusive integrantes del PMDB – partido del gobernador de São Paulo Franco Montoro –, además de contar con el papel de los medios de comunicación masivos como formadores de opinión (Abreu, 2005, p. 61).

La demanda de canales de comunicación por parte de los prisioneros y las autoridades marcó las reivindicaciones de esos momentos, mostrándose como una necesidad histórica. Esas manifestaciones se vieron reflejadas en las rebeliones organizadas colectivamente a lo largo de la década de 1980 y en la organización de Comisiones de Solidaridad. Estas se crearon durante el gobierno de Montoro, como medio de canalización del descontento y las problemáticas vividas por la población encarcelada (Goes, 2009, p. 119).

El “rechazo a las rejas”, en los términos de Goes, permitió que Carandiru también fuese un espacio de disputas y resistencias. Para ella, eso fue evidente con la rebelión ocurrida el 20 de marzo de 1985, en la que se destacó la rapidez con que el movimiento se propagó. Se involucraron más de tres mil presos y las autoridades no lograron negar el contenido político del levantamiento, quedando conocido como “el primer movimiento colectivo de la Casa de Detención”. Las motivaciones eran la denuncia de las malas condiciones de vida y contra la morosidad en el juzgamiento de derechos y beneficios con respecto a las condenas o posibilidades de estudio y trabajo.

Otro de los ejes de la protesta fue contra castigos “extras” a las penas de privación de libertad y no previstas en ninguna legislación (Goes, 2009, p. 87). Lograron que se estableciera una negociación para tratar los puntos planteados y el retiro de la tropa de choque de la Policía Militar, que estaba a la espera de la orden

para ingresar a reprimir. Entre las autoridades que se dispusieron a negociar estaba el propio Secretario de Justicia (Goes, 2009, p. 142). Este no fue el único suceso de estas características antes de 1992, pero sí la más grande rebelión durante la Política de Humanización (1983-1986). Tras la salida de Dias de la Secretaría, hubo un nuevo recrudecimiento de la violencia y malos tratos, aumentando cada vez más las tensiones.

Las rebeliones, experiencias violentas y traumáticas, pueden ser entendidas en este contexto como prácticas contrahegemónicas pero no son las únicas. La edición del periódico *O democrárcere* fue una iniciativa desarrollada en 1986 en la Penitenciaría del Estado de São Paulo, por un grupo de veinte personas. Goes lo definió como una experiencia inédita, con poca difusión en los establecimientos penitenciarios y que existió debido a la coyuntura política. En él se manifestaba la intención de generar canales de expresión de las preocupaciones individuales de cada autor, vinculadas a cuestiones de la cotidianidad tras las rejas como la asistencia jurídica, la sobrepoblación y el hacinamiento, las carencias en la atención médica, entre otras.

El nombre elegido para esa edición indica la influencia del contexto de redemocratización también dentro de los muros, siendo ellos agentes de la exigencia del reconocimiento de sus derechos en el marco de la ciudadanía. Goes advierte que una de las características de esa producción es el intento de conciliar en un mismo título, un ideal democrático con una institución totalitaria. La brevedad temporal de *O democrárcere* – un único número, representó otro caso de silenciamiento de sectores populares en medio de enfrentamientos por el poder, en un contexto de transición.

El último capítulo: *Historias, Memorias y Resistencias desde el Carandiru* se dividió en dos partes: *Era a brecha que o sistema quería y el recordar como función social, recordar es por el presente*. Se presentaron diversas interpretaciones sobre la masacre del 02 de octubre, problematizando las divergencias entre las cifras oficiales de muertos y otras versiones que plantean el doble. Uno de esos cues-

tionamientos figuró en una nota publicada en el diario *Folha de São Paulo* (5 de octubre de 1992, p. 8-9). Junto a una cronología de la masacre, hay una fotografía donde se puede ver la ventana de una celda, con una sábana colgada que tenía escrita la siguiente frase: “280 MOREU NO MASSA”

El nombre del apartado hace referencia a una frase de la música del grupo de Hip Hop Racionais MC's, que fue escrita por el rapero Mano Brown, integrante del grupo, basándose en músicas y escritos de Jocenir. En esas pocas palabras se evidencia la interpretación que hicieron sobre esos acontecimientos, planteando que la masacre no fue un hecho aislado, sino que era algo latente, que el sistema esperaba. Por eso también se buscó comprender los usos políticos de la masacre por parte de los grupos políticos dominante en un escenario de elecciones municipales de São Paulo, en pleno *impeachment* al presidente Fernando Collor y la profundización de la crisis social.

Esos sucesos significaron el ascenso de un muro de enfrentamiento y división entre el discurso democrático y de derechos humanos, la realidad violenta vivida dentro de las prisiones paulistas. En un segundo momento, se analizó la reconstrucción histórica y de la memoria sobre la masacre y los sucesos posteriores en torno a ella. Se destacó la importancia de recordar, de reconstruir memoria a partir del presente, para lo que se enfocó en el análisis del Parque da Juventude, inaugurado en 2002 luego de la demolición del complejo penitenciario del Carandiru, y en el Museo Penitenciario, reinaugurado a mediados de ese mismo año.

En ese camino, se abordaron categorías como “memoria”, “experiencia” y “trauma” en el marco de los estudios históricos, para intentar explicar cómo y por qué la masacre se configuró como una experiencia traumática tanto en la memoria individual de los sobrevivientes como dentro de la memoria colectiva. Una de las referencias para analizar las producciones y discursos gene-

rados sobre la masacre y la construcción de una memoria al respecto, fue la obra de Dinaldo Almendra: *Os mistérios do Carandiru: cárcere, massacre e cultura de massas* (2011).

El autor comprobó que, luego de la masacre, hubo un flujo intenso de discursos mediáticos no motivados por el sistema carcelario brasileño y los sucesos de 1992, sino por la Casa de Detención en sí. Se construyó un discurso en dónde el presidio y las experiencias de los presos que allí estuvieron se transformaron en producto de consumo y comercialización. Un discurso que mercantilizó una de las experiencias más traumáticas de la memoria social colectiva.

Para finalizar...

La tarea de la historiadora parece haber sido cumplida, según lo planteado por Michelle Perrot, ya que este texto se enfocó en las transformaciones ocurridas y sus procesos, buscando identificar y estudiar el papel de las diversas instancias, actores y sus mediaciones (Perrot, 1992, p. 261). Enmarcado en la historia de las prisiones de América Latina, se analizó un período de la historia particular y clave para entender procesos actuales, a través de una (re) lectura y (re) construcción histórica que consideró las experiencias, opiniones y acciones de sujetos históricamente excluidos: los prisioneros.

REFERÊNCIAS

ALMENDRA, D. **Os mistérios do Carandiru**: cárcere, massacre e cultura de massas. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.

ABREU, A. A. **Revista de Sociología, Problemas e Prácticas**. Lisboa, n. 48, p. 55-72, 2005.

ARICÓ, J. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBSBAWM, E. (org.). **História do marxismo**: o marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 8.

BIONDI, K. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BRASIL. CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Novo diagnóstico de pessoas presas no Brasil**. Brasília: DMF, 2014.

BRASIL. **Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 1984.

CAIRO, H.; SIERRA, G. (org.). **América Latina una y diversa**: teorías y métodos para su análisis. San José: Alma Mater, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigilar y castigar**: nacimiento de la prisión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

GOES, E. M. **A recusa das grades**: rebeliões nos presídios paulistas: 1982-1986. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

JOCENIR. **Diário de um detento**: o livro. São Paulo: Labortexto, 2001.

MOVIMENTO MÃES DE MAIO. **A periferia grita**: Mães de Maio, mães do cárcere. São Paulo: Movimento Mães de Maio, 2012.

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RACIONAIS MC'S. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Cosa Nostra, 1997. 1 CD.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (org.). **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Mulheres, 1998.

RODRÍGUEZ, T. **Entre los muros de la transición democrática**: privados de libertad – Carandiru (1983-1993). 2014. Monografia (Graduação em História) – Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2014.

SEGATO, R. Apuntes sobre la colonialidad de la justicia en un continente en desconstrucción.

Revista Nueva Sociedad. Buenos Aires, n. 208, p. 142-161, mar./abr. 2007.

AS TÁTICAS DO CAMPESINATO CONTRA A DITADURA MILITAR DE ALFREDO STROESSNER NO PARAGUAI

Paulo Alves Pereira Júnior

A ditadura militar de Alfredo Stroessner (1954-1989) instituiu uma nova ordem política no Paraguai, robustecendo elementos autoritários dos governos anteriores e reformando as estruturas sociopolíticas e institucionais do país. O modelo desse regime se assentou em três pilares: o Poder Executivo, as Forças Armadas e o Partido Colorado. Ao proporcionar a institucionalização do sistema repressivo e a mudança de dispositivos legais que beneficiavam a classe dirigente, esse arranjo político possibilitou a longevidade da ditadura. O mecanismo repressor, formado por agentes estatais (militares, policiais) e paraestatais (empresários, fazendeiros, comerciantes), foi responsável por perseguir, torturar e assassinar opositores políticos. A rede de prebendal, formada pela aliança entre os militares, o ditador e seus correligionários colorados atingiu o tecido social e foi utilizado pela estrutura repressiva para estabelecer um clima de medo e autocensura no Paraguai.

Ao longo da ditadura, desenvolveram-se movimentos de resistência ao autoritarismo estatal na capital e no interior, organizados por setores populares. Dessas correntes de contestação, destacamos as Ligas Agrárias Cristãs (LAC), comunidades campestres que atuaram no Paraguai entre as décadas de 1960 e 1970. Paul H. Lewis (1980, p. 355-357) afirma que as LAC possuíam um projeto de conscientização política através de atividades que criticavam as condições sociais existentes. As comunidades rurais vinculadas às LAC organizaram-se em pequenas cooperativas, com o

objetivo de comercializar seus produtos agrícolas, e se aproximaram de membros da Igreja Católica, que defendiam a justiça social no país.

Sobre a participação eclesiástica nas Ligas, Miguel Carter (1991, p. 82-88) destaca que agentes pastorais jesuítas e franciscanos organizaram as práticas educacionais e promoveram concepções sociorreligiosas de ações solidárias. Esse movimento foi inspirado nos novos princípios da Igreja Católica, que adotou um papel de conscientização entre grupos em situação de vulnerabilidade social, através da educação libertadora e da inserção de religiosos nas comunidades. A renovação apostólica foi impulsionada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e pela Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín (1968). Dentre os religiosos que participaram das LAC estavam os bispos Ramón Bogarín, Aníbal Maricevich e Ismael Rolón, além dos padres José Luis Caravías e Vicente Barreto.

A gestão socioeconômica das Ligas se pautava no trabalho comunitário e no sistema cooperativo. Os processos de produção, distribuição e comercialização estavam a cargo dos camponeses. Essa independência afetou os interesses econômicos dos grandes produtores e dos comerciantes locais, ligados ao Partido Colorado. Incomodada com a situação de autonomia dos camponeses, a elite agrária cobrou das autoridades uma solução. Como resposta, membros das comunidades rurais foram presos. A estratégia da ditadura fortaleceu o movimento campesino e possibilitou que as Ligas reavaliassem sua missão. Dessa maneira, houve um redirecionamento das ações táticas do campesinato. Enquanto algumas comunidades se isolaram, outras reagiram diretamente ao mecanismo repressor (Carter, 1991, p. 83-84).

O processo de radicalização das Ligas resultou no rompimento desse movimento com os clérigos, pois setores do campesinato passaram a desconfiar das intenções da instituição católica. A conflitiva relação entre agentes pastorais e camponeses se intensificou quando algumas comunidades se apropriaram de terras per-

tencentos à Igreja. Nesse estado de animosidade, sacerdotes foram expulsos das LAC. Ao se tornarem independentes da Sé Apostólica, as comunidades agrárias se constituíram como um movimento político, com um programa que passou de um foquismo comunitário radical à criação de organizações para enfrentar o sistema (Carter, 1991, p. 85-86).

Entre 1975 e 1976, o mecanismo repressivo organizou uma série de investidas contra as comunidades camponesas vinculadas às Ligas. Nos povoados de San Isidro de Jejuí, San Juan Bautista, San Ignacio, Santa Rosa e San Patricio, militares e civis ligados aos latifundiários prenderam e torturaram camponeses, violentaram sexualmente mulheres e crianças e se apropriaram das terras comunitárias. Muitos padres, que permaneceram nas comunidades desenvolvendo suas atividades pastorais, foram presos. A estratégia contrainsurgente da ditadura desbaratou as LAC (Carter, 1991).

Para Carter (1991, p. 87), os fatores que possibilitaram a eliminação das Ligas foram a repressão estatal e paraestatal; o truncamento do movimento camponês, em virtude do isolamento de algumas comunidades; o rompimento com a Igreja Católica enquanto instituição, o que levou à expulsão de muitos clérigos e educadores; e os erros táticos dos dirigentes das comunidades na luta contra o regime. Após o fim das LAC, o movimento campesino e a Igreja se reaproximaram, resultando ações em prol do respeito aos direitos humanos e do direito à terra.

Durante a vigência das Ligas Agrárias Cristãs, quais foram as táticas desenvolvidas pelo campesinato? O objetivo deste capítulo, que dialoga com nosso estudo monográfico apresentado ao curso de História – América Latina, é responder a essa pergunta. Em nosso estudo, analisamos testemunhos de pessoas ligadas às LAC, apresentados em audiências públicas organizadas pela Comissão de Verdade e Justiça (CVJ) e publicadas em seu Informe Final. A CVJ foi criada em 2003 pelo Estado paraguaio, com o intuito de investigar as violações aos direitos humanos durante a ditadura

militar de Stroessner. Em 2008, a CVJ apresentou suas conclusões e recomendações aos Três Poderes, através de um Informe Final que contém dados estatísticos, testemunhos e exigências de indenização às vítimas do regime autoritário e de promoção de políticas de reparação histórica.

Antes de avançarmos em direção ao objetivo proposto, convém apresentarmos dois conceitos importantes para nossas análises: tática e estratégia. Ambos aparecem na obra *A invenção do cotidiano*, de Michel de Certeau. Entendendo o cotidiano como um espaço ordinário e sujeito à opressão do presente, Certeau *et. al.* (1996, p. 31) afirma que interessa ao historiador aquilo que não esteja plasmado em uma dimensão material. Aspira-se, portanto, identificar duas práticas das pessoas comuns no cotidiano: a estratégia e a tática. A estratégia é “o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’” (Certeau *et. al.*, 1996, p. 46). Em contrapartida, a tática consiste na prática de buscar brechas dentro de um espaço controlado pelas forças dominantes, com o objetivo de ganhar algo (Certeau *et. al.*, 1996, p. 46-47; p. 99-100).

Aplicando essa ferramenta conceitual ao nosso objeto de estudo, as estratégias representam as ações do mecanismo repressor da ditadura. Por sua vez, as táticas constituem as práticas de contestação à ordem política e econômica e ocorrem de diferentes maneiras, desde confrontos diretos com a estrutura repressiva até ações indiretas ao regime. Muitos camponeses alocados nas Ligas Agrárias Cristãs escaparam do campo de visão do poder dominante, encontrando oportunidade para resistir às estratégias do governo autoritário de Stroessner.

O currículo escolar do Paraguai durante a ditadura era formado por disciplinas de educação cívica e moral. Além disso, a única língua materna oferecida pelo sistema educacional era a espanhola. Essa concepção pedagógica tradicional foi rechaçada pelos camponeses das comunidades das Ligas, pois não condizia com a realidade em que viviam. A tática utilizada contra o modelo

de educação oficial foi a criação de escolas nas LAC. Estela Pereira Benítez (2008, p. 150), que foi professora de uma escola na comunidade rural de Santa Rosa, lembra que a escola oficial possuía muitas formalidades e não se ensinava os costumes camponeses, tampouco o guarani.

José Luís Caravías, padre jesuíta que atuou na comunidade de Jejuí, corrobora o relato de Estela, ao ressaltar que era proibido educar em guarani e que havia castigos às crianças que falavam essa língua. O resultado dessa prática autoritária da educação oficial foi o alto índice de analfabetismo no país. Frente a essa situação, os jesuítas auxiliaram na organização e no gerenciamento das escolas camponesas. Uma iniciativa significativa foi a criação de uma cartilha em guarani, feita pelo padre Bartolomeu Meliá, inspirada nos princípios educacionais de Paulo Freire (Caravías, 2008a, p. 154-155). A educação libertadora de Freire foi o método pedagógico utilizado nas escolas das LAC.

A confrontação com a realidade fez com que os camponeses alocados nas LAC desenvolvessem alternativas ao sistema educacional tradicional, ofertado pelo Estado paraguaio. Resistir a esse modelo significava formar uma geração com um horizonte de vida pautado em valores humanos, possibilitando o desenvolvimento de ações comunitárias, e com uma perspectiva crítica. Isso explica o grande incômodo da ditadura com as escolas camponesas. Ao invadirem as comunidades rurais, militares torturavam e violentavam agricultores no espaço escolar, além de destruírem essas escolas.

O trabalho comunitário foi outra tática utilizada pelo campesinato. Samuel Frutos (2008, p. 149-150), antigo dirigente de uma comunidade rural em Piribebuy, ressaltou que o modelo de solidariedade foi aplicado ao trabalho com a terra e à comercialização dos produtos. Gervasia Guerreiro de Enrique (2008, p. 150), habitante de San Juan Potrero à época, relembra que o resultado do labor comunitário das LAC foi a criação de armazéns de consumo, com produtos acessíveis à população. Padre Caravías

(2008a, p. 154-155) explicou que os camponeses que possuíam terras decidiram se organizar em comunidades, nas quais existiam terras comunais e particulares. Para o clérigo jesuíta, o trabalho comunitário e as escolas camponesas foram os melhores êxitos das LAC, pois representaram formas criativas de organização. Na visão do padre, esse foi o motivo da repressão sistemática do Estado às comunidades (Caravías, 2008a, p. 154-155).

A prática de solidariedade adotada nas atividades agrícolas (do plantio à venda dos alimentos) pelo campesinato não foi apenas uma forma criativa de organização, mas a confrontação à rede de prebenda articulada pela ditadura e à acumulação de capital. O resultado do questionamento à ordem política e socioeconômica feita pelos camponeses foi a destruição de suas bases de organização pelo regime de Stroessner, ideologicamente articulado com a doutrina de segurança nacional (Caravías, 2008a).

Os projetos de uma formação escolar humanizada e de uma economia popular solidária não foram as únicas táticas desenvolvidas pelos integrantes das Ligas Agrárias. Nos confrontos diretos com o mecanismo repressor, ações planejadas pelos camponeses permitiram significativas vitórias. Padre Caravías destaca um episódio que aconteceu em Piribebuy, no ano de 1972. As vacas de um camponês começaram a morrer, pois as vacinas contra a febre aftosa foram aplicadas após terem ficado em temperatura ambiente, invalidando o efeito. A comunidade campesina se organizou e, em uma procissão, exigiu mais vacinas. Frente à manifestação, jovens policiais saíram armados da delegacia, com o intuito de deterem os camponeses. Ao se depararem com uma fileira formada pelas mulheres do povoado com os seios desnudos, os policiais saíram correndo e se trancaram na delegacia. Entre as mulheres estavam parentes próximas aos policiais. O delegado, ao presenciar o acontecimento, também se assustou (Caravías, 2008b, p. 155). Como resultado desse protesto, nunca mais faltou vacina contra febre aftosa na comunidade.

Essas ações também foram definidas pelo padre jesuíta como triunfos criativos, resultado de experiências bem-sucedidas, que animavam os camponeses. O senso de coletividade aparece na organização da manifestação. As reivindicações de um agricultor tornaram-se objeto de manifestação de toda comunidade. Para evitar represálias das forças de segurança e terem a demanda atendida, o campesinato de Piribebuy elaborou uma tática que confrontou o autoritarismo estatal e o patriarcado. Ao desnudarem os seios, as mulheres do povoado romperam com um instrumento de dominação patriarcal – o controle sobre o corpo feminino – e com a lógica repressiva, possibilitando que os camponeses recebessem vacinas contra a febre aftosa.

Outra tática desenvolvida pelo campesinato foi a indisciplina. Padre Caravías lembra que, durante a visita de Stroessner na cidade de San Juan, em 1971, membros das Ligas Agrárias resolveram se sentar e jogar cartas durante o discurso do ditador (Caravías, 2008c, p. 156). Segundo o clérigo, essa ação foi um erro do campesinato, pois resultou no início da perseguição oficial às Ligas. Podemos interpretar essa tática de forma distinta à visão do padre jesuíta. Ao praticarem uma ação considerada desrespeitosa, os camponeses se libertaram do clima de medo construído pelos mecanismos repressivos. Essa insubordinação coletiva confrontou diretamente o poder dominante, humilhando publicamente o ditador. Independentemente de seus desdobramentos, o ato dos camponeses foi uma vitória, pois questionou a autoridade de Stroessner.

À guisa de conclusão, as táticas dos camponeses vinculados às Ligas Agrárias Cristãs visavam desconstruir os valores individualistas, gerar consciência sociopolítica e provocar mudanças estruturais. Com isso, desarticularam as estratégias do poder dominante e ameaçaram a ordem político-econômica vigente. As ações do mecanismo repressor não conseguiram impedir que a experiência das LAC influenciasse outros movimentos camponeses durante a ditadura e após a queda de Stroessner. O projeto de

uma educação humanizada, o modelo de economia popular solidária e a ocupação do espaço público são táticas ainda realizadas pelo campesinato paraguaio. Essas práticas visam modificar as estruturas sociopolíticas do país, ao mesmo tempo que reivindicam o direito à terra, a reparação às vítimas do regime autoritário e a promoção de políticas de memória.

REFERÊNCIAS:

CARAVÍAS, J. L. Entrevista. *In: COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. Informe final: las secuelas de las violaciones de derechos humanos: la experiencia de las víctimas (tomo V)*. Asunción: CVJ, 2008a. p. 154-155.

CARAVÍAS, J. L. Entrevista. *In: COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTIÇA. Informe final: las secuelas de las violaciones de derechos humanos: la experiencia de las víctimas (tomo V)*. Asunción: CVJ, 2008b. p. 155.

CARAVÍAS, J. L. Entrevista. *In: COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTIÇA. Informe final: las secuelas de las violaciones de derechos humanos: la experiencia de las víctimas (tomo V)*. Asunción: CVJ, 2008c. p. 156.

CARTER, M. **El papel de la Iglesia en la caída de Stroessner**. Asunción: RP, 1991.

CERTEAU, M. *et al.* **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996. v. 2.

FRUTOS, S. Entrevista. *In: COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTIÇA. Informe final: algunos casos paradigmáticos (tomo VII)*. Asunción: CVJ, 2008. p. 149-150.

GUERRERO DE ENRIQUE, G. Entrevista. *In: COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTIÇA. Informe final: algunos casos paradigmáticos (tomo VII)*. Asunción: CVJ, 2008. p. 150.

LEWIS, P. H. **Paraguay bajo Stroessner**. México: FCE, 1986.

PEREIRA BENÍTEZ, E. Entrevista. *In*: COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA (Paraguay). **Informe final**: Anive haguã oiko. Asunción: CVJ, 2008. v. 8, parte 1, p. 121-124.

GRIOTTES SAPATONAS BRASILEIRAS E LAMPIÃO DA ESQUINA: UM DIÁLOGO DESAFIADOR

Ariana Mara da Silva

As lésbicas negras

Falar sobre interseccionalidade é muito mais fácil do que compreendê-la enquanto prática cotidiana e coletiva. Essa prática pode ser discriminatória, quando a sobreposição de fatores sociais torna a interação de determinadas identidades com a sociedade em algo opressivo. Mas também pode ser positiva, quando utilizada de maneira diagnóstica para fazer emergir identidades de resistência ao todo opressivo. E as lésbicas negras abordadas ao longo do meu trabalho de conclusão de curso, *Griôs Sapatonas Brasileiras e Lampião da Esquina: o contraste das questões de gênero, raça e sexualidade na fonte oral e na fonte escrita* (2015), são exatamente essas identidades de resistência que, coletivamente e aos poucos, mudam a sociedade. Heliana Hemetério é historiadora, e iniciou sua militância no Movimento Negro do Rio de Janeiro. Neusa das Dores Pereira é professora, e iniciou a militância no Movimento Sindical de Professores e no Movimento de Mulheres do Rio de Janeiro. Rosângela Fernandes de Castro, ex-presidenta do Grupo de Mulheres Felipa de Sousa, que atua na capital carioca e em Salvador, e iniciou sua militância no Movimento Negro e no Movimento LGBT, mais especificamente no Movimento de Lésbicas, alternando entre a cidade de São Paulo e a do Rio de Janeiro. Soraya Menezes iniciou sua militância no Movimento Sindical, especificamente no Sindicato da Saúde Privada de Minas Gerais – SINDEESS e, mais tarde tornou-se diretora da Associação de Lésbicas de Minas – ALEM.

As experiências de vida dessas mulheres se entrecruzam com uma parte importante da história do Brasil, o período da Ditadura Militar (1964 – 1985) e de reorganização dos Movimentos Sociais. Para homossexuais, é um período particularmente conturbado, já que tudo o que fugia do “normal e naturalmente” aceitável era duramente combatido, rechaçado e reprimido. Se formos refletir a partir da educação formal, mulheres, negros e indígenas passam a frequentar as universidades a partir da década de 1960; ainda assim, os processos de subalternização reificados continuam vigentes, visibilizando sempre autores brancos europeus por meio de citações e produções acadêmicas.

A inserção tanto dos estudos feministas quanto dos estudos decoloniais na universidade desconstrói conceitos como objetividade e universalidade, através da inclusão de militantes no círculo de produção acadêmica, que passa a articular conceitos, corpos e lugares (Oliveira, 2012). Além disso, o advento das cotas no ensino superior, luta antiga das organizações do Movimento Negro brasileiro por educação, por meio da Lei 12.711/2012 que reserva 50% das vagas no ensino público superior para estudantes oriundos de escolas públicas, e, dessas vagas, metade são destinadas a estudantes negros e indígenas, leva para dentro das universidades narrativas e conhecimentos outros, ampliando o leque de histórias ali debatidas e refletidas.

Trago aqui essas reflexões para ensejar ideias sobre como a possibilidade de pesquisa e escrita dessa monografia só existiu porque os resultados de muitas lutas encampadas coletivamente por essas *griottes* sapatonas foram, aos poucos, alterando comportamentos, costumes e leis, do final da década de 1970 até os dias atuais. Mas também para refletir sobre como a necessidade dessa escrita nasce a partir do não olhar e da não escuta das lesbiânidades, especificamente as negras, no âmbito acadêmico. Foram diversas leituras sobre as ditaduras latino-americanas sem sequer um apontamento de onde estavam as mulheres negras e/ou lésbicas na luta contra os regimes antidemocráticos.

E isso diz muito sobre fascismo simbólico, essa “ausência de negociação na produção de sentidos, em que a parte dominante da sociedade impõe um lugar de fala a determinados grupos subalternos, entre os quais, as mulheres” (Moassab, 2005, p. 3). Os valores hegemônicos silenciam, distorcem e categorizam como inferior e perigoso tudo o que se encontra fora deles, sem haver espaço para questionamentos, criando mecanismos instintivos e espontâneos de respostas ao diferente, que tomam o lugar da reflexão, levando a sociedade a produzir e reproduzir valores hegemônicos e a subalternização de grupos minoritários. E, aparentemente, em uma sociedade acostumada a se ver como branca e heterossexual, tanto a imagem da negra quanto da lésbica precisa obedecer ao limite do socialmente suportável.

Nesse sentido, a lésbica negra seria como a imagem de um monstro, produto de uma alteridade subordinante, que pode se virar contra seu criador (Oliveira, 2006). A mulher negra lésbica rompeu com as normas sexuais, raciais e de gênero, causando cismas e inquietações na sociedade eurocêntrica e heteronormativa. Ao mostrar essa ruptura, a dominação branca, heterossexual e masculina, que também impera dentro das universidades, é colocada em perigo porque bagunça a ordem social estabelecida.

Longe de ser o objetivo de um trabalho de conclusão de curso de graduação conseguir esgotar esse tema, um dos resultados da monografia aqui apresentada foi o entendimento de que as lésbicas negras estavam nas lutas contra governos antidemocráticos, dentro das organizações do Movimento Negro, do Movimento de Mulheres, do Movimento Sindical, do Movimento LGBT e do incipiente Movimento Lésbico, ainda que o fascismo simbólico impedisse essas identidades de serem visíveis nos panteões da luta pela democracia. Esses movimentos eram os mesmos com os quais o jornal *Lampião da Esquina* se propunha a dialogar.

O Lampião da Esquina

O *Lampião da Esquina*, jornal voltado ao público homossexual com circulação nacional entre os anos de 1978 e 1981, surge no contexto da Ditadura Militar brasileira como a alternativa que discutia, além das questões acerca da sexualidade, outros pontos polêmicos da vida cotidiana. Era um meio de comunicação que desnaturalizava as desigualdades de gênero. Criado no final do período ditatorial brasileiro, é considerado um dos maiores ícones do movimento homossexual e teve 37 edições publicadas. Foi o primeiro periódico brasileiro a abordar a homossexualidade de maneira assídua vendido em todo o território nacional, seja em bancas de jornais e revistas ou por assinaturas. O *Lampião da Esquina* fazia parte tanto de um movimento de resistência contra a Ditadura Militar quanto de um processo de “(re)afirmação homossexual, acompanhando os múltiplos processos de construção(ões) identitária(s) pelos quais este grupo passou nesse período, cujas consequências nos afetam ainda hoje” (Simões Júnior, 2006, n. p.).

O editorial do número experimental do *Lampião da Esquina* destaca que o objetivo do jornal é mostrar para o homossexual a importância de recusar para si e para outras minorias uma condição de casta, pois não estão nem acima nem abaixo das outras camadas sociais, assim como a importância de não viver em guetos ou erguer bandeiras que o estigmatizem. Outro objetivo explícito do jornal é mudar a imagem do homossexual exclusivamente como caricatura feminina, predominante até a década de 1970, e mostrar um sem fim de identidades homossexuais, atravessadas pelas mais variadas características femininas, masculinas, de classe social e posição político partidária. “As múltiplas identidades e as variadas representações, em especial das muitas masculinidades e homossexualidades, permeiam, assim, as páginas de *Lampião*” (Simões Júnior, 2006, n. p.).

Em 1977, João Antônio Mascarenhas reuniu um grupo de jornalistas e intelectuais para entrevistar Winston Leyland, editor do jornal *Gay Sunshine*, que estava no Brasil para reunir material para uma antologia de contos homossexuais latino-americanos para *O Pasquim*, periódico da imprensa alternativa que circulou no Brasil entre 1969 e 1991. A visita de Leyland foi considerada um grande evento para o grupo que ali estava reunido para a entrevista. Mascarenhas propõe, então, a criação de uma publicação brasileira voltada para o público gay.

Aguinaldo Silva sugere um jornal, ideia inicialmente recusada por Mascarenhas por achar um serviço caro, mas depois volta atrás, convencido por Aguinaldo. Influenciados por essa profunda transformação no quadro político brasileiro, na casa do pintor Darcy Penteado em São Paulo, os jornalistas, intelectuais e artistas ali reunidos começam a pensar em um periódico feito por homossexuais e para homossexuais que tratasse de assuntos diversos e que fosse vendido nas bancas de todo o Brasil. Assim, em abril de 1978, nasce o número zero do *Lampião*, com tiragem inicial de dez mil exemplares, logo ampliada para quinze mil (Silva, 1998; Facchini, 2002; Rodrigues, 2007; Simões Júnior, 2013).

O conselho editorial do *Lampião da Esquina* foi inicialmente formado por onze pessoas, todos homens e homossexuais, a maioria brancos (a exceção era Adão Acosta) e tinha como coordenador de edição Aguinaldo Silva. O editorial do número zero do *Lampião*, “*Saindo do Gueto*”, explica que um jornal homossexual é necessário para dizer não ao gueto e, conseqüentemente, sair dele. Ainda no mesmo texto, é informado que o jornal será publicado mensalmente, trazendo notícias sobre atualidades e esclarecendo questões relacionadas à experiência homossexual, mas o que chama, realmente, atenção nesse editorial é que ele abre o jornal para questões de outras “minorias”.

Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas

do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias. Falando da discriminação, do medo, dos interditos ou do silêncio, vamos também soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador [...]. [...] nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos (Lampião, 1978, n. 0, p. 2).

É importante destacar que o editorial é a parte do periódico onde se comentam os principais acontecimentos do momento e da edição que está sendo publicada; é ali que a direção analisa, comenta, exorta e explicita a opinião da publicação sobre os diversos assuntos. Dessa forma, com o editorial *Saindo do Gueto*, o *Lampião* adota os valores dos “movimentos minoritários” e opta por destacar as lutas políticas dos setores oprimidos da sociedade. “O tratamento da homossexualidade aparecia em suas páginas como um fenômeno social problematizado, tanto quanto a questão dos negros, dos indígenas, das mulheres” (Silva, 1998, p. 95).

Durante três anos e três meses, a partir de distintas formas de representação e discursos, o *Lampião da Esquina* cumpriu sua proposta de transversalizar as múltiplas identidades homossexuais em suas páginas. Grupos antes ignorados, mulheres, negros e os próprios homossexuais, tiveram espaço na publicação. Mas, no segundo ano de circulação, o jornal já apresentava sinais de que não ia muito bem. Por ser um jornal voltado para homossexuais, os possíveis consumidores heterossexuais e alguns anunciantes se afastavam da publicação. As divergências entre o Conselho Editorial e o Movimento LGBT passaram a ser constantes, inclusive dividindo os próprios editores, que, no final, ficaram a cargo de Aguinaldo Silva e Francisco Bittencourt. As grandes distribuidoras se recusavam a trabalhar com o *Lampião*, e as constantes explosões de bancas de jornais e revistas dificultavam as vendas e elevavam o preço do jornal.

O leitor do *Lampião* muda conforme vai mudando a linha editorial e acontecendo as brigas internas. Uma visão clara disto é a presença de fotos de homens nus. Com a distensão política, a pornografia passa a ter um espaço na mídia. O nu masculino, que antes era negado, acabou sendo uma forma de chamar atenção do leitor, e vender jornal. Mas o jornal não se preocupou em ver que o leitor do início do jornal não era mais o mesmo do fim. As imagens de travestis nas capas do jornal afastavam o leitor enrustido, ou mesmo o 'entendido'. O jornal ficou visualmente descaracterizado. Não agradava mais a gregos, nem a troianos. O jornal acabou de uma hora para outra (Rodrigues, 2007, p. 119).

O encerramento das atividades do *Lampião da Esquina* gerou certo vazio ideológico porque o jornal era o grande divulgador das questões relacionadas à homossexualidade, afetando também os grupos do Movimento LGBT que o utilizavam como meio de comunicação de atividades. Ocorreram mudanças significativas no conteúdo textual e gráfico do *Lampião* com o passar do tempo, como, por exemplo, o teor politizado e reivindicador do início, que perdeu força, dando espaço a elementos comerciais, como as imagens de nus frontais e o discurso, que foi alterado e popularizado gradativamente numa tentativa de se aproximar do gueto.

Diante do contexto de circulação do *Lampião da Esquina* – o final da Ditadura Militar –, foi significativa a participação do jornal na tentativa de conscientizar para questões antes invisibilizadas, o que tornou o periódico um marco na história da imprensa brasileira, pois, atualmente, ajuda no entendimento da construção social, política e cultural do Brasil.

Griottes sapatonas e Lampião: o diálogo

O *Lampião da Esquina* propunha-se ao diálogo com os movimentos de grupos que estavam na luta contra a discriminação e contra a Ditadura Militar: Movimento Negro, Movimento Femi-

nista, Movimento Sindical,¹ um incipiente Movimento Lésbico e o Movimento LGBT. Ainda assim, é possível perceber que o tratamento das interseccionalidades é dificultado, em alguns momentos, porque esses movimentos se afastam do jornal por não se identificarem com a causa LGBT e, em outros, pela postura de “donos da bola” do conselho editorial. Essa postura, inclusive, é uma das questões mais aparentes na seção “*Cartas na Mesa*”, na qual eram publicadas correspondências enviadas por leitoras e leitores do jornal, principalmente quando o tema era a ausência de representação da homossexualidade feminina.

[...] Entretanto, vem chamando atenção a posição por vocês assumida, relativamente à situação do homossexualismo feminino. É certo que o jornal tem repetidamente proclamado (e posto em prática algumas vezes) que suas páginas estão à disposição das mulheres (feministas, homossexuais, heterossexuais), muito embora a essas proclamações não tenha faltado um certo tom simpático e paternalista de dono da bola, que concede se quiser, como quiser e quando quiser. Concordo com isso. [...] Com tal procedimento quase discriminatório, vocês se ariscam, involuntariamente, a assumir, em relação à mulher homossexual, a mesma posição repressora e medrosa que a sociedade assume em relação ao homem e à mulher homossexuais, na repetição de uma jogada histórica, clássica e pouco original de inversão de papéis (Lampião, 1979, n. 11, p. 18).

Contudo, em algumas matérias do *Lampião da Esquina*, há pequenos recortes sobre gays negros e mulheres negras, apontando para a intersecção de características individuais ou coletivas. Na busca pela intersecção de gênero, raça e orientação sexual,

¹ A edição 14, de julho de 1979, traz a matéria de capa com o atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva que, naquele momento, era uma liderança em destaque do Movimento Sindical. A entrevista é intitulada “*Alô, Alô classe operária: e o paraíso, nada?*” e está disponível no site do Grupo Dignidade: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/18-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-14-JULHO-1979.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2024.

a figura de Leci Brandão se destaca nas páginas do jornal em mais de uma ocasião. A primeira aparição da cantora, compositora e atualmente deputada estadual por São Paulo – em seu terceiro mandato –, no *Lampião da Esquina*, foi na edição seis, em novembro de 1978. Na capa, no canto direito, há uma foto da artista com a inscrição embaixo: “Entrevista: Leci Brandão e a MPE (Música Popular Entendida)”.

A entrevista de duas páginas, intitulada *A música popular entendida de dona Leci Brandão*, começa na página dez do periódico e fala sobre sua “indiscutível substância artística” e das composições que fazem dela a porta voz do “povo guei brasileiro”. O texto ainda destaca “Nas duas páginas seguintes, o leitor poderá sentir o peso da sinceridade dessa artista que não hesita em conversar abertamente sobre a sua tríplice – e nem sempre fácil – condição de mulher, negra e homossexual” (Lampião, 1978, n. 6, p. 10) marcando seu pertencimento racial, de gênero e orientação sexual.

Durante essa entrevista, Leci Brandão fala abertamente sobre sua homoafetividade no momento em que é questionada sobre sua relação com os homossexuais é platônica ou participante.

Leci– Platônico e participante.

Chrysóstomo – Em que sentido?

Leci – Quer ver? Por exemplo, o fato de eu ser homossexual é uma coisa que não me incomoda, não me apavora, porque eu não devo nada a ninguém. As coisas todas que eu fiz foi com muito sacrifício, tudo que eu consegui veio através de uma batalha de muito tempo. Tenho dignidade, nunca fui venal, nunca paguei a ninguém para tocar os meus discos nas rádios. Esse é o meu lado participante. Se sou peito aberto com os outros porque não ia ser comigo mesma? E platônica eu sou, porque desde o momento em que conheci o lado guei, conheci pessoas maravilhosas, que me amam como eu sou, não por causa de fama, essas bobagens. A gente conversa, a gente é franco um com o outro, não precisa estar

deturpando ou armando jogadas, nada disso. É por isso que eu transo o meu povo homossexual.

Chrysóstomo – Sem problemas?

Leci – A gente já é marginalizado, de cara, pela sociedade. Então a gente se une, se junta, dá as mãos. E um ama o outro, sem medo nem preconceitos. É um negócio maravilhoso, que eu estou curtindo de cabeça, realmente. É o mais produtivo mergulho que eu já dei em mim mesmo e na vida! (Lampião, 1978, n.6, p. 11).

A maioria das *griottes* sapatonas entrevistadas para meu trabalho de conclusão de curso não eram leitoras assíduas do *Lampião da Esquina*. O fato de uma lésbica negra sair do armário na matéria de capa de um jornal com prestígio entre artistas, militantes e intelectuais brasileiros, no contexto ditatorial, aparentemente foi um fato interessante, mas não necessariamente impactante para todas as entrevistadas.

[...] a Yone ela foi uma das primeiras a aparecer, brasileira, muita gente queria assumir que era lésbicas... Uma coisa mais brasileira... Nossa você ficou sabendo que a menina apareceu?! Nossa como ela teve coragem?! Nossa que bacana, mas quando a gente se sentiu representada foi quando a Leci Brandão apareceu. Então nossa, puta merda, a negaiada ficou assim, em alvoroço. Como é que ela teve coragem? É cantora, né, artista (Soraya Menezes, 2014).

Mas você quer saber do Lampião. O Lampião pra mim foi uma leitura, uma leitura agradável que às vezes a gente mesmo se assustava olhando uma entrevista dada, a Dina Sfat, mas [interrompe a entrevista para pedir que as pessoas que estavam na ONG falassem mais baixo] ... Aí a gente utilizava o Lampião como leitura. [...] Mas o jornal Lampião acho que posso te falar muitíssimo pouco,

eu me lembro só de algumas reportagens, de ler, de achar interessante e de tentar entrar em contato com o Grupo Somos. O Jornal *Lampião* não foi referência pra mim nessa época (Neusa das Dores Pereira, 2014).

Eu lembro que teve uma entrevista da Leci Brandão, então na década de 1970 a Leci Brandão falando que era lésbica, que era negra... ela nem falava lésbica, ela falava homossexual, entendida. Eu não vi repercussão em relação ao *Lampião* por que além de eu ser casada com uma pessoa que era 27 anos mais velha do que eu, naquela época eu não estava inserida diretamente ao movimento, né, e as pessoas da minha volta que liam o *Lampião* eram pessoas que já eram de esquerda, mas eram pessoas bem mais velhas do que eu, então ficava sempre muito só ouvindo, eles traziam muitos personagens que eu não conhecia (Rosangela Fernandes Castro, 2014).

Heliana Hemetério não comentou sobre o *Lampião da Esquina*. Mas Soraya Menezes, mais assídua na leitura do jornal, durante a entrevista, coloca em perspectiva como o contexto político de surgimento do Movimento LGBT e o *boom* no Movimento Sindical aumentou o interesse sobre o feminismo e a lesbianidade. Para Soraya, a saída do armário de qualquer lésbica, negra ou branca, naquele contexto, já era algo grandioso, porque havia necessidade de referência e representação para as lésbicas. E essa movimentação, por meio do *Lampião da Esquina*, influenciava a saída do armário de outras lésbicas.

Leci Brandão apareceu em algumas outras edições do jornal, tanto em matérias quanto como garota propaganda do próprio *Lampião da Esquina*, que, mesmo não fazendo parte do cotidiano informativo das entrevistadas, algumas delas reconheceram a existência do jornal como representativo para alguns grupos e tomaram conhecimento da participação da única personagem que se encontrava inserida na categoria interseccionada de mulheres lésbicas negras.

Um passinho desafiador...

A interseccionalidade é ainda um campo em aberto, com numerosas possibilidades para os estudos acadêmicos, especificamente para a História. Isso porque identidades diversas tiveram, durante muito tempo, sua inserção negada no ambiente universitário, seja por meio de seus corpos, de suas ideias, de seus conhecimentos ou de seus feitos. Há ainda dificuldades em entender como a interseccionalidade funciona para além da teoria, apesar de ser uma teoria advinda das práticas de mulheres negras. Talvez por isso, a escrita de um trabalho de conclusão de curso que se propoña a esse debate, partindo de um diálogo entre pessoas e um periódico da história recente do país, seja tão desafiador. De qualquer forma, esse exercício foi realizado.

As *griottes* sapatonas entrevistadas para esse trabalho são, ainda hoje, referências para gerações de militantes lésbicas, negras ou não, que se inseriram na luta depois delas. O jornal *Lam-pião da Esquina* continua sendo um ícone para o Movimento LGBT brasileiro e hoje é ainda mais utilizado como fonte para trabalhos acadêmicos. Essas interlocuções permitiram que o meu trabalho de conclusão de curso fosse um pequeno passo no combate à invisibilidade lésbica, mas, depois dele, vieram muitos outros trabalhos ótimos que ainda precisam ser lidos e debatidos em diversas salas de aula. Isso porque as lutas das pessoas negras, das mulheres, das lésbicas e das lésbicas negras ainda são crescentes no Brasil; cada pequeno avanço pode ser respondido com um grande retrocesso trazido pelo chamado conservadorismo brasileiro.

A visibilidade lésbica negra ainda é uma questão dentro dos movimentos sociais e da mídia, embora tenhamos avançado. É vigente o questionamento sobre o padrão branco, heterossexual e masculino, assim como o abandono de uma suposta neutralidade objetiva, apesar de toda resistência incansável de quem preza pela manutenção de uma estrutura hierárquica e opressiva. Mas estamos em luta, estamos em marcha.

REFERÊNCIAS

CASTRO, R. F. **Entrevista concedida a Ariana Mara da Silva**. Rio de Janeiro, 18-19 set. 2014.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

HEMETÉRIO, H. **Entrevista concedida a Ariana Mara da Silva**. Porto Alegre, 30 maio 2014.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Lamplão da esquina**. Rio de Janeiro, 1978-1981. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/>. Acesso em: 9 mar. 2024.

MENEZES, S. **Entrevista concedida a Ariana Mara da Silva**. Belo Horizonte, 6 set. 2014.

MOASSAB, A. **As mulheres, as brasileiras e as batalhas simbólicas**. [S. l.: s. n.], no prelo [200-?].

OLIVEIRA, E. A. A descolonização da produção de conhecimento: militância e produção acadêmica. In: TRABALHO E GÊNERO: protagonismo, ativismo, questões de gênero revisitadas, 4., 2012, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: [s. n.], 2012.

OLIVEIRA, V. M. **Um olhar interseccional sobre feminismos, negritudes e lesbianidades em Goiás**. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

PEREIRA, N. D. **Entrevista concedida a Ariana Mara da Silva**. Rio de Janeiro, 17 set. 2014.

RODRIGUES, J. L. P. **Impressões de identidade**: histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SILVA, A. M. **Griôs sapatonas brasileiras e Lampião da esquina**: o contraste das questões de gênero, raça e sexualidade na fonte oral e na fonte escrita. 2015. Monografia (Graduação em História – América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

SILVA, C. R. **Reinventando o sonho**: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SIMÕES JÚNIOR, A. C. **E havia um lampião na esquina**: memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura (1978-1980). 2006. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MASSACRES, ESTADO-NAÇÃO E COLONIALIDADE: UMA LEITURA DE ABYA YALA A PARTIR DA COLÔMBIA

Cauê Almeida Galvão

Em homenagem aos dez anos do curso de bacharelado em História – América Latina, fui prestigiado, junto a alguns colegas, com o convite dos professores para revisitar nossas monografias e fazer um diálogo entre nossas produções finais na graduação e o tempo histórico decorrido após nossa aprovação final.

Porém, antes de fazermos esta revisitação, gostaria de agradecer ao curso de graduação em História – América Latina por propiciar, não somente na nossa formação, um impacto enorme nas formas de ver o mundo, mas, e sobretudo, no dia a dia da nossa atuação docente na atualidade. Nossa formação inicial foi fundamental para ler o mundo, conforme nos diz Paulo Freire, de forma crítica e latino-americana.

A formação que tivemos no curso, com todos os professores, provocou-nos a sermos profissionais sempre muito críticos, atentos aos movimentos histórico-sociais que ocorrem em Abya Yala¹ bem como aos seus fluxos coloniais de representação e insistência no campo da eurocentralidade, fortalecida pelo sistema capitalista e imperialista europeu e estadunidense consolidado a partir da invasão dos territórios e do encobrimento do outro (Dussel, 1993).

Por isso, não apenas na monografia, como também na dissertação e na tese de doutorado, tais debates fizeram parte da minha construção de pensamento, e ainda o fazem no papel que ocupo

¹ O termo América Latina será substituído por Abya Yala, por uma questão de descondicionalismo colonial. O termo somente aparecerá como América Latina quando se referir ao curso ofertado na UNILA.

hoje como professor em um departamento de educação. A partir dessa leitura de mundo consciente da construção do pensamento, viemos consolidando os fluxos da decolonialidade e dos caminhos anticoloniais e contra-coloniais em todas as produções construídas, sempre com o DNA unileiro.

Portanto, ao sermos convidados para compor essa coletânea, revisitamos a monografia escrita em 2016 denominada *O Sangue do outro como instrumento na invenção da identidade nacional: estado-nação, massacres indígenas e plano Colômbia nos territórios da região do Cauca colombiano no século XX*.

Nessa obra, fizemos um percurso sobre os impactos que o capitalismo selvagem tem sobre o território colombiano, a partir da guerra às drogas e o Plano Colômbia implementado no país em 2000, que surge como política antidroga, mas reveste-se, com o tempo, do fortalecimento do paramilitarismo em conjunto com o Estado, atuando em favor da mineração para as grandes multinacionais.

Passados oito anos da escrita deste trabalho, percebeu-se ao final da leitura que os problemas ainda seguem existindo, mas, por outro lado, houve avanços, especialmente políticos e discursivos por parte do Estado.

Ressalta-se que as entrevistas que compuseram o trabalho foram realizadas logo após o plebiscito organizado pelo então presidente do país, Juan Manuel Santos (2010-2018), para que a população decidisse se validava ou não os acordos de paz entre o Estado Colombiano e as Fuerzas Armadas Revolucionarias da Colombia – Ejercito Popular (FARC-EP). Lamentavelmente, como veremos mais adiante, o “não” foi o vencedor da disputa, o que, ainda assim, não impediu a continuidade dos processos.

Neste capítulo, devido às entrevistas realizadas na monografia, optamos pela valorização das vozes indígenas e locais que trouxeram os problemas à época e, dessa forma, manter um diálogo constante com os principais personagens que originaram a produção daquela monografia.

Estado-nação, identidade nacional e massacres

Como pontos de partida para este debate envolvendo a região de Abya Yala, orientamos nossas análises a partir de três dispositivos: massacres, Estado-nação e identidade nacional. E, como já supramencionado:

A estrutura orientada sobre esses três elementos (massacres, Estado-nação, identidade nacional) coloca-se desde a perspectiva latino-americanista, complexa, entrelaçada e inserida nos diversos discursos de poder que, comumente, orientaram as formas de organização e governança no século XVIII e reorganizaram a zona latino-americana no século XIX, por meio dos processos de independência e estruturação da base nacionalista (Galvão, 2016, p. 13).

A consciência dos forjamentos socio-históricos no processo de invasão, expropriação e genocídio, bem como das tentativas de apagamento e aniquilação cultural por parte dos europeus, formou parte do processo que caracterizará a região de Abya Yala como subdesenvolvida. Neste contexto, cabe destacar que:

A caracterização, como parte da América subdesenvolvida, marcada pelo pauperismo, nada tem a ver com o clima ou com os povos que aqui habitavam ou foram trazidos. Tem referência no processo socio-histórico, na forma como a região foi integrada ao sistema econômico mundial, desde o período da colonização. Os povos originários que habitavam o que conhecemos hoje por América Latina possuíam grande diversidade cultural, política, linguística, na forma como se apropriavam da natureza para garantir a sobrevivência, estabeleciam uma relação harmônica com o meio ambiente e possuíam técnicas de produção na agricultura e pecuária bastante avançadas, segundo suas necessidades e estágio de desenvolvimento das forças produtivas, assim como na arquitetura, com destaque para os grandes mo-

numentos Incas, Astecas e Maias. Assim, os povos que invadiram o continente, principalmente os portugueses e espanhóis, a fizeram com a intenção clara de explorar as riquezas naturais que existiam na região, desde os minérios (ouro, prata), especiarias, pau-brasil, etc., passando pelos conhecidos ciclos da monocultura (café, açúcar, algodão, borracha, entre outros), recorrendo à força de trabalho escrava indígena e/ou africana, que serviam à expansão da indústria na Europa. Dessa forma, localizamos a causa da pobreza e miséria dos povos latino-americanos a partir dessa inserção subordinada e totalmente dependente desde o período de dominação dos países ibéricos, consolidando um padrão de exploração e opressão aos povos indígenas: destruição física, cultural, religiosa e ideológica dessas populações, um verdadeiro genocídio dos povos existentes (Durans, 2009, p. 29).

Sob a visão de Cláudia Alves Durans, a imposição europeia condiciona os povos abyalenses às condições submetidas, evidentemente proposta desde a perspectiva eurocêntrica de fantasiar-se como gênese da humanidade, sem sê-lo.

Tal imposição não ocorre somente por meios de exploração, mas, principalmente, pelos elementos de violência de múltiplas formas: massacres, violações, deslocamentos forçados, defesa de propriedade privada invasora de terras indígenas, proteção e apoio às mineradoras multinacionais. Um exemplo disso é a lógica da propriedade privada, que nada mais é do que a legitimação da usurpação dos espaços pela violência. No que se refere à Colômbia, encontra-se:

Existe la vieja tradición de utilizar las armas a la hora de proteger la sagrada propiedad, en 1928 fueron asesinados cerca de 1000 trabajadores que exigían mejores condiciones laborales a la United Fruit Company (antecesora de la actual Chiquita Brands, financiadora de grupos paramilitares), hecho conocido como la Masacre de las Bananeras. Décadas

después se llevó a cabo el sistemático exterminio de los indomables indígenas Yariguíes en las riberas del río Magdalena, en faenas de cacería con las que se divertían los ingenieros norteamericanos de la *Standard Oil* (hoy Exxon Mobil). Y recientemente la minera estadounidense Drummond ha sido acusada por el financiamiento, y autoría intelectual, del asesinato de varios líderes sindicales hace cinco años (Pulido, 2009, p. 32).

Este excerto nos auxilia a compreender como a Abya Yala detém as maiores marcas estatísticas de assassinatos de lideranças sociais no mundo. Da lista apresentada pela *Global Witness* no ano de 2021, entre os dez países que mais mataram lideranças sociais e ambientais, sete estavam na nossa região, sendo o México o primeiro colocado e a Colômbia, fruto do estudo monográfico, o segundo colocado da lista mencionada. Fizeram parte da lista, ainda, o Brasil (3º), Honduras (5º), Guatemala (7º), Nicarágua (8º) e Peru (9º) (Global Witness, 2022).

No estudo realizado na monografia, escolhemos tratar da região do Cauca, historicamente permeada por diversos conflitos devido à concentração de boa parte da população indígena, afrocolombiana e campesina. Tais circunstâncias que propiciaram com que a cobiça do capitalismo transnacional utilizasse a estratégia falida de guerra às drogas, ao deslocar forçosamente essas populações e se apropriar das riquezas naturais preservadas pelos grupos indígenas não pelo interesse na riqueza capitalista, mas pela proteção da madre tierra.

Um dos eventos analisados detalhadamente foi o massacre de Naya, de acordo com informe da época:

Los desplazados huyeron hasta pueblos del norte del Cauca y la mayoría de las víctimas, mujeres, niños y niñas, permanecieron meses hacinados en varios centros de acogida, pero paulatinamente la mayoría de la población, en una decisión colectiva de resistencia decidió retornar al Naya poco a poco. Actual-

mente la mayoría de las mujeres indígenas víctimas de la Masacre del Naya se encuentran reasentadas en el resguardo de Kitek Kiwe, municipio de Timbío. De esta masacre y arremetida paramilitar, sólo han sido reconocidas por el Estado como víctimas a 42 personas, frente a las 100 que fueron denunciadas por la comunidad. Hoy en día, más de 50 personas de la región del Naya permanecen desaparecidas. Sus víctimas (de la masacre) han manifestado públicamente que la intervención paramilitar fue alentada por sectores interesados en abrir la zona a la explotación mineral (Verdad Abierta, 2013, s/p).

Como veremos adiante nas entrevistas realizadas com as lideranças do Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC), essa conexão entre paramilitarismo, Estado e mineradoras será o alicerce dos massacres ocorridos na região por meio da falácia da guerra às drogas, iniciada a partir de 2000, com a implementação do Plano Colômbia.

A conexão letal entre Estado, mineração e paramilitarismo

Nesta parte do capítulo, nos dedicamos a compreender como pensam as lideranças do CRIC sobre alguns aspectos trabalhados na monografia e, para tanto, selecionamos seis questões para que os quatro líderes entrevistados expusessem suas ideias e conflitos.

Para preservação de identidades e existências, além de garantir a confiança entre entrevistados e entrevistador, optamos pela utilização de pseudônimos que representassem os indígenas no contexto abyalense, especificamente de lideranças zapatistas: Marcos, Galeano, Moisés e Ramona.

Primeira questão: como as lideranças veem a situação dos deslocamentos forçados na região sob o controle e liderança do CRIC?

Marcos é o primeiro a responder e nos apresenta a ideia de que “yo veo el desplazamiento forzado en Cauca desde hace muchos años, quizás hemos sido un obstáculo para los actores, porque a nosotros nos ven simplemente por el interesse que tienen económico referente a la explotación de los recursos” (Galvão, 2016, p. 55).

Galeano apresenta um outro partícipe do processo de violência sistemática sofrido pelos povos indígenas:

Frente a los desplazamientos, mira, el desplazamiento no ha sido solamente de los actores armados ha sido también una política del gobierno nacional. O sea, hay muchas políticas que poco a poco han ido exterminando a los pueblos. Una cosa han sido las multinacionales, las organizaciones guerrilleras, los paramilitares, pero también las leyes han sido en contra de lo que piensa el pueblo (Galvão, 2016, p. 55).

Conforme esclarece Galeano, toda a violência perpetrada contra os indígenas carrega o aval estatal de aprovação. E nesse sentido reitera o entrevistado que “en lugar de actores armados ha sido la política en general, adoptado por el gobierno nacional. Entonces, más que los actores armados, ha sido la política en general que ha aplicado el gobierno nacional” (Galvão, 2016, p. 56).

A líder Ramona nos brinda com uma análise mais cosmogônica da realidade e evidencia que, “para los indígenas, la tierra es un elemento fundamental en la existencia, como lo dijo el compañero, no para solamente explotarla, mas para convivir con ella, respétala” (Galvão, 2016, p. 56).

Segunda questão: qual a visão dos líderes sobre os massacres ocorridos na região do CRIC desde 2001 (início das operações do Plano Colômbia)?

Para os entrevistados, os massacres não são representados apenas pelas violências cotidianas a que estão sujeitos os povos da região abyalense na atualidade, mas, essencialmente, parte do processo que se inicia com a invasão dos territórios pelos europeus.

Marcos e Moisés partem de uma interpretação da História desde a longa duração como pensa Fernand Braudel (1902-1985).

Nesse aspecto, afirma Marcos:

Dentro de lo que se considera la masacre de Naya, yo creo que es los últimos acontecimientos que nosotros hemos vivido, porque se vamos a hablar de masacre, yo creo que desde la misma entrada de los españoles fuimos masacrados, torturados, y inclusive las compañeras violadas y la otra masacre fue también diría yo, que há alcahueteado por el Estado y la misma iglesia. El Estado fue responsable por poner a nosotros la estructura de la iglesia, para empezar a colonizarnos y lo que resistía a la colonización era masacrado. Yo creo que dentro de lo que hablamos de masacres, nosotros históricamente na sé porque los pueblos, nosotros hasta hoy nos hemos resistido, y has hecho resistir porque nos han dado duro, porque siempre nos han considerado como un problema (Galvão, 2016, p. 58).

As ideias de Marcos se conectam, igualmente, ao peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930) na obra *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* (2007), especificamente no capítulo *El problema del indio*, em que apresenta o debate sobre a relação do indígena como um problema ao desenvolvimento colonial, por meio da apropriação dos territórios.

A relevância da análise de Ramona nos alerta que:

también recuérdenos que masacrar no es solamente dispararse al otro por una bomba, también se masacra toda la cultura indígena cuando se desconocen sus derechos, sus posibilidades y no se hace ningún tipo de inversión en las propias comunidades. Es por eso que el Estado, como dice mi compañero, he empezado a entregar territorios, a promover explotaciones y incluso a hacerse la vista gorda con los movimientos de grupos armados como de los paramilitares, de las defensas, y a no ser capaz de controlar la situación con las guerrillas (Galvão, 2016, p. 59).

De modo inequívoco, a crítica das lideranças do CRIC recaí sobre o Estado colombiano, que não somente incentivava o paramilitarismo, como também trabalhava em conjunto com as mineradoras transnacionais em busca dos espaços indígenas pela cobiça capitalista de destruição meio-ambiental.

Terceira questão: de que modo os indígenas observam e são observados pelos grupos armados e pelo Estado?

Prontamente, Marcos respondeu que:

para ambos actores armados, somos un obstáculo porque aquí hay una pelea de intereses, porque cada uno tiene sus intereses, las FARC tiene sus intereses político, económico y sociales, el gobierno también tiene sus intereses económicos y políticos, y los paramilitares prácticamente son parte de la estructura del Estado (Galvão, 2016, p. 60).

Apontou, ainda, o interesse central dos deslocamentos forçados dos povos indígenas, ao dizer que:

dentro de sesenta años de guerra lo que ha habido siempre es que, el Estado provoca la guerrilla, o los paramilitares provocan la guerrilla, para que noso-

tros nos desplazemos y dejemos um territorio libre. Y cuando ya queda un espacio libre, ahí entonces el Estado entra y posiciona a una multinacional, y esa multinacional le garantiza la protección, le manda la estructura armada allá. Y se le pone la estructura armada para proteger las multinacionales, pero para nosotros no hay protección de derecho (Galvão, 2016, p. 60).

Quarta questão: o que pensam sobre a instalação de multinacionais nos territórios organizados pelo CRIC?

O líder Marcos nos responde que:

por esas políticas neoliberales, es que nosotros hacemos resistencia. Es que una multinacional nunca invierte en el territorio indígena, o se invierte, invierte una minima cantidad de los daños que nos causan. Es más el daño de lo que invierte. Muchas veces nos han dicho que porque nosotros no nos dejan entrar las multinacionales en nuestro territorio estamos en contra del desarrollo. Eso es la farsa que ha metido en la sociedad colombiana. Pero no, no es que estamos en contra del desarrollo, es que nosotros queremos nuestro desarrollo tal como lo entendemos (Galvão, 2016, p. 61).

O entrevistado ressalta, ainda, os riscos de que suas críticas cheguem aos ouvidos do governo colombiano, ao dizer que:

tal vez hoy, como les decía en el comienzo, antes fueron los españoles arrasando y llevando nuestras riquezas, hoy son las multinacionales que también vienen con esa política de arrasar, de llevar nuestras riquezas de los pueblos indígenas y el nivel de la organización que tenemos el CRIC, estamos haciendo resistencia a esa situación que es una amenaza, porque para nosotros las multinacionales son una

amenaza. Porque se esto lo que hoy estamos diciendo llega a los oídos de los gobernantes o mismo de las multinacionales, ya nos convierten en objetivo militar (Galvão, 2016, p. 61).

Quinta questão: para o CRIC e os indígenas caucanos, há solução para o fim do conflito armado na Colômbia?

Afirma a líder Ramona que:

lo que pasa es que la esperanza de nosotros como colombianos es que la raíz de la terminación de un enfrentamiento armado durante tanto tiempo se puede llevar a mejorar la situación y de pronto acabar. Pelo menos ha vendido la idea de que esa es la paz, esta no es la paz, estamos apenas empezando a construir y a recorrer el camino para llegar hasta la paz. Pero tomes en cuenta que sigue existiendo la deficiencia en salud, no hay un cubrimiento total para que todos los colombianos tengan salud. No hay un cubrimiento total en educación, y lo más importante, no hay una garantía de trabajo para todos los colombianos. Mientras exista y persistan esas situaciones que lleven a algunas personas o comunidades a estar en malas condiciones, no va haber fin de conflicto (Galvão, 2016, p. 63).

A resposta da líder nos indica que, apesar dos intensos debates sobre um acordo de paz entre a guerrilha e o Estado, esse trataria tão somente de um conflito entre diversos existentes.

Sexta questão: o que pensam os indígenas, em especial o CRIC, em relação aos acordos de paz entre as FARC-EP e o Governo Colombiano?

De forma taxativa, Marcos afirmou que:

mismo que nosotros no hacemos parte del conflicto armado, nosotros hemos planteado al gobierno inclusive desde 1999 cuando estaba dando el proceso anterior con el presidente Andrés Pastrana, la organización regional y las mismas autoridades aquí de Cauca, propusimos um Piendamó, territorio en el dialogo de negociación en para que esse proceso de paz se iniciara, en conjunto con la sociedad civil también (Galvão, 2016, p. 65).

Ao final da entrevista, Marcos reitera sobre a questão indígena no tocante ao acordo de paz firmado em Havana, Cuba. Diz Marcos:

entonces sí, creo yo que los pueblos indígenas tenemos una propuesta de paz, pero no ha sido escuchado. Últimamente nos aceptaron un capitulo étnico (no acordo de paz), pero estuvimos mas de 3 años insistiendo de que nos diera la oportunidad de si sustentar frente la Habana, pero nos cerraron las puertas hasta la ultima hora, y en las últimas horas nos dejaron allá un articulo no mas diría yo (Galvão, 2016, p. 66).

Portanto, há que se ampliar os debates dos povos abyalenses em conjunto não apenas desde os povos pré-invadidos, mas também desde os movimentos negros, de trabalhadores, de sindicatos, de professores, de pensadores e de radicalização na compreensão das ideias abyalenses para que enfim seja possível a abertura para a construção de uma sociedade solidária e coletiva, e rompendo frontalmente, com o individualismo e a operação da vida como negócio que o capitalismo eurocentrado pressupõe nas ideias e nas práticas sociais.

Considerações finais

Ao revisitar a monografia, tornou-se possível perceber que houve avanços, por exemplo, a eleição de Gustavo Petro para presidente no ano de 2022, os debates internos do Estado sobre a regulamentação das drogas e o fim do Plano Colômbia. No entanto, a exploração, os diversos massacres mencionados pelos entrevistados e a apropriação territorial pelas multinacionais mineradoras permanecem impondo suas lógicas capitalistas de destruição meio-ambiental em conjunto com a destruição de formas distintas do padrão eurocentrado, imposto a todos os povos historicamente colonizados.

Denota-se, consequentemente, que os processos de repressão, massacre, desalojo, sequestro, deslocamentos forçados, entre outros, somente serão enfrentados e superados tendo em mente a decolonialidade, tornando visíveis os dispositivos de poder e, como estratégia, a construção permanente das relações de saberes, ser, poder e da própria vida, completamente distintas.

Somente por meio de uma observação reorientada e com perspectivas mais realistas dos processos históricos é que será possível cessar as múltiplas violências aos povos indígenas, a madre tierra e aos povos historicamente colonizados nessa região de Abya Yala.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, F. **Revista de História**. São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em: 27 jan. 2024.

DURANS, C. A. Serviço social nos países amazônicos. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2009. p. 28-36. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/403>. Acesso em: 27 jan. 2024.

GALVÃO, C. A. **O sangue do outro como invenção da identidade nacional**: estado-nação, massacres indígenas e plano colômbia sob ótica decolonial nos territórios da região do cauca colombiano no século XX. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História – América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

GLOBAL WITNESS. **Década de resistência**. [S. l.], 22 set. 2022. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/pt/decade-defiance-pt/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MARIÁTEGUI, J. C. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. 3. ed. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

PULIDO, A. **Revista Pueblos**. Madrid, n. 40, p. 31-33, dez. 2009. Disponível em: <http://www.revistapueblos.org/old/spip.php?article1795>. Acesso em: 27 jan. 2024.

VERDAD ABIERTA. **Mujeres víctimas de la masacre del naya**. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://verdadabierta.com/mujeres-victimas-de-la-masacre-del-naya/>. Acesso em: 27 jan. 2024.

ESTADOS E IDENTIDADES NACIONAIS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

ARTE, HISTORIA Y ESTADO NACIONAL EN LA PRIMERA MISA EN CHILE, DE SUBERCASEAUX

Silvina Sosa Vota

El trabajo a presentar fue desarrollado a lo largo del año 2015, bajo la guía de la profesora Rosangela de Jesus Silva. Tal como indica el título elegido para encabezarlo, esta breve pesquisa buscaba entender cómo el arte y la historia podían confluir en la elaboración de narrativas funcionales para la creación de las bases del Estado nacional en América Latina. En breve se cumplirá una década de su presentación. Muchas ideas se han ido transformando y otras tantas maduraron en direcciones distintas a las que se planteaban en aquellos años. Este proceso es natural e intrínseco al crecimiento profesional y personal de cualquier pesquisador o pesquisadora. No obstante, la preocupación que motivaba el planteo de una reflexión sobre el pasado, que vinculaba el mundo de las artes plásticas con el dominio de la narrativa del tiempo pretérito, entrelazados con un proyecto político, persiste.

En este capítulo expondré al respecto de los principales aspectos abordados en el TCC, buscando dejar en evidencia el por qué y el cómo del camino recorrido. Así, el objetivo será mostrar un posible camino creativo y de investigación que recogía algunas preocupaciones, inquietudes y singularidades del curso de Historia de la UNILA.

La historia detrás del trabajo: el origen de la curiosidad

A mediados de 2014 debía definir el tema de mi trabajo final de curso. Sabía que quería hacerlo utilizando fuentes visuales como punto de partida, ya que en esa época estaba participando de un proyecto de iniciación científica que me aproximó al trabajo con imágenes. Con base en esta experiencia, entendía que la visualidad como punto de partida para la reflexión histórica era una entrada necesaria para pensar el pasado desde una perspectiva cultural, otra de las aristas que estaba interesada en desarrollar. Por otro lado, el siglo XIX – especialmente la segunda mitad – era un período de tiempo que me atraía particularmente debido a su importancia en el proceso de creación y estructuración de las naciones modernas en América Latina. Tenía todos estos intereses e ideas en mi cabeza, pero todavía estaban desordenados y no lograban aterrizar en un tema ni en un problema de investigación.

En esta época me encontraba en Santiago de Chile por motivo de un congreso. En un tiempo libre aproveché para conocer el Museo Histórico Nacional, emplazado en la Plaza de Armas. Recorriendo sus diferentes salas, una pintura me llamó poderosamente la atención: *La Primera Misa en Chile* (1904) de Pedro Subercaseaux (ver Figura 1).

Figura 1 – *La Primera Misa en Chile* de Pedro Subercaseaux.
Óleo sobre tela, 150 x 200 cm



Fuente: Wikipedia.

A lo largo del curso de Historia, la pintura *A Primeira Missa no Brasil* (c. 1860) de Vítor Meirelles (ver figura 2) se había tornado protagonista: al reflexionar acerca de las representaciones de los momentos fundacionales de la nación, al pensar sobre cómo se imaginaba el pasado en diferentes tiempos, o al estudiar el lugar que ocupaban los pueblos indígenas en la configuración de una idea de Brasil. Por lo tanto, el tópico visual de la primera misa se perfilaba como uno destacado y como objeto de gran interés, considerando las repercusiones, reproducciones y circulaciones del trabajo de Meirelles.

Al descubrir que existía una pintura “homóloga” a la de Brasil, pero chilena, la comparación fue inevitable. ¿Sería que el trabajo de Subercaseaux tenía la misma trascendencia que el de Meirelles? ¿Qué particularidades poseía el trabajo chileno? Parafraseando a Baxandall (2006) ¿cuáles eran las intenciones de Subercaseaux?

¿Qué problema buscaba resolver al pintar ese cuadro? ¿Qué circunstancias llevaron a construir el objeto visual de esa forma y no de otra?

Figura 2 – *A primeira missa no Brasil* de Victor Meirelles. Óleo sobre tela, 268 x 356 cm



Fuente: Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

El interés en trabajar a partir de esta pintura se robusteció al descubrir que existían, además, “primeras misas” en otros lugares: *La primera misa* (1826) de Jean Baptiste Vermay, referente a Cuba; *Le Première Messe en Amérique* (1850), de Pharamond Blanchard; *Première Messe en Kabylie* (1854) de Horace Vernet (única pintura del grupo referente al espacio africano); y *La Primera Misa en Buenos Aires* (1910) de José Bouchet. La existencia de planteos similares por diferentes pintores en relación a espacios de “conquista” y “descubrimiento” sugería que se trataba de un tema de relevancia para la época, y, por tanto, justificaba la pertinencia de estudiar este tópico dentro del mundo de la pintura.

Concentrarme en el trabajo de Subercaseaux se explica debido a que el origen de la curiosidad fue a partir de su pintura sobre la misa. Pero también porque, al buscar información sobre este tra-

bajo, quedó en evidencia que, a pesar del lugar de destaque que el Museo Histórico Nacional le daba al trabajo dentro de su narrativa, no había sido una obra profundamente estudiada.

Así se fueron configurando aspectos importantes de la investigación: la relación con temas y perspectivas de investigación personales, la curiosidad fundamentada en una trayectoria de estudios y discusiones, y el desafío de poder aportar una reflexión innovadora.

El camino: estructura y contenido

Habiendo definido el tema y el enfoque, era necesario plantear una forma de estructurar el trabajo y proceder con la pesquisa. Esta coincidió con la organización por capítulos que acabó teniendo el TCC. En esta sección dejaré en evidencia el cuál fue el recorrido transitado, destacando los aspectos principales de cada una de sus partes.

Un punto de partida: aclarar los conceptos

En una primera etapa entendía como pertinente aclarar ciertos conceptos básicos que darían cimiento al proceso. Por esto, partí pensando algunas ideas centrales, como el concepto de pintura. La forma de concebir a este objeto visual no era para nada trivial, pues en la manera de entenderlo se construiría el enfoque del trabajo. En esta línea me preguntaba ¿qué es una pintura? ¿Qué hacía que una pintura recibiera el calificativo de académica? ¿Qué particularidades tenía la pintura histórica? ¿Cómo se relacionaba la pintura histórica con el contexto latinoamericano?

Definé, entonces, a la pintura como un objeto intencional creado por un individuo a partir de una configuración particular de trazos, colores y texturas conjugables desde una multiplicidad de técnicas. ¿Por qué era importante aclarar esto? Porque dejaba en evidencia que una pintura era el resultado de un proceso creativo

intencional (Baxandall, 2006), impulsado por una persona que lo ejecutaba. Esa persona debe ser pensada como parte intrínseca de un contexto social y cultural que condiciona, de cierta forma, la manera de imaginar, pensar y comunicar.

El tipo de pintura que me interesaba explorar, en particular, era la pintura histórica. Este género se insertaba dentro de una tradición pictórica académica. Esta caracterización refería a una forma particular de enseñanza, producción y circulación artística (S. Pereira, 2012). Los procedimientos creativos, las prácticas visuales y la forma de socializar la obra estaban pautadas por ciertos procedimientos institucionalizados, ligados al mundo de las bellas artes lo cual les daba un estatus artístico diferenciado.

Por otro lado, la pintura histórica que le interesaba a la investigación, se ubicaba temporalmente en el siglo XIX latinoamericano.¹ Este período tenía ciertas particularidades políticas y culturales que condicionaron la forma de producción y circulación de las obras artísticas. A lo largo de toda la centuria, pero con más fuerza en la segunda mitad, los Estados de la región buscaron consolidarse como nacionales y, para esto, era importante desplegar una serie de dispositivos culturales que reflejaran valores de la comunidad proyectada (Anderson, 1983; Annino y Guerra, 2008; Cid y San Francisco, 2009; Stuvén, 2013; Stuvén y Pamplona, 2010).

La pintura de historia se destacaba como herramienta de este proceso, ya que tenía la capacidad de dar soporte visual a la invención de un pasado nacional con temas altisonantes. Para proyectar una comunidad nacional era importante dotarla de un origen y un pasado en común capaz de robustecer una identidad (Pimentel de Castro, 2005). El Estado era el gran impulsor de estos proyectos pictóricos, pues era el principal interesado en desarrollarlos

¹ En estricto rigor, también se consideraron los primeros años del siglo XX. Pero si consideramos la temporalidad propuesta por Eric Hobsbawm, quedaría dentro de los márgenes propuestos para “el largo siglo XIX”.

en función de sus necesidades políticas (Pérez Vejo, 2007). Así, la pintura de historia era tanto un instrumento de poder como una herramienta pedagógica (W. Pereira, 2012).

Por su parte, los artistas se embarcaban en estos planes, ya que les brindaban un espacio de prestigio diferenciado (Malosetti, 2006). No todos eran capaces de ejecutar pinturas de historia. Era menester dominar la técnica y una multiplicidad de géneros: retratos para plasmar figuras reconocibles y paisajes para definir un espacio particular, por ejemplo. Coli (2005) entiende que, por esto, la pintura de historia se pensaba como el “género más noble” y estaba reservado para cierto tipo de artistas de jerarquía.

Por último, es importante destacar que la pintura de historia construía un relato de memoria hegemónica por su vinculación con el Estado y su proyección política. Al analizar este tipo de narrativas monumentales, es tan importante observar qué es lo que se recuerda y representa, como lo que se olvida y se convierte en ausencia.

Habiendo definido, entonces, *La Primera Misa en Chile* de Subercaseaux como una pintura de tipo histórica y académica, quedaba entretejido el soporte en el cual se apoyaría el análisis a seguir.

El asunto de las primeras misas

El siguiente paso fue analizar el tópico de la pintura que era objeto de indagación. Como fue mencionado anteriormente, existió una cantidad considerable de obras que abordaron el tópico. Por esto, el recorrido comparativo mencionado se posicionaba como una estrategia metodológica que permitiría tanto enmarcar a *La Primera Misa en Chile* dentro de un universo pictórico en una época determinada, como también arrojar luces y sombras sobre su propuesta. ¿Qué era lo que planteaban en común las pinturas de las primeras misas? ¿Qué tenía de original la propuesta de Subercaseaux en el conjunto?

De forma general y en conjunto, se observó que en las narrativas que proponía el corpus de pinturas seleccionada se abordaba el proceso de conquista y colonización de Europa hacia América o África en momentos históricos diferenciados. Para el caso de las pinturas sobre América, éstas se enmarcaban entre los siglos XV y XVI y referían a un momento fundacional, embrionario de la nación.

Analizadas una a una las pinturas sobre las misas, se pudo extraer de su análisis elementos de reflexión transversales que se estimaron importantes para observar con atención *La Primera Misa* de Subercaseaux. La comunión de culturas diferentes que planteaban los pintores, el lugar central del cristianismo, la perspectiva representacional eurocéntrica y el papel atribuido a la naturaleza y sus distintas manifestaciones se destacaron como categorías a examinar para el caso chileno, tema protagónico de los apartados subsiguientes.

Subercaseaux y su contexto

Las pinturas, como fue mencionado anteriormente, se crean en contextos específicos. Por tanto, era fundamental, desde esta perspectiva, conocer el entorno social, político y cultural de Chile hacia 1900. En esta coyuntura histórica, se buscó igualmente insertar al pintor por detrás de la obra: Pedro Subercaseaux.

En el tránsito del siglo XIX al siglo XX, Chile se encontraba en un período que la historiografía ha denominado como *República Parlamentaria* u *Oligárquica*, el cual estuvo caracterizado por la dominación política de una élite indiferente a los problemas sociales de la mayoría de la población. La denuncia de las precarias condiciones de vida de los sectores populares fue conocida bajo el nombre de *Cuestión Social* (Silva, 2008, p. 111).

Pocos años antes el Estado chileno había atravesado dos grandes procesos estructurantes: la Guerra del Pacífico (Ibarra y Morong, 2018; McEvoy, 2011, entre otros) y la Ocupación de la

Araucanía (Bengoa, 2000). Como resultado, el territorio nacional había sufrido importantes transformaciones; Chile se había repositionado frente a sus países vecinos y se había hecho de importantes territorios de gran valor económico que le permitirían cimentar su modernización de aquellos años (Llorca-Jaña; Miller, 2021). Además, la relación con los pueblos indígenas que habitaban al interior del territorio se había, igualmente, redefinido en términos de superioridad y dominación.

En una familia oligárquica y de tendencia conservadora, nació Pedro Subercaseaux (1880-1956). Para entenderlo, se recurrió a sus *Memorias* (1962), tomadas como una auto representación retrospectiva de su vida. Hijo de un político y también pintor, Ramón Subercaseaux, tuvo acceso al mundo artístico desde pequeño, conociendo a muchos pintores de renombre en el ámbito nacional, tales como Pedro Lira, a quien señala como uno de los impulsores de su carrera. Subercaseaux definió su estilo de pintura como clásico y atribuyó eso a su formación recibida en Roma y París. Estaba particularmente interesado en pintar las “glorias” de Chile. Además de haberse hecho conocido como pintor, Subercaseaux tuvo un importante trabajo como caricaturista a principios del siglo pasado. Las últimas décadas de su vida las dedicó a la religión, convirtiéndose en monje.

Al analizar cómo Pedro Subercaseaux fue considerado dentro de la historia del arte chilena, encontramos que no se lo destacaba como un pintor de gran trascendencia, a pesar de la circulación de importantes obras. En su momento se buscó dar una explicación aludiendo a un desfase temporal: tenía un estilo más decimonónico que no se había ajustado a las nuevas tendencias artísticas que ascendían como protagónicas en el siglo XX. Además, su conversión tardía a monje lo acabó alejando de los circuitos de legitimación y muestra de artes plásticas.

Finalmente: La Primera Misa en Chile

Todo lo expuesto hasta el momento tenía el objetivo último de entender *La Primera Misa en Chile* dentro de un universo pictórico, en su trayectoria histórica y a partir de su productor. El análisis tomó en consideración las categorías previamente definidas en el planteamiento comparativo de un inicio. Así, se identificaron a los individuos y grupos de la escena: los religiosos, los expedicionarios y los indígenas, constatándose la ausencia de afrodescendientes, presentes en los relatos de la época. La posición jerarquizada de cada uno de los grupos también fue objeto de interés. La naturaleza pintada por Subercaseaux aparecía como floreciente: así como el momento que se retrataba, el paisaje se mostraba como origen de vida. El lugar de tránsito en el que se realizó la acción de la misa queda de manifiesto por la efimeridad de la infraestructura, aspecto que denotaba la importancia de la celebración a pesar de estar el grupo expedicionario en movimiento.

En suma, *La Primera Misa en Chile* presentaba una narrativa visual vinculada con su realidad sociopolítica, invitando explícitamente al observador a participar de un evento religioso, a través de una de las figuras que miraba directamente hacia el observador de la pintura. Este momento se vinculaba directamente con el nacimiento político de Chile. Así, la República que iba a formarse en el siglo XIX se sugería como bendecida desde su propio nacimiento con la llegada de los españoles. De esta manera, Subercaseaux se posicionaba contrario a la laicización del Estado (otro de los procesos en curso en la época). Esta cuestión del catolicismo fundador colocaría a Chile dentro del espectro de repúblicas civilizadas, motivo por el cual creemos que llevarían a Subercaseaux a ubicar en un lugar de inferioridad a la representación indígena en la imagen. Por otro lado, encontramos una masculinización del espacio y de los elementos que pueden entenderse como una concepción masculina de la propia conducción de la expedición y también de la política.

Resultados

Cruzando el contenido de la pintura, analizado a partir de las categorías que surgieron del camino comparativo y vinculando este discurso visual con la coyuntura, de forma general pudimos concluir que, con *La Primera Misa en Chile*, Subercaseaux planteaba una invitación a participar y retomar ese solemne momento inaugural de la nación. Esto, en una búsqueda por retomar los valores “civilizatorios” cristianos que debería seguir la sociedad chilena sumida en una crisis de división social. De acuerdo con la narrativa histórica a la que la pintura adhiere, la civilización y la espiritualidad cristiana entraron en el territorio junto con sus “fundadores”, aquellos hombres que arriesgaron la vida por la fe en un futuro mejor. Dichas ideas, cobran fuerza “pedagógica” al enmarcarse en una pintura de historia orientada a la formación de ciudadanos funcionales al sistema estatal que la respaldaba. Este respaldo fue otorgado por parte del Estado chileno a través de distintas premiaciones oficiales de la obra.

Comentarios finales

Para finalizar este capítulo, me gustaría agradecer la oportunidad de compartir este proceso creativo-investigativo. La oportunidad de escribir estas páginas me permitió reconectar con aquellos años en la UNILA, con mis inquietudes y preocupaciones académicas. Igualmente, quería expresar mi gratitud por participar de esta colección junto con mis compañeros y compañeras. Sus trabajos y procesos creativos ocurrieron, en su mayoría, concomitantes al desarrollo de este TCC, por lo que fuimos partícipes de un proceso de crecimiento compartido.

Las preocupaciones en torno a la producción cultural del siglo XIX e inicios del XX y su vinculación con los proyectos políticos de la época han persistido en mi carrera hasta el día de hoy. Se han transformado, han crecido y se han robustecido algunas ideas con

el devenir del tiempo y la puesta en práctica de las herramientas propias de la investigación historiográfica. Este TCC representó para mí un primer sólido paso en este universo, por lo tanto, debo expresar mi reconocimiento a todos aquellos que hicieron posible este proceso en sus inicios: profesores, profesoras, compañeros, compañeras y redes de apoyo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexiones sobre el origen y difusión del nacionalismo. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

ANNINO, A.; GUERRA, F. (coords.). **Inventando la nación**: Iberoamérica siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 2008.

BAXANDALL, M. **Padrões da intenção**: a explicação histórica dos quadros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BENGOA, J. **Historia del pueblo mapuche**: siglos XIX y XX. Santiago: LOM, 2000.

CASTRO, I. P. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, n. 38, p. 335-352, out. 2005.

CID, G.; SAN FRANCISCO, A. **Nación y nacionalismo en Chile**: siglo XIX. Santiago: Centro de Estudios Bicentenario, 2009. v. I.

COLI, J. Primeira missa e a invenção da descoberta. In: NOVAES, A. (org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 107-122.

IBARRA, P.; MORONG, G. (orgs.). **Relecturas de la guerra del pacífico**: avances y perspectivas. Santiago: UBO Ediciones, 2018.

LLORCA-JAÑA, M.; MILLER, R. **Historia económica de Chile**: desde la independencia. Santiago: RIL Editores, 2021.

MALOSETTI, L. Arte, memoria e identidades nacionais en Latinoamérica. In: **Studi Latinoamericani / Estudios Latinoamericanos**. Udine, n. 02, p. 103-128, 2006.

MCEVOY, C. **Guerreros civilizadores**: política, sociedad y cultura en Chile durante la guerra del pacífico. Santiago: Universidad Diego Portales, 2011.

PEREIRA, S. G. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 54, p. 87-106, set. 2012.

PEREIRA, W. L. C. M. **Cultura Visual**. Salvador, n. 17, p. 93-105, maio 2012.

PÉREZ VEJO, T. Imágenes negadas: memoria y olvido en la pintura de história: el caso español. *In: Imágenes perdidas*: censura, olvido, descuido. Buenos Aires: CAIA, 2007.

SILVA, B. **Identidad y nación entre dos siglos**: patria vieja, centenario y bicentenario. Santiago: LOM, 2008.

STUVEN, A. M. (coord.). **Chile**: la construcción nacional. Madrid: Taurus, 2013.

STUVEN, A. M.; PAMPLONA, M. (coords.). **Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX**. México: Garamond, 2010.

SUBERCASEAUX, P. **Memorias**. Santiago: Editorial del Pacífico, 1962.

A SEMANA ILUSTRADA DE HENRIQUE FLEIUSS E O ALISTAMENTO MILITAR PARA A GUERRA DO PARAGUAI

Isadora Luiza Francisca Alves Flores

“Ridendo Castigat Mores” A Semana Ilustrada de Henrique Fleiuss

A *Semana Ilustrada* foi um importante periódico humorístico carioca do século XIX. Uma das primeiras do gênero do país, a revista ilustrada foi lançada em 16 de dezembro de 1860 e circulou até 1876. Seu fundador e principal idealizador, o pintor Henrique Fleiuss (1824-1882) era natural da Prússia e chegou no Brasil em 1858. Os números da sua revista contaram, no geral, com oito páginas, sendo quatro de textos (divididos em crônicas, comentários sobre a semana, versos etc.) e quatro de ilustrações (charges e caricaturas). Publicadas aos domingos, as edições mediam 24 x 17,5 cm, um pouco menor que uma atual folha A4.

Via de regra, sob o seu tradicional e imbricado cabeçalho, as capas da *Semana Ilustrada* traziam grandes gravuras sobre os últimos acontecimentos, muitas delas protagonizadas pelo Dr. Semana, personagem porta-voz da revista. O alter ego caricaturoso de Fleiuss também era estrangeiro, um imigrante de boa condição social e de postura paternalista em relação ao escravo que sempre o acompanhava, o Moleque.

A viagem do Dr. Semana à América meridional foi inaugurada já na primeira edição da revista:

Figura 1 – “Capa” Semana Ilustrada, ed. 1. p.1, 16 dez. 1861



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Na capa da primeira edição do periódico, o Dr. Semana foi imageticamente representado duas vezes. No cabeçalho, o personagem piscava segurando um exemplar da revista na mão esquerda e um epidiascópio (aparelho óptico que permite a projeção por reflexão ou por transparência) na mão direita. Na lente do projetor está escrito o dizer “*Ridendo castigat mores*” latim para “Rindo se castigam os costumes”, anúncio que o humor da revista visaria um riso de ambições pedagógicas. A ilustração que ocupou o restante da capa da primeira edição também trouxe outro dizer em latim, “*Sol lucet omnibus*”, em português “o sol nasce para todos”.

Galgando o seu lugar ao sol no mercado carioca, a revista apresenta o seu porta-voz adentrando a porção do globo identificada como América do Sul. Em contraste ao tamanho massivo do Dr. Semana, os sul-americanos figuram diminutos, espalhados pelo mapa – pitorescos elementos para a curiosidade do senhor

européu, que, com seus grandes binóculos, os observava. Demarcava-se ali tanto as origens dos produtores da revista quanto a dinâmica que se estabeleceria entre o personagem do Dr. Semana e os nativos dessas terras: a de observador e objetos de análise. Relação assimétrica e que permitiu a Fleiuss expressar juízos a respeito da realidade imperial brasileira sob o argumento de civilizá-la, corrigir os seus costumes.

Os (in)voluntários da Pátria

Em 7 de janeiro de 1865, foi promulgado o Decreto nº 3371. Com a rubrica da sua majestade, Dom Pedro II (1825-1891), determinava-se a criação de um novo corpo de serviço de guerra: os Voluntários da Pátria. Segundo o texto, a medida atendia às “graves e extraordinárias circunstâncias” em que se achava o país e a “urgente e indeclinável” necessidade de tomar “todas as providências para a sustentação, no exterior, da honra e integridade do Império” (Império do Brasil, 1865).

Estava em curso um dos maiores conflitos internacionais latino-americanos do século XIX: A Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai. Engolindo a bacia do rio da Prata, a guerra foi travada entre o Paraguai e uma Tríplice Aliança composta pelo Império do Brasil e as repúblicas da Argentina e do Uruguai. Deflagrada por rivalidades e disputas decorrentes do intrincado e conflituoso processo de formação dos estados nacionais platinos (Doratioto, 2002), a guerra se estendeu entre finais de 1864 a março de 1870.

Durante todo o século XIX, no Brasil, recrutar soldados foi uma tarefa árdua devido à percepção vigente entre muitos do serviço militar como um castigo e/ou uma degradação moral (Souza, 2015, p. 10-11). O alistamento militar ainda não era obrigatório, o que tornava a formação das forças armadas e de suas reservas dependente de voluntários e de medidas de recrutamento forçado. Contudo, não era incomum que elites locais dificultassem o recru-

tamento, para manter o seu prestígio local (Souza, 2015, p. 11). Não é de se admirar, portanto, que diante de tantos entraves, o governo imperial tenha tentado tornar o serviço militar mais atraativo para voluntários.

O Decreto Imperial de nº 3371 previu que os soldados e oficiais que integrassem o corpo de Voluntários da Pátria serviriam apenas enquanto durasse a Guerra Platina, recebendo uma gratificação na hora do alistamento e soldos mais elevados que os da tropa de linha. Depois da guerra, os voluntários seriam recompensados com terras em colônias agrícolas e preferência na contratação para o funcionalismo público (Império do Brasil, 1865). Condições que, depois, foram estendidas aos guardas nacionais designados para o serviço militar.

No início da guerra, as novas condições de voluntariado e o desejo de revanche à invasão do Mato Grosso deflagraram certo entusiasmo em relação ao alistamento militar.¹ As notícias das primeiras vitórias fizeram a corte otimista (Schwarcz, 2019, p. 305). A mobilização brasileira foi bastante elogiada pela *Semana Ilustrada*, “Quem não é pelo Brasil, é contra o Brasil!” anunciaria Fleiuss² em tom ufanista. Em 29 de janeiro de 1865, ele comemorou que “os alistamentos de voluntários vão-se fazendo com rapidez; toda a guarda nacional se oferece para marchar [...] cidadãos de todas as classes esforçam-se por cercar o governo de todos os auxílios necessários”.³

Todavia, esse entusiasmo inicial não se sustentou e em pouco tempo o governo se viu obrigado a promover uma espécie de “caçada” para alistar “voluntários” (Doratioto, 2002, p. 265). A guerra se prolongou além do esperado e já em 1865 instaurava-se uma crise de obtenção de soldados (Souza, 2015, p. 69). Em 1864, acreditava-se que os paraguaios se renderiam após uma ou duas batalhas mais significativas. Práticas de recrutamento forçado

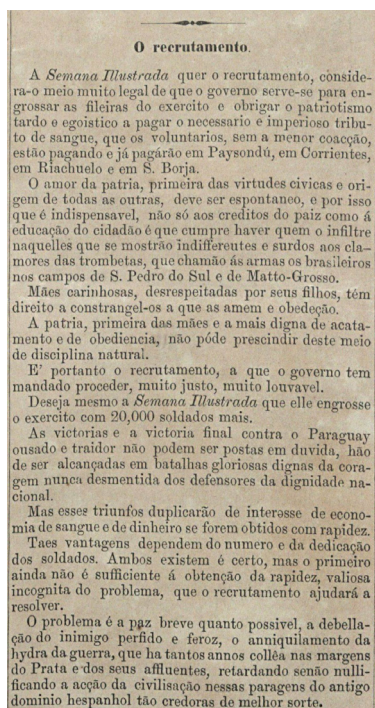
¹ Cf. os autores: IZECKSOHN, V. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY,

² *Semana Ilustrada*, ed. 239, p. 8, 26 abr. 1865.

³ *Semana Ilustrada*, ed. 216, p. 2, 29 jan. 1865.

e críticas quanto à insalubridade dos acampamentos passaram a estampar as capas de diários da corte, mingando o voluntariado e prejudicando a imagem do Império (Schwarcz, 2019, p. 306). Crise que, todavia, na *Semana Ilustrada* foi atribuída à falta de amor à pátria.

Figura 2 – “O Recrutamento” – *Semana Ilustrada*, ed. 245, p. 7, 11 jun. 1865



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Na nota publicada na edição de número 245, Fleiuss sugeriu que a pátria era a “primeira das mães”, uma matriarca desrespeitada pela indiferença de seus filhos diante dos “surdos clamores” da nação. O discurso de Fleiuss opunha a civilização, regulamentada pelas leis e o patriotismo, versus a “barbárie” de um inimigo tirano, monstruoso. Assim, a pátria brasileira, o espaço de cultivo da civilização, deveria ser conservada a todo custo, mesmo que por

meio da “coação” da vontade e do “sacrifício de sangue” de seus filhos. Mas afinal, quem eram os homens de patriotismo egoístico, tardio? Quais eram os espaços por eles habitados? Onde se localizava, na perspectiva da revista, os limites da educação cívica?

Em 26 de março de 1865, um desses espaços foi delimitado: o interior.

Figura 3 – “Cenas da roça” – *Semana Ilustrada*, ed. 224, p. 4, 26 mar. 1865



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Sob o título “Cenas da roça”, uma série de ilustrações demarcaram as localidades afastadas da corte como espaços de menor patriotismo. Na sequência de imagens, homens e mulheres têm suas vidas privadas atravessadas por uma necessidade pública e é justamente o estabelecimento da tensão entre as demandas domésticas e a causa nacional o elemento que confere humor às cenas. A partir das imagens, é possível inferir que forças internas da sociedade do Brasil oitocentista impuseram focos de resistência à demanda de homens para o front. Apesar dos esforços governamentais para tornar a guerra uma causa particular através de apelos ao patriotismo, em muitas instâncias, os interesses do Estado imperial continuaram se opondo às vontades e conjunturas pri-

vadas de um povo que experimentava relações com a Nação bem menos óbvias do que aquelas esperadas por aqueles que evocavam o amor da pátria acima de todas as coisas.

O que dizer então das relações nutridas por aqueles que sequer eram considerados cidadãos, mas sim propriedade privada? Com a crise do alistamento, homens escravizados também passaram a ser alforriados sob a condição de que marchassem para a guerra. No período de seis anos, dos 7.881 registros de escravizados alforriados no Rio de Janeiro, 36% estipulavam a alforria sob a explícita condição que os alforriados lutassem no conflito (Sousa, 2022, p. 117).

Figura 4 – *Semana Ilustrada*, ed. 309, p. 5. 11 nov. 1866



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

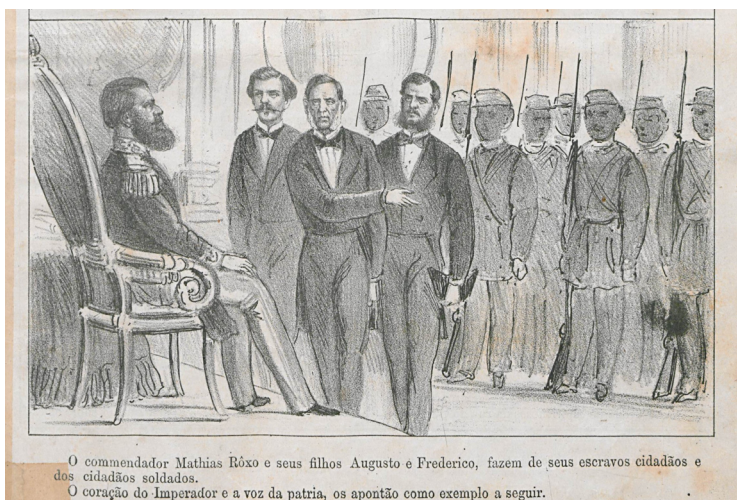
A *Semana Ilustrada* abordou a participação desses homens, mas ignorou suas razões para se alistar. Com exceção do ficcional Moleque,⁴ escravo do Dr. Semana que afirmou seu desejo patriótico de lutar no front, não se mencionaram as motivações de esca-

⁴ *Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, ano VI, nº 225, capa, 02 abr. 1865.

vizados dispostos para o combate. O caso da figura 5 publicada em 11 de novembro de 1866. Nela, o homem que de fato estava se dirigindo ao front sequer foi nomeado, aquele louvado por seu gesto patriota foi o seu senhor.

Nas composições da revista a classe senhorial ficava com os louros de ceder sua propriedade para o bem do Império. Por sua vez não nomeados, os soldados alforriados chegaram a ser ilustrados sem feições nítidas:

Figura 6 – Semana Ilustrada. Edição 335. p. 5. Rio de Janeiro, 23 dez. 1866



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

A alforria, liberdade e a cidadania constituíam três experiências muito diferentes dentro do Estado brasileiro oitocentista. Embora a legenda da figura 6 postule que os senhores brancos fizeram dos seus escravos cidadãos, a própria representação dos alforriados sem faces é um indicativo dos limites dessa mobilidade social. A alforria não os alçava a condição de sujeito de direito, tão somente condicionava o fim da propriedade de Mathias Roxo sobre eles caso se submetessem – ênfase no se – a servir as forças armadas e ainda sobrevivessem a um dos conflitos mais sangrentos da história do continente.

Diferente do enfoque positivo dado à iniciativa voluntária ou as críticas à inatividade dos homens livres recrutados à força, nas páginas da *Semana*, as motivações dos soldados alforriados para se juntar à guerra ficaram em segundo plano. Fundado em uma época marcada pela exasperação de debates sobre a questão escravocrata, em momento algum o periódico foi partidário da emancipação imediata. Sua espécie de “reformismo” visava amenizar “os aspectos mais desagradáveis e gritantes da escravidão quando expostos ao olhar sensível da população burguesa das cidades, deixando intacto, por fim, o caráter econômico daquela instituição” (Souza, 2007, p. 117).

A ênfase no elogio ao patriotismo da classe senhorial foi, portanto, outro elemento demonstrativo dos costumes e tiranias que Fleiuss não estava disposto a castigar com seu humor. Afinal, tratar das complexas relações que podiam nutrir com a nação os soldados que cresceram dentro do seu território desumanizados, legalmente reconhecidos como propriedade, podia implicar justamente em expor o horror da barbárie escravocrata brasileira.

REFERÊNCIAS

DORATIOTO, F. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865. **Coleção de leis do império do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 5, 1865.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUSA, J. P. **Escravidão ou morte**: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.

SOUZA, A. B. R. **Povo, pátria e imperador**: os voluntários da pátria no Rio de Janeiro (1865-1875). 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, K. F. R. **As cores do traço**: paternalismo, raça e identidade nacional na Semana Ilustrada (1860-1876). 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LA IDEOLOGÍA BATLLISTA EN EL FRENTE AMPLIO

Mariana Elizabeth Fernández Presa

La historia oficial de Uruguay ha construido algunos mitos con respecto a los procesos históricos vividos, terminando esta mitificación con la construcción del imaginario de que Uruguay es, o fue antes de 1973, “la Suiza de América”. Si bien, este imaginario de la “Suiza de América” comienza a ser construido durante a finales del siglo XIX, fue afianzado a principios del siglo XX, con las reformas llevadas a cabo por el batllismo (1903-1933),¹ momento que incentivó dicho imaginario por el afán de estos de despegarse del resto del continente latinoamericano y alcanzar una cercanía con Europa. Es decir, que ese Uruguay de principios del siglo XX no se identificaba con el continente en el que estaba inserto, sino que buscaba por todos los medios ser diferente de este con la construcción de un país diferente, un país modelo. Esta denominación

¹ El término “batllismo” designa a la corriente política hegemónica en Uruguay durante las primeras décadas del siglo XX, inspirada en las ideas y reformas impulsadas por José Batlle y Ordóñez (1856-1929). Batlle, quien presidió el país en dos períodos (1903-1907 y 1911-1915), lideró un proceso de modernización del Estado uruguayo en el apogeo del modelo agroexportador. Al utilizar los recursos generados por este sector para financiar su proyecto intervencionista y de ampliación de derechos, su gestión se desenvolvió en una tensa (y a la vez funcional) complementariedad con los sectores rurales tradicionales. Así, consolidó un proyecto de país basado en un Estado intervencionista (con estatizaciones en áreas como seguros y energía), en la laicidad (separando la Iglesia del Estado y promoviendo una educación secular), en la ampliación de los derechos sociales (jornada de ocho horas, sufragio universal masculino, divorcio) y en la búsqueda de un “país modelo”. Paradójicamente, este modelo afirmaba la identidad nacional al mismo tiempo que buscaba espejarse en Europa, alimentando el imaginario de Uruguay como la “Suiza de América” (nota del editor).

trascendió en el tiempo y traspasó las fronteras del país. La “Suiza de América” hace referencia a la continuidad democrática y al sentimiento de ajenidad con el continente latinoamericano.

Este imaginario de Uruguay como la “Suiza de América” no terminó en 1933 con el fin del batllismo; por el contrario, se arraigó en la sociedad durante todo el siglo XX. Incluso, el golpe de Estado de 1973, siendo un hecho que consideramos que marca un quiebre en ese imaginario, ya que muestra que Uruguay no es diferente del resto de América Latina y sus instituciones pueden tener fisuras, de todas formas, no es suficiente para deconstruir esta imagen de Uruguay, que fue retomada luego del período dictatorial y se afianzó con las reformas implementadas por el Frente Amplio (FA) con la llegada de este al gobierno en el año 2004, como lo afirmó el ministro de relaciones internacionales Nin Novoa en una nota periodística publicada en *El Espectador*; “Nin resaltó que la idea de finales del siglo XIX que lo consideraba la Suiza de América sigue vigente ‘desde el punto de vista de la institucionalización democrática y del valor de la fortaleza de sus órganos de representación’” (El Espectador, 2015).

Por lo tanto, considerando que tanto el batllismo como el FA han tenido una gran repercusión en la vida de la sociedad uruguaya en su conjunto, (es decir, económica, política y social) y habiendo sido ambos estudiados por separado en la mayoría de los casos, nos propusimos, en un trabajo monográfico más amplio, estudiar si ¿existe la continuidad de la ideología batllista en el Frente Amplio? Y, en base a esta, nos planteamos tres objetivos. En primer lugar, comprender los contextos en que el batllismo y el FA surgieron desde una perspectiva mundial, regional y local, es decir, ver la influencia de los modelos occidentales en el continente y en Uruguay, y lo que estos modelos implican para las reformas llevadas a cabo por los mismos. En segundo lugar, nos planteamos caracterizar la ideología batllista y la ideología del FA, viendo aquí las continuidades y las rupturas entre estas. Aquí, tenemos en cuenta la influencia que el mundo occidental generó en Uruguay,

principalmente en los motivos para llevar a cabo dichas reformas. Por último, nos planteamos analizar críticamente la continuidad ideológica del batllismo en el Frente Amplio, intentado responder nuestra pregunta inicial.

Con estos objetivos, utilizamos diversas fuentes. En el caso del batllismo usamos algunos de los artículos periodísticos publicados en el periódico *El Día*, y para la caracterización de la ideología del FA trabajamos con los programas políticos y el documento de fundación del mismo. Esta elección de las fuentes se dio por considerar que son estos documentos los que exponen cuáles serían las reformas a implementar, así como las justificaciones de las mismas, ya sea de una forma filosófica o coyuntural.

La coyuntura

El batllismo y el FA surgen en períodos de tiempo diferentes, pero ambos se enfrentan a un modelo internacional que cambia de nombre, pero propone lo mismo. En el caso del batllismo se impone la modernización, ya que este debía ponerse a tiro a causa de la Revolución Industrial ocurrida en Inglaterra que modificó las relaciones de trabajo, entre otras cosas. Por lo cual, desde fines del siglo XIX se llevaron a cabo una serie de reformas que continuaron y se ampliaron en los gobiernos batllistas. Entre estas se afianzó el Estado-nación, la secularización del Estado y la imposición de la ciencia, el cambio de las relaciones internacionales, la búsqueda de la estabilidad política necesaria para el desarrollo de la economía, pero principalmente el ocultamiento de los pueblos originarios con las “conquistas del desierto”, las políticas de blanqueamiento y de inmigración que se llevaron a cabo en algunos de estos países, así como el intentar imponer las costumbres y la religión occidental. En cuanto al FA, este surge unos años antes del golpe de Estado (1973) y su accionar se dio en la clandestinidad o como oposición a los gobiernos de los partidos Colorados y

Nacional, ya a partir de 2005 asumieron el gobierno hasta el año 2020. Pero, como ya vimos, estos siguieron con la postura del país modelo.

Las ideologías

El período batllista construyó en Uruguay la idea del país modelo (Vanger, 1983) a través de la modernización del Estado y de algunas reformas que se llevaron a cabo en el período, las mismas comenzaron a fines del siglo XIX. Ese modelo era el que se imponía internacionalmente. Estas implican la secularización del Estado y la imposición de la ciencia, el cambio de las relaciones internacionales, la búsqueda de la estabilidad política necesaria para el desarrollo de la economía, pero principalmente el ocultamiento de los pueblos originarios con las “conquistas del desierto”, las políticas de blanqueamiento y de inmigración que se llevaron a cabo en algunos de estos países, así como el intentar imponer las costumbres y la religión occidental, ya que esta era tenida como superior a todas las demás. En cuanto a los gobiernos del FA, si bien el contexto es otro, porque este asume la conducción del país en el año 2005, este mantiene los mismos preceptos que los gobiernos batllistas, es decir que se acopla al modelo internacional imperante, pero al mismo tiempo establece un Estado intervencionista. En cuanto al corte social, aprueban la Ley 19.122 de acciones afirmativas, Ley 18.987 de Interrupción Voluntaria del Embarazo (IVE) y la Ley 19.172 de regulación del consumo y plantación de la marihuana; estas colocan a Uruguay a la vanguardia en cuanto a derechos sociales nuevamente.

¿Existe la continuidad de la ideología batllista en el Frente Amplio?

El batllismo pensó un país proyectado hacia el futuro y, si bien podemos decir que lo consiguió, nos preguntamos aquí: ¿qué tipo de país planificó? ¿Qué herencia dejó para las futuras generaciones? Creemos que las respuestas a estas preguntas pueden ser variadas dependiendo de las interpretaciones individuales de cada uno. Para nosotros, nos dejó un país laico en todos los ámbitos estatales, con una población homogénea y de ascendencia europea; en otras palabras, de “raza blanca”. Asimismo, legó derechos laborales arraigados en la sociedad, un grado de institucionalización de los más altos de América Latina y una democracia representativa y directa, al mismo tiempo. Esto significa que instauró un país moderno, basado en los preceptos de modernidad, de civilización, orientado hacia el progreso, dominado por la ciencia y la razón y homogéneo, sin distinción étnica. Este fue el Uruguay que el batllismo construyó con las reformas implementadas. Reformas que fueron basadas en los conceptos de igualdad, libertad, justicia social y movilidad entre las clases a través de la educación. Un país que rechaza el imperialismo y cree en el Estado y las instituciones, ante todo, lo que se traduce en un “país modelo”, proyectado del siglo XX hacia el XXI. Construyó la “Suiza de América”, pensó un país a futuro y lo consiguió establecer y que este perdurará en el tiempo, manteniéndose vigente cien años después de cuando fue pensado. Y es en estos postulados donde encontramos la continuidad del batllismo en el FA.

Comenzando por la laicidad del Estado, el batllismo emprendió una guerra en contra de la Iglesia, donde se da una disputa por quién va a tener el control sobre las mentalidades de la población, ya que quitarle las funciones que dicha institución ejercía hasta el momento, implica la creación de una “religión cívica” y, en este sentido, se emprende la reforma educativa. Pero la laicidad implica la libertad de culto, y esta reforma no culminó con la obtención de

mayor libertad de discutir en los centros educativos sobre diferentes religiones; al contrario, no se discute religión, ninguna. Esta batalla es uno de los principales baluartes de la modernización, es decir que el Estado debe ser laico para ser moderno y civilizado, ya que una sociedad guiada por la religión es una sociedad atrasada. Respecto al FA, éste propone el respeto hacia la laicidad, y por consiguiente, no se replantea la discusión del mismo. Por ende, coincide en que el Estado no debe poseer ninguna religión oficial. Este postulado es defendido por ambos de la misma forma, desde la imposición del Estado, derivando así, en la negación de la discusión de cualquier religión en cualquier ámbito estatal. Por lo tanto, es la transferencia de la religión hacia el ámbito de la vida privada, sin el conocimiento de ninguna de ellas más que a través de las familias.

La reforma de la educación fue pensada a partir de fundamentos de igualdad e libertad como un medio de ascensión social. Dicho proyecto tenía como fin “civilizar” a la sociedad, sustentándose en la dicotomía civilización-barbarie instaurada desde la invasión al continente latinoamericano; es decir, se estructuró bajo el patrón de sociedad establecido por Europa. Y el FA, setenta años después, propone lo mismo cuando ve a la educación como una forma de “elevar el contenido humanista”. Es decir que esta es vista como una forma de “iluminar” a la población, que sin la educación formal no podría ser civilizada. Nuevamente, se trasladan los debates occidentales hacia nuestras sociedades. Es aquí donde asistimos a la homogeneización de la sociedad, vale decir, a la construcción de que somos descendientes de inmigrantes europeos. Este fenómeno se refuerza dado que tanto el FA como el batllismo mantienen el discurso oficial del exterminio de los pueblos originarios en la masacre de Salsipuedes en 1834, un discurso que no fue cambiado en ninguno de los dos períodos. Aquí, percibimos cómo uno de los principales ejes de la modernización sigue vigente en Uruguay hasta el día de hoy, ya que continúan queriendo ser europeos, o en su defecto, de ser comparados con

ellos, ocultando las diferencias que existen en la población. Considerando que la igualdad es uno de los principales postulados del FA y del batllismo, esta postura es contradictoria respecto a este elemento fundamental de ambas ideologías. En esta división racial de la sociedad encontramos una alta colonialidad del poder en estos discursos; vemos cómo Uruguay se posiciona todo el tiempo como un país que pretende alcanzar los patrones europeos de sociedad, ya que la posiciona como superior.

En este sentido, encontramos que tanto el batllismo como el FA están atados al seguimiento de los modelos europeos, desafiando a estos solamente respecto al papel del Estado, ya que éste es considerado un actor central en los procesos económicos, sociales y políticos. El Estado es visto con un rol activo en la sociedad uruguaya; esta construcción comenzó en el batllismo con la absorción de las funciones de la Iglesia hacia el Estado, desafiando así al liberalismo que establecía lo contrario. Este es el único punto en el cual se desobedece al modelo occidental. Ya que el batllismo establece un Estado que está presente en todos los ámbitos de la Sociedad: en la política, en la economía y en lo social. Este rol se basa en la creencia del Estado como un generador de igualdad, como un agente para disminuir las brechas sociales y económicas entre la población. Es decir que los servicios que hasta ese momento estaban en manos de capitales extranjeros deberían ser provistos por el mismo como una forma de asegurar el acceso a la mayoría de la población. Y es en este sentido, que hablamos de antiimperialismo, es decir, de la defensa de los intereses nacionales sobre los extranjeros. En este sentido, el FA también desafía al sistema neoliberal, defendiendo estos mismos postulados y posicionando al Estado como un actor central en la economía, la política y la sociedad uruguaya. La diferencia entre el batllismo y el FA en este aspecto es que estas propuestas en el primero de ellos es un proceso totalmente impuesto por la clase política; en cambio, con los gobiernos neoliberales de la década de 1990, es la sociedad quien no acepta la privatización de los entes estatales, utilizando

los mecanismos previstos para esto. Y luego, con la llegada del FA al gobierno, la defensa del Estado como un agente central en los procesos vividos es reivindicado. Esta defensa por parte de la sociedad hacia el rol estatal es una herencia del batllismo, es decir, que podemos constatar la penetración del mismo en la población uruguaya, incluso en un proceso de “larga duración”, ya que estos plebiscitos y referéndums se dieron cincuenta años después con respecto a los gobiernos batllistas.

Esta posición del FA de diálogo con la sociedad es la principal diferencia con respecto al batllismo, ya que la mayoría de la legislación aprobada con respecto a la igualdad de derechos se dio a través de acuerdos bilaterales con una parte de la población, la que reivindicaba la misma. En este diálogo se aprobó la Ley de matrimonio igualitario, la Ley de interrupción voluntaria del embarazo y de acciones afirmativas. Vale decir que el FA avanza en esta temática con respecto al batllismo, aunque estas reformas sean producto de la época. De todas formas, la ruptura que queremos marcar aquí es la verticalidad del batllismo en la instauración de la mayoría de las leyes con una discusión interna a la clase dirigente. El único momento de consulta popular en el batllismo se dio a través de las elecciones para la Asamblea Nacional Constituyente con motivo de reformar la Constitución, donde este recibe una aplastante derrota a pesar del voto universal masculino. Por lo tanto, nos preguntamos ¿si el batllismo hubiera plebiscitado todas sus propuestas, la sociedad las habría aceptado? O ¿no estaba preparada para estas? Este diálogo entre el gobierno del FA con la sociedad es una de las principales diferencias con respecto al batllismo.

Pues bien, en función de lo expuesto anteriormente, podemos notar que la ideología batllista posee cierta continuidad en la del FA, principalmente en las políticas sociales, en el rol que el Estado debe cumplir, en querer un país “más democrático”, un “país diferente” o “modelo”, guiado por la ciencia; esto es, laico. El batllismo logró construir dicho país y el FA intenta volver a establecerlo con su surgimiento en el 71 y, más aún, cuando asume el gobierno

(2004) luego de la crisis del 2002. Este país fue y es construido a través de los parámetros europeos, con el objetivo de alcanzar la modernidad, el estadio de civilización europea, el progreso/Desarrollo. Dicho de otro modo, ambos poseen una alta colonialidad del poder dentro de sus ideologías, evidenciada en el sometimiento a los países occidentales con el afán de ser parte de las relaciones capitalistas de producción como economías dependientes. Esta postura se sustenta en la división racial que Europa ha construido, la cual sitúa a los países latinoamericanos como inferiores, marcando dichas relaciones de subordinación de Europa hacia América Latina. Dado que esta jerarquización racial de la sociedad es bastante nueva (500 años) y se originó con la invasión del continente, resulta sumamente fuerte desde el momento en que domina las mentalidades de la población. El colonizador no precisa estar presente físicamente para imponer dicho patrón, ya que posee partidos políticos que reproducen dichos patrones.

REFERENCIAS

ALVARIZA ALLENDE, R.; CRUZ ÁNGELES, J. **Revista de Estudios Jurídicos**. Jaén, n. 14, 2014.

BETHELL, L. A Grã-Bretanha e a América Latina 1830-1930. In: BETHELL, L. (org.). **História da América Latina: 1870 a 1930**. São Paulo: Edusp, 2009. v. 4. p. 581-609.

BRALICH, J. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**. Tunja, n. 17, p. 43-70, 2011.

CABRERA, S. **El País**. Montevideo, 20 nov. 2015. Disponível em: <http://www.elpais.com.uy/que-pasa/los-abuelos-indios.html>.

CAETANO, G. **La república batllista: ciudadanía, republicanism y liberalismo en Uruguay (1910-1933)**. Montevideo: Banda Oriental, 2011. t. 1.

CONSTITUIÇÃO (1918). **Constitución de la República Oriental del Uruguay**. Montevideo, 1918.

DELGADO, R. **La Diaria**. Montevideo, 10 abr. 2015. Disponível em: <http://ladiaria.com.uy/articulo/2010/8/al-derecho-y-al-reves/>.

EL DÍA. Apuntes sobre el colegiado. **El Día**. Montevideo, 4 mar. 1913.

EL DÍA. El batllismo. **El Día**. Montevideo, 30 set. 1916.

EL DÍA. El divorcio, la sanción definitiva. **El Día**. Montevideo, 19 out. 1907.

EL DÍA. El monopolio de la energía eléctrica. **El Día**. Montevideo, 25 nov. 1911.

EL DÍA. El monopolio de los seguros y el socialismo. **El Día**. Montevideo, 15 maio 1911.

EL DÍA. El régimen laico en os asilos. **El Día**. Montevideo, 12 fev. 1908.

EL DÍA. Fundamentos sobre la implantación del ejecutivo colegiado. **El Día**. Montevideo, 25 maio 1916.

EL DÍA. La iglesia y os obreros. **El Día**. Montevideo, 8 maio 1916.

EL DÍA. La oportunidad. **El Día**. Montevideo, 11 jul. 1911.

EL DÍA. La universidad para mujeres, el discurso parlamentario de frugoni. **El Día**. Montevideo, 1 dez. 1911.

EL DÍA. Las oito horas en el senado. **El Día**. Montevideo, 13 nov. 1905.

EL DÍA. Las oito horas. Porque no se debe trabajar más. **El Día**. Montevideo, 7 maio 1912.

EL DÍA. Monopolio de los seguros. **El Día**. Montevideo, 11 jul. 1911.

EL DÍA. Monopolio de los seguros. **El Día**. Montevideo, 13 maio 1911.

EL DÍA. Sobre los crucifijos y sobre unas groserías. **El Día**. Montevideo, 19 jul. 1906.

EL ESPECTADOR. **El Espectador**. Montevideo, 17 nov. 2015. Disponível em: <http://www.elspectador.com.uy>.

FERREIRA RODRÍGUEZ, P. **Revista Encuentros Uruguayos**. Montevideo, v. 5, n. 1, p. 179-205, 2012.

FRENTE AMPLIO. **30 primeiras medidas de governo**. Montevideo, 1971. Disponível em: www.frenteamplio.org.uy.

FRENTE AMPLIO. **Bases programáticas**: tercer gobierno nacional del Frente Amplio 2015-2020. Montevideo, 2014.

FRENTE AMPLIO. **Bases programáticas de la unidad**. Montevideo, 1984.

FRENTE AMPLIO. **Documento de fundación**. Montevideo, 1971.

FRENTE AMPLIO. **Grandes lineamientos programáticos para el gobierno 2005-2009**. Montevideo, 2003.

FRENTE AMPLIO. **Grandes líneas programáticas e propuestas de gobierno**. Montevideo, 1998.

FRENTE AMPLIO. **V Congreso Zelmar Michelini**. Montevideo, 2008.

FRENTE AMPLIO. **V Congreso ordinário**: “Compañero General Líber Seregni”. Montevideo, 2007.

GROMPONE, A. **La ideología de Batlle**. Montevideo: Arca, 1962.

GUZMAN, L. **El País**. Montevideo, 10 abr. 2015. Disponible em: <http://www.elpais.com.uy/opinion/batllismo-eso-no.html>.

HIERRO LÓPEZ, L. **Partido Colorado**. Montevideo, 12 abr. 2015. Disponible em: <http://www.partidocolorado.com.uy>.

LYNCH, J. A Igreja Católica na América Latina. In: BETHELL, L. (org.). **História da América Latina**: 1870 a 1930. São Paulo: Edusp, 2009. v. 4. p. 415-488.

MOREIRA, C. **De la “Suiza de América” al paisito**: escenarios y prospectivas del Uruguay en la tercera ola de democracia. Montevideo: PNUD, 2007.

ODDONE, J. A formação do Uruguai moderno 1870-1930. In: BETHELL, L. (org.). **História da América Latina**: 1870 a 1930. São Paulo: Edusp, 2008. v. 5. p. 609-632.

PEREYRA, L. **El Observador**. Montevideo, 12 abr. 2015. Disponível em: <http://www.elobservador.com.uy>.

PRANDI, J. **La Colonia Digital**. Colonia, 15 abr. 2015. Disponível em: <http://www.lacoloniadigital.com.uy>.

SANGUINETTI, J. M. **Montevideo Portal**. Montevideo, 15 abr. 2015. Disponível em: <http://www.montevideo.com.uy>.

THORP, R. A América Latina e a economia internacional. In: BETHELL, L. (org.). **História da América Latina: 1870 a 1930**. São Paulo: Edusp, 2009. v. 4. p. 83-110.

TRUJILLO, V. **El Observador**. Montevideo, 15 abr. 2015. Disponível em: <http://www.elobservador.com.uy>.

URUGUAY. Presidência de la República. **Lei n. 18.987**: interrupção voluntária da gravidez. Montevideo, 2012.

URUGUAY. Presidência de la República. **Lei n. 19.075**: matrimônio igualitário. Montevideo, 2013.

VANGER, M. **El país modelo**: José Batlle y Ordoñez, 1907-1915. 2. ed. Montevideo: Arca, 1991.

VARGAS HERNÁNDEZ, J. G. **Revista Madrid**. Madrid, n. 17, p. 66-89, 2007.

O PATRIMÔNIO NACIONAL HAITIANO: CITADELLE LAFERRIÈRE, PALAIS SANS-SOUCI E RAMIERS

Loudmia Amicia Pierre-Louis

Desde o início da graduação em História – América Latina na UNILA, me interessava pensar a relação entre identidade, memória e Estado-nação. Eu precisava entender quais eram as memórias do povo haitiano e de que forma essas memórias eram articuladas pelo Estado para construir e manter essa comunidade imaginada chamada Haiti (Anderson, 2008). E foi através do estudo do patrimônio nacional que pude navegar entre essas questões e, finalmente, pensar sobre a constituição da identidade e das políticas de memória nacional desse país. Para tanto, tive que eleger um patrimônio que mobilizasse toda a nação em torno de elementos identitários considerados naturais. O *Parc National Historique – Citadelle Laferrière, Palais Sans-Souci e Ramiers* (PNH-CSSR) desempenha destacadamente esse papel.

Em novembro de 2019, defendi, então, a monografia *Haiti entre a nação e o patrimônio – 1940-1990*. O principal objetivo era realizar um estudo crítico do conceito de patrimônio de forma interligada à questão identitária e à formação do Estado-nação – um exercício diferente da grande maioria dos estudos patrimoniais no Haiti, que enfocam muito mais o aspecto econômico-turístico (Demesvar, 2015). Pretendia, assim, identificar as ações locais de patrimonialização, as circunstâncias que levaram ao surgimento e à implantação da questão como tema politicamente relevante. Ao estudar o parque, pressupunha apontar que a identidade haitiana se forjou em torno dos valores decoloniais de sua revolução – entendendo, como aponta Mignolo (2017), que o pensamento

decolonial se manifesta desde a formação da modernidade/colonialidade e atua como sua contrapartida – e que tal identidade nacional teria sido projetada na institucionalização do patrimônio do país, reforçando o simbolismo de liberdade na memória social. Contudo, com o desenvolvimento da pesquisa, essa hipótese se mostrou demasiado complexa.

Em 1807, após disputas com Alexandre Pétion pelo poder, Henry Christophe ergueu seu próprio Estado e, em 1811, se auto-proclamou rei Henry I do Reino do Haiti. Como todo rei, precisou de um palácio; então, fez construir o *Palais Sans-Souci* (Figura 1) em Milot, sua Cidade Real, a capital política, militar e administrativa de seu reino. Mas, desde 1804, ele estava envolvido na edificação da *Citadelle Laferrière* (Figura 2), como ordenara Jean-Jacques Dessalines, primeiro chefe de Estado do Haiti. Um mês após a Proclamação da Independência, todos os comandantes das divisões militares do país foram instruídos a erguer fortalezas em pontos estratégicos do território nacional, com o intuito de defender a liberdade do povo negro arduamente conquistada. Mas, além da *Citadelle*, Henry I também fez construir *Ramiers*, um complexo residencial e militar com quatro fortificações (Figura 3). Seu governo, que oficializa, depois do assassinato do Dessalines, a cisão do país em dois Estados – um Reino no norte e ao sul uma República –, foi bem breve. Em 1820, Henry I se suicidou diante da pressão e ataques de seus opositores do sul; sua Cidade Real foi abandonada, destruída pelo vandalismo e, mais tarde, por um terremoto em 1842 (Pérard, 2018; Madiou, 1848, 1987, 1988).

Figura 1 – O Palais Sans-Souci



Fonte: A Autora (2019).

As obras de Henry I transcendiam uma função meramente militar, como apontam estudos do Instituto de Salvaguarda do Patrimônio Nacional (ISPAN) (*Bulletin de l'Ispan*, n. 28, 2011) e discursos políticos do início do século XIX, como os do barão de Vastey (1819). Eram monumentos – tal como entendido por François Choay (2001) –, obras políticas, construídas intencionalmente para reforçar o poder do rei e legitimar uma identidade nacional que se construiria a partir de tradições que não se limitavam ao período colonial escravista. Eram obras que resgatavam e asseguravam a humanidade dos negros no tempo; era preciso construir um futuro ao qual se apegar, já que o passado tinha sido roubado. O rei teria dito, conforme imaginou Aimé Césaire (1979, p. 37, tradução nossa): “Nós, nossos nomes, já que não podemos arrancá-los do passado, que seja do futuro!” Esses três monumentos acabaram por se tornar, então, os mais memoráveis legados de Henry I, que também deixara em todo o seu reino outros palácios, mansões e obras militares. Edificados no contexto da Revolução

Haitiana, Milot e o parque se converteram na principal representação da conquista e defesa da independência nacional, da liberdade, da dignidade e da genialidade do homem negro, tornando-se, mais tarde, o principal símbolo cultural e identitário nacional, ao serem classificados como patrimônio da humanidade em 1982 e nacional em 1995.

Figura 2 – A *Citadelle Laferrière*



Fonte: A Autora (2019).

O patrimônio e outros símbolos nacionais, como hinos, bandeiras etc., servem para disseminar narrativas identitárias, geralmente baseadas na invenção de distantes origens e tradições que garantem a existência das nações modernas. Por esse motivo, é de interesse dos Estados garantir a proteção e a preservação dos símbolos nacionais, pois seus objetivos são os de evidenciar e manter a identidade, a soberania e a coesão nacional, assegurando o respeito e a lealdade de seus cidadãos por meio de práticas, valores, crenças

e convenções que ditam a socialização dos indivíduos e legitimam as instituições estatais e as relações de poder (Hobsbawm, 2002; Geary, 2005). Daí sua seleção criteriosa, pois devem, de certo modo, materializar a ideia de nação, tornando-a palpável (Choay, 2001; Davallon, 2015). Entretanto, apenas alguns aspectos do passado são lembrados; apenas alguns grupos, algumas culturas, algumas identidades e memórias são simbolicamente representadas como parte da nação, o que impacta o direito de existir desses grupos e evidencia a complexidade e as exclusões inerentes ao processo de invenção dos símbolos nacionais e, em particular, à do patrimônio ou, melhor dito, evidencia o caráter violento do Estado moderno.

Pois, como produto da modernidade/colonialidade, o Estado-nação é uma máquina geradora de opressão (Quijano, 2005; Dussel, 1994; Mignolo, 2017) e a patrimonialização, como todos os instrumentos de Estado, também funciona como meio para a prática da violência colonial. Quando países latino-americanos e caribenhos, como o Brasil, a Argentina e a República Dominicana, elaboram seus processos de patrimonialização, sobretudo entre os anos de 1920 e 1930, com a formalização do trabalho de preservação, conservação e restauração de bens culturais históricos e artísticos, o patrimônio nacional se referia apenas aos bens arquiteturais do período colonial, de caráter religioso, militar e institucional, que lembravam unicamente o passado europeu, branco, católico e “civilizado”. Era mais uma forma das sociedades da região tentarem escapar do legado da experiência da escravidão através do branqueamento, constituindo identidades herdeiras das tradições europeias, enquanto as violências do racismo, pilar da colonialidade, continuavam a afetar a experiência de vida das populações negras e indígenas e sua própria representação nos bens patrimoniais. Todavia, apesar das importantes mudanças observadas a partir das décadas de 1960, sobretudo de 1980, com

o tombamento de patrimônios de ressonância afro e indígena, ainda esses bens constituem exceções (Pierre-Louis *et al.*, 2019; Pierre-Louis, 2022).

No caso específico do Haiti, mesmo com os eventos revolucionários de caráter popular entre 1791 e 1804, o processo de patrimonialização não deixou de ser violento; afinal, o Estado moderno, independente de suas origens, é o elemento chave da colonialidade e não pode subsistir sem se inventar-se miseráveis (Casimir, 2005). Muito tempo após a independência, os escravizados – agora, na sua grande maioria camponeses, falantes do crioulo e praticantes do vodu – ainda eram submetidos ao trabalho forçado, à corveia, aos castigos corporais e outras formas simbólicas de violência. E Henry I, descrito como um tirano, utilizou essas práticas para construir os monumentos da sua Cidade Real, encarcerou opositores reais ou imaginados na *Citadelle* e recorreu, inclusive, ao assassinato (Madiou, 1848, 1987, 1988; René, 2019; Casimir, 2018).

Figura 3 – Um dos quatro redutos do Complexo de *Ramiers*



Fonte: A Autora (2019).

O processo de patrimonialização no Haiti se inicia com as publicações das leis de 1921 e de 1927. Mas é com a lei de 1940 e o decreto-lei de 1941 que a preservação de sítios e monumentos históricos é especificamente estipulada. A Constituição de 1946, pela primeira vez, determina como dever do Estado proteger e cuidar dos lugares de excepcional valor natural, artístico ou histórico. Esse primeiro momento da patrimonialização, de ações estatais pontuais, entre as décadas de 1920 e 1940, é atravessado pela ocupação estadunidense (1915-1934), marcado por práticas extremamente cruéis e racistas por parte dessa ocupação e também pelo autoritarismo de governos locais que dispunham de mecanismos legais contra toda prática da cultura popular, considerada primitiva.

É no segundo período de patrimonialização – do final da década de 1950 até os anos 1990, coincidindo com a ditadura dos Duvalier, pai e filho (1957-1986), e início do período da democratização, com importantes altos e baixos – que se percebe uma iniciativa por parte do Estado em estabelecer uma política cultural nacional. Isso se concretiza por meio da criação das principais legislações e instituições administrativas voltadas, em sua maioria, para a preservação dos monumentos de Milot. A primeira medida adotada foi a promulgação da Constituição de 1957, com destaque para o artigo 170, que declara as riquezas artísticas, históricas, folclóricas e arqueológicas como parte do tesouro cultural nacional, incumbindo ao Estado a responsabilidade de preservá-las. Essa premissa é reiterada nas constituições subsequentes de 1964, emendada em 1971, na de 1983 e na Constituição Democrática de 1987.

Outras ações incluíram a criação de instituições voltadas ao turismo, aos museus, arquivos, bibliotecas, escolas de artes, teatros e grupos folclóricos; além da criação do próprio Ispan. O país também aderiu a várias convenções internacionais sobre a cultura, o patrimônio e a educação. Especificamente voltada à preservação dos monumentos de Henry I, foram promulgadas as leis de 1961

e 1968, juntamente com o Decreto de 1978, que delimitaram os perímetros dos monumentos como áreas reservadas devido a seus valores naturais, classificando-os como Parque Nacional e Sítio Natural e estipulando os trabalhos de restauração em torno deles como de utilidade pública. A noção de Arque Nacional Histórico foi proposta por um projeto de lei de 1995 e os monumentos de Milot seriam enquadrados como tal, mas nenhum documento da lei aprovada foi localizado. Também em 1995, o PNH-CSSR, juntamente com dezenas de outros monumentos – em sua maioria militares do período colonial e pós-colonial –, foi tombado como patrimônio nacional.

A análise dos documentos oficiais acerca da cultura e do patrimônio, como constituições, decretos, leis e resoluções, acessados durante o trabalho de campo no Haiti, nos arquivos do centro de documentação do Ispan entre julho e agosto de 2019, permitiu identificar que no país a patrimonialização está voltada sobretudo aos bens materiais. O Ispan gerencia apenas o patrimônio construído, monumentos, fortalezas, igrejas, casas etc., e nenhuma lei em particular regula os bens imateriais. Também apontaram valores históricos e artísticos, às vezes naturais e, sobretudo, turísticos relacionados ao patrimônio, alusivo a um sentimento nostálgico de um passado heroico, grandioso. Mas também foi possível identificar a falta de organização nas iniciativas do Estado, com legislações contraditórias e ineficácias na aplicação das normas; instituições com falta de coordenação e duplicidade de funções, o que destaca uma deficiência legal e institucional na política cultural e patrimonial haitiana.

É importante destacar que, apesar dos Duvalier terem tido muito presente a questão da identidade nacional, da cultura, da memória e do patrimônio, durante seu regime todas as leis que proibiam as práticas populares, herdadas de governos anteriores, permaneciam em vigor. O crioulo seria oficializado somente na Constituição de 1987 e o vodu descriminalizado em 2004. Durante essa ditadura, uma das mais violentas da região, os camponeses

continuaram sendo um dos grupos mais marginalizados e agredidos no país. Além das censuras, perseguições, torturas e assassinatos, uma das práticas mais frequentes foram as expropriações de suas terras, inclusive para a patrimonialização do PNH-SSCR, como previa a Lei de 1968, e sem indenização (Hurbon, 1979, 1987; Pierre-Charles, 1973; Pierre-Louis, 2022).

Com esse estudo, foi possível observar que o patrimônio no Haiti, como em toda América Latina e Caribe, é o efeito e a consequência concreta e material da colonialidade, do capitalismo, do extermínio começado desde 1492. Apesar de seu processo de emancipação nacional ter sido levado a cabo pelos próprios escravizados, o Estado haitiano se mostra preso entre: a vontade de escapar da colonialidade e a natureza violenta do Estado moderno. Para enfrentar o medo haitiano, o Estado vende para o mundo o discurso de uma nação civilizada e promotora de liberdade, ao tempo em que viola direitos e atua com extrema agressividade contra a população. Os monumentos do *Parc National Historique*, em Milot, uns dos poucos patrimônios negros da região, relembram os valores decoloniais que guiaram a Revolução Haitiana e, ao mesmo tempo, apontam que a formação do Estado haitiano não escapou dos efeitos da modernidade/colonialidade, apesar de que a memória histórica em torno deles ignora essas violências.

Talvez este TCC tenha tido objetivos um pouco pretenciosos; o próprio tom usado e algumas afirmações demarcam minhas primeiras experiências como historiadora, o que me ajudou a compreender os complexos desafios da área. Foi, igualmente, importante na medida que a pesquisa suscitou novas questões que seriam estudadas no mestrado, como a relação da população local com o patrimônio, sua memória social, sua identidade e a participação na preservação do patrimônio. De forma geral, esses dois trabalhos realizados na UNILA me instigam a pensar, entre outros temas, o uso nacional da Revolução Haitiana, do haitianismo como principal – e muitas vezes única – explicação da situação do país; pensar o papel de um Estado que nunca se empenhou em reparar

as desigualdades que se evidenciam em todos os aspectos da vida do haitiano, mas, ao contrário, perpetuou injustiças sociais vindas desde o período colonial, injustiças essas que apenas foram se adaptando, com o passar do tempo, ao Estado-nação.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BULLETIN DE L'ISPAN. **Bulletin de l'ispan**. Port-au-Prince, n. 28, 1 set. 2011. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/53348503e4b09be6564e601a/t/567ac99f25981d64c1c4be71/1450887583715/bulletin+ISPAN+28.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2022.

CASIMIR, J. **Une lecture décoloniale de l'histoire des haïtiens**: du traité de ryswick à l'occupation américaine 1697-1915. Port-au-Prince: L'imprimeur, 2018.

CÉSAIRE, A. **La tragédie du roi christophe**. Paris: Présence Africaine, 1970.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

DAVALLON, J. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In: TARDY, C.; DODEBEL, V. (orgs.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: Open Edition Press, 2015. Disponível em: <http://books.openedition.org/oep/866>. Acesso em: 30 maio 2022.

DEMESVAR, K. **Interprétation et mise en valeur du patrimoine naturel et culturel, matériel et immatériel dans les parcs nationaux**: cas du parc national historique: citadelle, sans-souci, ramiers de la république d'haïti. 2015. Tese (Doutorado em Etnologia e Patrimônio) – Université Laval, Québec, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11794/26223>. Acesso em: 15 jun. 2019.

DUSSEL, E. **1492 – el encubrimiento del otro**: hacia el origen del mito de la modernidad. La Paz: Plural Editores, 1994.

GEARY, P. J. **O mito das nações**: a invenção do nacionalismo. São Paulo: Conrad, 2005.

HOBBSAWM, E. J. Introducción: la invención de la tradición. In: HOBBSAWM, E. J.; RANGER, T. (orgs.). **La invención de la tradición**. Barcelona: Crítica, 2002. p. 7-21.

HURBON, L. **Comprendre haïti**: essai sur l'état, la nation, la culture. Paris: Karthala, 1987.

HURBON, L. **Culture et dictature en haïti**: l'imaginaire sous contrôle. Paris: L'Harmattan, 1979.

MADIOU, T. **Histoire d'haïti**. Haiti: J. Courtois, 1848. t. III. Disponível em: <https://archive.org/details/histoiredhaiti03madi>. Acesso em: 10 ago. 2019.

MADIOU, T. **Histoire d'haïti**. Haiti: Henry Deschamps, 1987. t. IV. Disponível em: <https://books.google.com.br/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

MADIOU, T. **Histoire d'haïti**. Haiti: Henry Deschamps, 1988. t. VI. Disponível em: <https://books.google.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MIGNOLO, W. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 32, n. 94, jun. 2017.

PÉRARD, J. **Henry christophe**: un grand méconnu. Canada: Protech LP, 2018.

PIERRE-CHARLES, G. **Radiographie d'une dictature**: haïti et duvalier. Montréal: Nouvelle Optique, 1973.

PIERRE-LOUIS, L. A. **A patrimonialização no haiti**: o parc national historique e a comunidade de milot (1990-2020). 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: <http://dspace.unila.edu.br/123456789/7143>. Acesso em: 13 fev. 2023.

PIERRE-LOUIS, L. A.; LIMA, B. F.; EID, F. A. C. **Relacult**. [S. l.], v. 5, p. 1-15, maio 2019. Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1496>. Acesso em: 10 nov. 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

RENÉ, J. A. **Formation de l'état et culture politique populaire (1804-1846)**. Haïti: Le Natal, 2019.

VASTEY, P. **Essai sur les causes de la révolution et des guerres civiles d'hayti**. Sans-Souci: Imprimerie Royale, 1819. Disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_8mRKAAAACAAJ. Acesso em: 21 mar. 2021.

IDENTIDADE(S) LATINO-AMERICANAS: ETNICIDADES, DIÁSPORAS E PROCESSOS TRANSNACIONAIS

EL TIEMPO ANDINO EN GUAMÁN POMA DE AYALA Y JUAN DE SANTACRUZ PACHACUTI

Fabián Andrés Torres Chacón

El siguiente capítulo tiene por objetivo presentar de forma sintética mis trabajos y estudios iniciales sobre la historia, el tiempo y el espacio andinos en las crónicas y documentos coloniales de los siglos XVI y XVII, puntualmente entre la segunda mitad del siglo XVI e inicios del XVII. En esta ocasión, tenemos como fuentes principales las obras *Nueva Corónica y Buen Gobierno* de Felipe Guamán Poma de Ayala y la *Relación de Antigüedades deste reyno del Piru* de Juan de Santa Cruz Pachacuti, ambas crónicas terminadas a inicios del siglo XVII aproximadamente. Nos preguntamos, específicamente, haciendo un trabajo comparativo y de contraste entre las fuentes históricas, por la descripción del pasado andino en dos cronistas nativos/andinos, pero que, debido al contexto colonial en que se encontraban totalmente inmersos, introdujeron dichas historias y concepciones espacio/temporales andinas en la lógica de la escritura alfabética cristiana.

El tiempo en Guamán Poma de Ayala

Guamán Poma fue un cronista ladino que probablemente nació a mediados del siglo XVI en San Cristóbal de Suntuno, en la provincia de Lucanas del departamento de Ayacucho (López-Ba-

ralt, 1988, p. 68). Es autor de la *Nueva Corónica y Buen Gobierno* la cual finalizó aproximadamente entre los años 1613 y 1615, pero que se estima empezó a redactar a partir de 1580. El manuscrito se encuentra hoy en la Biblioteca Real de Copenhague y consta de 1189 páginas, de las cuales 398 están ilustradas (López-Baralt, 1988, p. 73). La obra de Guamán Poma iba dirigida a la corona española alegando los agravios sufridos en la sociedad andina, a causa de la codicia y malos tratos de la empresa colonial.

En lo relacionado al tiempo e historia, Guamán Poma de Ayala, en la primera parte de su obra, describe varias edades para el mundo andino. La primera de ellas será la *uari uiracocha runa*². Para esta edad primordial el autor ladino describe lo siguiente:

Capítulo del primer *uari uiracocha runa*, primer generación de indios del multiplico de los dichos españoles que trajo Dios a este reino de las Indias, los que salieron del arca de Noé del diluvio después multiplico, estos dichos por mandato de Dios derramó en el mundo; esta generación primera duraron y multiplicaron pocos años, ochocientos y treinta años en este mundo nuevo llamado Indias a los cuales que envió Dios; estos dichos indios se llamaron *uari uiracocha runa* porque descendieron de los dichos españoles (Guamán Poma, 2005, p. 41).

Desde esta primera era andina, aparecen elementos y cuestiones relevantes. Uno de ellos, se refiere a la conexión que el autor elabora entre esa sucesión de eras y periodos andinos con algunos referentes bíblicos como el arca de Noé. Es a partir de Noé, y más exactamente del diluvio, donde van a nacer los primeros habitantes de las “Indias”, de acuerdo a lo narrado por el cronista. Algo que contrasta con este enfoque bíblico en la historia andina de la crónica de Guamán Poma, es la aparición de *Uiracocha* o *Viracocha* 3, la cual es registrada en otros manuscritos coloniales como una divinidad propiamente andina.¹ Por otro lado, el cronista, en su

¹ *Viracocha* es una de las divinidades más citadas y usadas al interior de los relatos de la segunda mitad del siglo XVI y XVII del virreinato peruano. Una de sus

narración sobre el transcurrir de las edades andinas, deja ver que existe una serie de avances en las formas de organización política, social, y administrativa. Según él, en esta primera edad, las formas de vida de los andinos eran bastante básicas en términos organizativos y habitacionales.

Otro aspecto relevante en esta generación de *uari uiracocha runa*, es la defensa que hace el autor² sobre la inexistencia del vicio y pecado de la idolatría en estas primeras generaciones andinas.³ Además de eso, estos primeros andinos, a pesar de no conocer la ley ni los mandamientos de dios, tenían un poco del conocimiento de un único creador al cual adoraban. De esta forma, en la *Nueva Coronica* se muestra a esta primera edad desde una perspectiva monoteísta, forzando además la relación de la divinidad cristiana de un “creador” con la idea de *Viracocha*.

En segundo lugar, nos encontramos con la edad llamada *uari runa*. En esta edad, las formas de vida se van complejizando. Para Guamán Poma, en este período, junto al trabajo de los indígenas, se empiezan a construir diferentes obras como chacras, andenes, acequias para ríos, lagunas y pozos. También comienzan aparecer otras formas de vestido con cueros, o pieles de animales.⁴

principales características es su asociación con el dios creador cristiano, siendo referenciada, así como una divinidad primordial y que formará las primeras poblaciones y espacios andinos.

² [...] todo su trabajo era adorar a Dios como el profeta Habacuc [...] Esta gente de *uari uiracocha runa* perdieron la fe y esperanza de Dios, y la letra y mandamiento del todo perdieron, y así ellos se perdieron también, aunque tuvieron una sombrilla del conocimiento del creador de los hombres y del mundo y del cielo [...] estas gentes no supieron ni de dónde salieron ni como ni de qué manera y así no idolatraban a las huacas ni al sol, ni a la luna, estrellas, ni a los demonios, [...] De cómo estas gentes, cada uno fueron casados con sus mujeres y vivían sin pleitos y sin pendencia ni tenían mala vida, sino todo era adorar y servir a Dios con sus mujeres” (Guamán Poma, 2005, p. 44).

³ Para Bernand y Gruzinski (1993, p. 15) el concepto de idolatría que los europeos usaron en América era una categoría religiosa heredada desde el paganismo antiguo y la escolástica medieval. El uso de este concepto en tierras americanas produjo que se arraigara la imagen de unas sociedades complejas, ricas y demoníacas, despertando la codicia y justificando todas las agresiones. La idolatría se convertiría en sinónimo de cultura y civilización sin importar el oprobio que se le añadiera a ese concepto.

⁴ Desde la segunda edad de indios llamada *uari runa* [...] comenzaron a trabajar,

El periodo siguiente al *uari runa*, es el *purun runa*. Aquí no solamente existen unos sistemas de vivienda más sofisticados, sino que también podemos decir que, a nivel social y comunitario la organización es diferente a las edades anteriores.⁵ Para esta edad, el autor describe que se comenzaron a crear leyes, castigos, plazas públicas y algunas formas de diversión y distracción, lo que posiblemente tenga que ver con diferentes rituales como bailar y cantar. La siguiente era, es la de la *auca runa*, para la que Guamán Poma expresa lo siguiente:

Estos dichos indios [de *auca runa*] se salieron y des-
poblaron de los dichos buenos sitios de temor de la
guerra y alzamiento y contradicción que tenían en-
tre ellos. De sus pueblos de tierra baja se fueron a
poblarse en altos cerros y peñas, y por defenderse,
y comenzaron a hacer fortalezas que ellos llaman
pukara. Edificaron las paredes y cerco, y dentro de
ellas casas donde vivían; y comenzaron a reñir y ba-
tallar mucha guerra y mortandad con su señor y rey,
y con otro señor y rey, bravos capitanes y valientes
animosos hombres, y peleaban con armas [...] y con
estas armas se vencían y había muy mucha muerte
y derramamiento de sangre, hasta cautivarse. [...] Entre
ellos adoraron al Dios creador como los anti-
guos indios, y había mucha caridad y mandamiento

hicieron chacras, andenes, y sacaron acequias de agua de los ríos, lagunas y pozos [...] y no tenían casas, sino que edificaron unas casitas que parecen horno, que ellos les llamaban de pukullo, y no sabían hacer ropa, sino que se vestían de cueros de animales sobados, y se vestían de ello (Guamán Poma, 2005, p. 45-48).

⁵ [...] y vivieron y multiplicaron esta gente muy mucho, como la arena del mar, que no cabía en el reino de indios; [...] estos dichos indios comenzaron hacer ropa, tejido e hilado, auasca y de cumbe. Y otras policías y galanterías y plumajes, y edificaron casa y paredes de piedra cubiertas de paja, y alzaron reyes y señores y capitanes a los dichos legítimos de Uari Uiracocha, [...] como proseguían de buena sangre y tuvieron mandamiento y ley, y mojonaron sus pertenencias y tierras y pastos y chacras, cada señor en cada pueblo, y tuvieron sus mujeres casadas, y conversaron y dotaron, y se dieron buenos ejemplos y doctrina y castigos, y había justicia entre ellos y había ordenanza y ley, y comenzaron hacer bravezas; y entre ellos andaban muy mucha caridad y por eso comían en plaza pública y bailaban y cantaban, [...] comenzaron a hacer policía y se regalaron y abrieron camino para ellos, por donde se sigue ahora, y con la poca sombra adoraron al criador (Guamán Poma, 2005, p. 49).

desde antiguo: buenos hombres y buenas mujeres y mucha comida [...] (Guamán Poma, 2005, p. 53).

Es interesante analizar cómo, a medida que avanzan las edades con sus respectivas mejoras en la organización social y administrativa, también aparecen las guerras y brotes de violencia entre las diferentes comunidades. Pero, a pesar de todo, el monoteísmo y la caridad, que pueden ser calificadas como virtudes entre la dicotomía de vicios y virtudes, no desaparecen.

Es bastante reiterativo Guamán Poma en señalar y legitimar las buenas obras y el conocimiento de un solo creador por parte de los habitantes andinos. Sin embargo, como señala Pierre Duviols (1980), en la historia que nos relata Guamán Poma los progresos de las técnicas y de la socialización, van acompañados por una regresión de las costumbres y de la moral cada vez más acentuada; porque, a pesar de que en el aspecto religioso en las primeras cuatro edades permanecen en un estado de inocencia y cuasi perfección sin decaer moralmente, algunos vicios van surgiendo con el tiempo, y estos serían los que provocarían una caída total de la moral que se podrá notar en la era de los incas.

Para Duviols, estos vicios que van apareciendo estarían relacionados a las riñas, la violencia, la traición y las constantes borracheras que desde la tercera edad van surgiendo en estas edades andinas, a pesar de que se siguieran conservando virtudes como, generosidad, caridad, y la justicia. Para poder ilustrar mejor esta cuestión de un progreso técnico y social, en relación a una decadencia de la moral en la historia andina, es necesario llegar a la quinta edad, la *inga runa*.

Siguiendo con las ideas de Pierre Duviols (1980), dentro de la narración de Guamán Poma la era incaica se divide internamente en dos edades; la primera sería la que empieza con el reinado de Tocay Cápac, *Primer capítulo de los ingas. Tocay Cápac, primer inga* (Guamán Poma, 2005, p. 62). Y la segunda tendría inicio con la madre de Tocay Cápac, y mujer de Manco Cápac: Mama Huaco.

⁶ Nos interesa aquí la entrada de Mama Huaco junto con Manco Cápac como fundadores de una segunda dinastía Inca, pues serían estos, o más precisamente Mama Huaco, la que introduciría en los Andes el vicio de la idolatría para engañar a los indios.⁷

En la lógica de la *Nueva Coronica*, con los incas iban a llegar los demonios, las *huacas*,⁸ las consultas oraculares⁹ y los engaños que Mama Huaco iba a llevar a los indios andinos. Toda la responsabilidad de la llegada del vicio de la idolatría y las consultas oraculares a las huacas, ídolos y “demonios”, iba a ser directamente producto de la dinastía Inca que fundaría Mama Huaco. Por ende, la valoración de Guamán Poma sobre Manco Cápac y Mama Huaco será

⁶ Pero el primer inga Tocay Cápac no tuvo ídolo ni ceremonias, fue limpio de eso hasta que comenzó a reinar su madre y la mujer de Manco Cápac inga, y su casta fueron de los amarus serpientes; que todo lo demás es cosa de burla lo que dicen y pintan los dichos ingas. Estos dichos ingas se acabaron y comenzó a reinar Manco Cápac Inga [...] (Guamán Poma, 2005, p. 64).

⁷ El dicho primer inga Manco Cápac no tuvo padre conocido, por eso le dijeron hijo del sol [...] pero de verdad fue su madre Mama Uaco; esta dicha mujer dicen que fue gran fingidora, idólatra, hechicera, la cual hablaba con demonios del infierno y hacía ceremonias y hechicerías y así hacía hablar piedras y peñas, y palos y cerros y lagunas porque le respondían los demonios; y así esta dicha señora fue la primera inventora de las dichas guacas, ídolos, y hechicerías, encantamientos, y con ello les engañó a los dichos indios; primero fueron engañados lo del Cuzco y traían engañados y sujetos, como los indios lo viesan como cosa de milagro que una mujer hablase con piedras, peñas y cerros. Y así fue obedecida y servida esta dicha señora Mama Uaco y así le llamaron Coya y Reina del Cuzco. Dicen que se echaba con los hombres que ella quería de todo el pueblo; con este engaño andaba muchos años, según cuentan los dichos muy viejos indios (Guamán Poma, 2005, p. 64).

⁸ Según el diccionario quechua de Diego González Holguín (1608) la palabra *Huacca* significa: ídolos, figurillas de hombres y animales. Para el lexicón de Domingo de Santo Tomás (1560), la expresión *Guaca* significa: Templo de ídolos o el mismo ídolo. Para Franklin Pease (2007, p. 142) *Waq'a* es un término que los cronistas y los evangelizadores usaron tanto para designar a los dioses no principales – aunque algunos lo extendieron a todas divinidades – como también para nominar los adoratorios o lugares de culto. Para María Rostworowski (2007, p. 11) todo lo sagrado se expresaba con la voz *Huaca* que contenía una variedad de significados.

⁹ Los oráculos – a saber, santuarios controlados por sacerdotes allí residentes, a través de los cuales las divinidades del lugar daban respuestas a quienes las consultaban – representaron una de las instituciones más importantes del mundo andino antiguo (Curatola, 2008, p. 15).

totalmente negativa, y la responsabilidad de todos los males que había en el Tahuantinsuyo era por culpa de la llegada de estos dos personajes.

La defensa que quiere hacer Guamán Poma de sus antepasados andinos tiene como argumento que estos, antes de la llegada del periodo inca, no tenían ningún tipo de ídolos, ni huacas, ni deidades diferentes al único creador del mundo. En suma, Guamán Poma pone a la sociedad andina pre-incaica como si tuvieran algún pequeño conocimiento de la religión cristiana, y tal vez esta sea otra razón con la que Guamán Poma justifique sus reclamos ante la Corona española por los agravios sufridos en la sociedad andina de parte de la empresa colonial, de la cual Guamán Poma esperaba que fueran *buenos cristianos* y no todo lo contrario como él mismo denuncia a lo largo de su carta-crónica.

El tiempo andino en la obra de Santa Cruz Pachacuti Yamque

La *Relación de Antigüedades deste reino del Pirú* de Santa Cruz Pachacuti fue compuesta, según el estudio de Carlos Aranibar (1995), un poco antes de 1630, o sea, hacia las primeras décadas del siglo XVII, lo que le da una relativa cercanía con la fecha en que se presume que Guamán Poma terminó su *Nueva Corónica*. Revisando el texto de Santa Cruz Pachacuti, nos encontramos en sus primeras páginas con una reivindicación que este hace sobre sus posturas políticas y religiosas, haciendo una descripción de sus antepasados y la conversión de estos a la fe católica. Santa Cruz Pachacuti hace uso de este último argumento para poder demostrar sus creencias religiosas.¹⁰ El autor collavino, además de querer legitimar sus antepasados como adeptos a la fe católica, creemos

¹⁰Yo [Santacruz Pachacuti], como nieto y descendiente legítimo de los susodichos, [sus antepasados cristianos], siempre desde que soy hombre he procurado ser firme y estable en el misterio de nuestra santa fe católica, [...] de modo que la santa madre Iglesia romana cree lo que yo, don Juan de Santacruz, creo. Y, así, en ella quiero vivir y morir en el temor del Dios trino y uno, que vive y reina para siempre sin fin (Pachacuti, 1995, p. 5).

que también quiere generar un sustento válido para su escrito al relacionarlo con los preceptos de la Iglesia católica romana, un hecho que también se puede notar en el trabajo de Guamán Poma de Ayala.

En lo referente a la descripción del tiempo andino en la *Relación de antigüedades deste reyno del Pirú*, esta dice que los primeros seres en habitar el mundo serán Adán y Eva, los que, al igual que todo lo que hay en la tierra, son creación de un solo Dios.¹¹ Que los primeros habitantes del mundo sean Adán y Eva, y que además sean creados por un solo Dios, demarcan de manera evidente las aspiraciones que tiene Santa Cruz Pachacuti para darle a su narración sobre el pasado andino un vínculo muy próximo a las Sagradas Escrituras del cristianismo.

Por otro lado, es importante resaltar que en los dos cronistas, producto de su necesidad de encajar la historia andina al interior de la historia providencialista cristiana, las primeras generaciones andinas tendrían origen posgénesis cristiano, sea después de Adán y Eva o después del relato del diluvio del Arca de Noé. Después de relatar el origen del mundo en base al génesis cristiano, vamos a encontrar la historia de las primeras gentes y eras andinas narradas por Santa Cruz Pachacuti.

Posterior al relato del Génesis en la *Relación* de Pachacuti encontramos lo que sería la primera edad andina, “Dicen que en tiempo de *purun pacha* todas las naciones de Tahuantinsuyo vinieron de hacia arriba de Potosí 3 o 4 ejércitos en forma de guerra” (Pachacuti, 1995, p. 7). El tiempo de *purun pacha*, lo podríamos entender como una edad o una era anterior al tiempo del Tahuantinsuyo y hegemonía incaica. Sobre este tiempo primordial andino, Pachacuti continúa diciendo que:

¹¹Como digo, creo que en Dios trino y uno, el cual es poderoso Dios que creó el cielo y la tierra y todas las cosas que en ellos están, como sol y luna, estrellas, luceros, rayos, relámpagos y truenos y todos los elementos. Luego creó al primer hombre Adán y a Eva su mujer, a su imagen y semejanza, progenitores del género humano, cuya descendencia somos los naturales del Tahuantinsuyo como las demás naciones que están pobladas en todo el universo mundo, así blancos como negros (Pachacuti, 1995, p. 7).

Así vinieron poblando, tomando los lugares, quedándose cada una de las compañías en los lugares baldíos. A este tiempo llaman *cállacpacha*¹² o *tutáyacpacha*.¹³ Y como cada uno cogió lugares baldíos para su vivienda y moradas llaman *purun pacha raccaptin* a este tiempo. Pasaron muchísimos años y al cabo, después de haber estado ya poblados, había gran falta de tierras y lugares; como cada día había guerras y discordias, todos en general se ocupaban de hacer fortalezas. Así cada día ha habido encuentros y batallas sin haber paz en este tiempo de tantos combates y guerras injustas, que unos y otros jamás estaban seguros sin alcanzar quietud (Pachacuti, 1995, p. 7-9).

De lo anterior se puede interpretar que la época del *purun pacha* fue un tiempo sin un alto grado de organización social y política; pero, por otro lado, lo que sí había eran guerras, disputas y discordias entre las poblaciones. Esta época del *purun pacha* según sus características, es muy parecida a las eras de *purun runa* y *auca runa* que plantea Guamán Poma de Ayala.

En este tiempo del *purun pacha* también existían los demonios o *hapiñuños*.¹⁴ Estos últimos, según dice el relato, andaban antiguamente por todas las tierras del Tahuantinsuyo y mantenían amenazando a hombres, mujeres y niños. La expulsión y derrota de dichos demonios, sería llevada a cabo por la intervención directa de Jesucristo y su muerte en el Calvario.¹⁵ Ya pasados algunos años

¹²Carlos Aranibar, usando el vocabulario quechua de Diego González Holguín (1608) en el glosario analítico que elabora sobre la obra de Santa Cruz Pachacuti, relaciona la idea de *Cállac pacha*, al concepto *kallari pacha*: como el “principio del tiempo o del mundo” (Aranibar 1995, p. 183).

¹³Para el concepto de *Tutáyac pacha* y usando la misma fuente de González Holguín, Aranibar lo relaciona a los conceptos de *tuta*: noche, *tutayan*: anochecer, *tutayachini*: dejar anochecer o oscurecer (Aranibar, 1995, p. 400).

¹⁴*Hapiñuños*: Fantasma o duende que solía aparecerse con dos tetas largas que podían asir de ellas (González Holguín, 1608, p. 118).

¹⁵Por entonces, a medianoche oyeron que los *hapiñuños* se desaparecieron dando temerarias quejas, diciendo: “¡vencidos somos, vencidos somos! ¡Ay, que pierdo mis tierras!”. De esto se entiende que los demonios fueron vencidos por Jesucristo nuestro Señor cuando murió en la cruz en el monte del Calvario. Porque antiguamente en tiempo de *purun pacha* dicen que los *hapiñuños*

después de ser echados los demonios y expulsados del territorio andino, llegaría al Tahuantinsuyo una figura de suma importancia en el relato de Santa Cruz Pachacuti que es Tonapa:

Pasados algunos años después de haber echado a los demonios *hapiñños* y achocallas de esta tierra, ha llegado a estas provincias y reinos del Tahuantinsuyo un hombre barbudo, mediano de cuerpo y con cabellos largos, con camisa larga. Dicen que era ya hombre más que pasado de mozo, que traía canas y era flaco, el cual andaba con su bordón. Y que enseñaba a los naturales con gran amor llamándolos a todos “hijos” e “hijas”. [...] a este varón le llamaban Tonapa o Tarapaca Huaricochan (Pachacuti, 1995, p. 9).

Para María Rostworowski (2007, p. 23-28) entre los dioses del sur andino, Tonapa parece haber sido una divinidad muy antigua y de mucha influencia que llegaría a su máxima extensión antes del auge de *Viracocha*. Rostworowski dice que Santa Cruz Pachacuti le adjudica una cualidad a Tonapa que sería muy común en los dioses de la mitología andina, y es el hecho de llegar vestido pobremente al espacio andino, lo que se parecería mucho a las narraciones sobre deidades como Cuniraya y Pariacaca.¹⁶ Pero lo más interesante de la aparición de Tonapa en el manuscrito de Santa Cruz Pachacuti, es la metamorfosis que este sufrirá en dicho documento, porque pasará a ser identificado como el posible apóstol Santo Tomás.¹⁷

andaban visiblemente en toda esta tierra, que no había seguridad de andar anocheciendo porque a los hombres, mujeres, muchachos y criaturas los llevaban arrebatándolos, como tiranos infernales y enemigos capitales del género humano (Pachacuti, 1995, p. 11).

¹⁶Cuniraya y Pariacaca son otras deidades andinas descritas en el documento *Manuscrito de Huarochiri* de inicios del siglo XVII.

¹⁷Los indios de aquel tiempo dicen que solían burlarse diciendo: “¡tan parlero hombre!”. Aunque les predicaba siempre, no fue oído, porque los naturales de aquel tiempo ni hicieron caudal ni caso del hombre. Pues se llamó a este varón Tonapa *huiracochampa* cachan, ¿no será este hombre el glorioso apóstol Santo Tomás? (Pachacuti, 1995, p. 9).

La intervención de Tonapa en el escrito de Pachacuti tendrá una relación directa con el nacimiento de los primeros incas, o por lo menos con uno de los mitos sobre los primeros incas como lo es el caso de Manco Cápac y los hermanos Ayar. Sería interesante explorar cómo Pachacuti desenvuelve su narrativa para explicar lo que consideramos el surgimiento de la era incaica:¹⁸

Este varón [Tonapa] dicen que llegó al pueblo de un cacique llamado *Apo Tampo*, a quien estaba sujeto el pueblo. Dicen que llegó muy cansado a una fiesta, cuando estaban en unas bodas. Por el *Apo Tampo* fueron oídos sus razonamientos con amor y los indios a él sujetos los oyeron de mala gana. Por aquel día fue huésped el peregrino, el cual dicen que dio un palo a su bordón al *Apo Tampo* reprendiéndolo con amor afable y el *Apo Tampo* lo oyó con atención recibiendo el palo de su mano. De modo que en un palo recibieron lo que les predicaba, señalándoles y rayando cada capítulo de las razones. (Los viejos modernos del tiempo de mi padre Don Diego Felipe Suelen decir que casi, casi eran los mandamientos de Dios. [...]) Dicen que aquel palo que había dejado Tonapa entregándolo en las manos de *Apo Tampo* se convirtió en oro fino en el nacimiento de su descendiente llamado Manco Cápac inca, cuyos hermanos y hermanas eran siete, llamados Ayar Cachi, Ayar Uchu, Ayar Auca etc. (Pachacuti, 1995, p. 9-15).

¹⁸ Este varón [Tonapa], dicen que llegó al pueblo de un cacique llamado *Apo Tampo*, a quien estaba sujeto el pueblo. Dicen que llegó muy cansado a una fiesta, cuando estaban en unas bodas. Por el *Apo Tampo* fueron oídos sus razonamientos con amor, y los indios a él sujetos los oyeron de mala gana. Por aquel día fue huésped el peregrino, el cual dicen que dio un palo a su bordón al *Apo Tampo* reprendiéndolo con amor afable y el *Apo Tampo* lo oyó con atención recibiendo el palo de su mano. De modo que en un palo recibieron lo que les predicaba, señalándoles y rayando cada capítulo de las razones. (Los viejos modernos del tiempo de mi padre don Diego Felipe suelen decir que casi, casi eran los mandamientos de Dios. [...]) Dicen que aquel palo que había dejado Tonapa entregándolo en las manos de *Apo Tampo* se convirtió en oro fino en el nacimiento de su descendiente llamado Manco Cápac inca, cuyos hermanos y hermanas eran siete, llamados Ayar Cachi, Ayar Uchu, Ayar Auca, etc. (Pachacuti, 1995, p. 9-15).

La gesta fundacional del Cusco incaico iniciada con la intervención de Tonapa en el espacio andino la sigue el inca Manco Cápac, el cual se casa con su hermana carnal Mama Oclo,¹⁹ dando continuidad a su proceso de expansión y dominio en los Andes.²⁰

[...] Y comenzó (Manco Cápac) a poner leyes morales para el buen gobierno de su gente, conquistando a los desobedientes. Muchas provincias y naciones de los tahuantinsuyos vinieron ellas mismas, de sus bellas gracias, con presentes ricos. La nueva del nuevo inca había corrido con gran fama dándoles en qué entender. Unos estuvieron muy alegres, otros afligidos, porque oyeron que era más poderoso que ninguno de los más valientes, más venturoso en las armas y más amado de los valientes y capitanes y, en general, de los pobres y de la gente común. Y todas sus cosas iban con más prosperidad y acrecentamiento (Pachacuti, 1995, p. 19).

Lo anterior demuestra cómo fue la consolidación de Manco Cápac y la hegemonía de los incas en el Tahuantinsuyo de acuerdo con la narrativa de este cronista. Se pueden notar algunas características en el relato de Pachacuti, sobre Manco Cápac, como alguien valiente, muy respetado, y que conocía del dominio de las armas, lo que consideramos tiene que ver con las conquistas militares de los incas. Por otro lado, Pachacuti muestra a Manco Cápac y su relación con las huacas e ídolos de un modo totalmente

¹⁹ Este inca Manco Cápac se casó con su hermana carnal, llamada Mama Oclo. Este casamiento lo hizo por no haber hallado a su igual, lo uno, y por no perder la casta. A los demás nos les consintieron por ningún modo, que antes lo prohibieron. Y comenzó a poner leyes morales para el buen gobierno de su gente, conquistando a los desobedientes (Pachacuti, 1995, p. 19).

²⁰ [...] Y comenzó (Manco Cápac) a poner leyes morales para el buen gobierno de su gente, conquistando a los desobedientes. Muchas provincias y naciones de los tahuantinsuyos vinieron ellas mismas, de sus bellas gracias, con presentes ricos. La nueva del nuevo inca había corrido con gran fama dándoles en qué entender. Unos estuvieron muy alegres, otros afligidos, porque oyeron que era más poderoso que ninguno de los más valientes, más venturoso en las armas y más amado de los valientes y capitanes y, en general, de los pobres y de la gente común. Y todas sus cosas iban con más prosperidad y acrecentamiento (Pachacuti, 1995, p. 19).

diferente a como lo muestra Guamán Poma, pues para este último, con Manco Cápac y Mama huaco comenzaría el culto a los ídolos y huacas en los Andes, mientras que Pachacuti dice lo siguiente: “Este inca Manco Cápac fue enemigo de los huacas. Como tal, destruyó al curaca Píнау Cápac con todos sus ídolos. Asimismo, venció a Tocay Cápac, gran idólatra y después le mandó que labrara al lugar donde nació” (Pachacuti, 1995, p. 19).

Posteriormente, el manuscrito de Santa Cruz Pachacuti continúa al igual que el de Guamán Poma, elaborando el relato sobre la sucesión de los diferentes incas que gobernaron el Tahuantinsuyo, cayendo muchas veces en la dicotomía de vicios y virtudes para describir las cualidades de los diferentes incas gobernantes. La sucesión de los incas desde Manco Cápac hasta las guerras entre Huáscar y Atahualpa es un tema bastante interesante en lo relacionado al tiempo andino, pero por motivos de recorte de estas reflexiones no entraremos a detallar.

Como pudimos observar, la relación de Pachacuti es un poco más corta y no le dedica tantas líneas al pasado andino como lo hace Guamán Poma. Sin embargo, se logró arrojar luz sobre los elementos más importantes, como la época del *purun pacha*, la intervención de Tonapa (o, el apóstol Santo Tomás), y la organización del Cusco incaico a partir de los mitos fundacionales.

Consideraciones finales

Hasta aquí hemos tratado de analizar cuál es la percepción y el discurso sobre el tiempo andino en los manuscritos de Guamán Poma de Ayala y Santa Cruz Pachacuti Yamque. Observamos que, ambos autores presentan una rica descripción sobre el pasado de la sociedad andina, empezando desde el nacimiento de sus primeros habitantes, pasando por diferentes eras o periodos históricos, hasta la llegada de la era incaica, representada por diferentes mitos fundacionales donde adquieren un gran protagonismo las figuras de *Viracocha*, Tunapa, Manco Cápac y Mama Huaco.

La escritura española, junto con las figuras de la religión Cristiana, es atravesada en ambos relatos por elementos de las cosmovisiones andinas, las divinidades, la tradición y la oralidad andina. Son sujetos que, dado su contexto histórico, adoptaron ciertas categorías culturales llegadas desde el mundo cristiano y occidental, para, de alguna manera, darles un sustento válido a sus escritos; sin embargo, no pudieron ser ajenos a la historia de sus antepasados, sus saberes y conocimientos ancestrales.

Las historias de Santa Cruz Pachacuti y Guamán Poma de Ayala son dos fuentes de mucha importancia para el estudio etnohistórico del pasado andino, porque, a través de aquellos manuscritos, podemos tener acceso a la historia andina que les fue contada a estos dos autores de origen nativo/andino por medio de la oralidad y que ellos llevaron a la escritura alfabética. Considero que estos relatos, con los que se enriquecen los estudios etnohistóricos, son los llamados a complementar o tratar de llenar los posibles vacíos que dejan los estudios arqueológicos, o los procesos de la historia andina de la cual no se tengan vestigios materiales.

REFERENCIAS

ARANIBAR, C. **Relación de antigüedades de este reino de Perú de Juan de Santa Cruz Pachacuti**: edición, índice analítico y glosario. Lima: Fondo de Cultura Económica, 1995.

BERNAND, C.; GRUZINSKI, S. **De la idolatría**: una arqueología religiosa de las ciencias religiosas. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1992.

CURATOLA, M.; ZIOLKOWSKI, M. **Adivinación y oráculos en el mundo antiguo andino**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2008.

DUVIOIS, P. **Periodización y política**: la historia prehispánica del Perú según Guaman Poma de Ayala. Lima: IFEA, 1980. Disponível em: <http://www.ifeanet.org/publicaciones/articulo.php?codart=1036>. Acesso em: 2 mar. 2026.

GONZÁLEZ DE HOLGUÍN, D. **Vocabulario de la lengua general de todo el Perú, llamada lengua quechua, o del Inca**. Lima: [s. n.], 1608. Disponível em: <http://www.illaa.org/cd/diccionarios/VocabularioQqichuaDeHolguin.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

GUAMÁN POMA DE AYALA, F. **Nueva corónica y buen governo**. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LOPEZ AUSTIN, A.; MILLONES, L. **Dioses del norte, dioses del sur**: religiones y cosmovisiones en Mesoamérica y los Andes. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2008.

LÓPEZ-BARALT, M. **Icono y conquista**: Guamán Poma de Ayala. Madrid: Hiperion, 1988.

MILLONES, L. **Historia y poder en los Andes centrales**: desde los orígenes al siglo XVII. Madrid: Alianza, 1987.

OSSIO, J. M. **En busca del orden perdido**: la idea de la historia en Felipe Guamán Poma de Ayala. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2008.

PEASE, F. **Las crónicas y os Andes**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 1995.

PEASE, F. **Los incas**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2007.

ROSTWOROWSKI, M. **Estructuras andinas del poder**: ideología religiosa y política. Lima: IEP, 2007.

ROSTWOROWSKI, M. **Historia del Tahuantinsuyo**. Lima: IEP, 2009.

SANTA CRUZ PACHACUTI YAMQUI, J. **Relación de antigüedades de este reino del Perú**. Lima: Fondo de Cultura Económica, 1995.

PALENQUE DE SAN BASÍLIO: COMUNIDADE E HÁBITOS NOS MONTES DE MARÍA, COLÔMBIA

Raquel Santos Souza

Na América Latina nunca fomos “un pueblo sinpiernas”,¹ como dizia a canção do álbum *Entren los que quieran* (2010) do grupo musical porto-riquenho Calle 13; o que os povos nativos de Abya Yala viveram foram diferentes formas de espoliações durante a colonização ibérica que não terminaram mesmo após as independências. Contudo, apesar de roubados e violentados, nossos antepassados se fizeram rizomas cujas raízes, por sua força, nos deixaram exemplos de como “seguir adelante”.

“Hay que seguir adelante”; essa foi a primeira expressão que aprendi com os *palenqueros* em San Basilio no ano de 2016² durante o trabalho de campo para a finalização da escrita da monografia em História – América Latina. Instalados na região da costa do país desde o século XVI, os/as palenqueros/as se sentem orgulhosos dos feitos de seus antepassados na luta contra a escravização.

A monografia abordou aspectos da luta antiescravista e anti-colonial que foi travada por *cimarrones* no século XVI. A luta teve continuidade na salvaguarda da língua palenquera, dialeto local; no uso da medicina tradicional e na expressão da musicalidade por seus descendentes. Localizado nos Montes María, no distrito de Mahates/Bolívar, San Basilio de Palenque foi considerado pela Unesco Patrimônio Cultural e Imaterial da Humanidade em 2005.

¹Latinoamérica. Canção de Calle 13.

²A visita a campo realizada em 2016 aconteceu durante o período de mobilidade acadêmica na Universidad del Cauca, Colômbia. A mobilidade foi feita ainda durante a graduação em História – América Latina na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA.

Foram chamados de “palenques, quilombos, cumbes ou mar-rons” os redutos físicos onde essas populações viessem a manifestar formas socioculturais, políticas e econômicas de desenvolvimento. Aquém das formas ibéricas impostas, instalaram-se em áreas isoladas e de difícil acesso.

Distantes dos centros escravistas, os palenqueros/as podiam recriar nesses ambientes formas de agricultura de subsistência e sistemas religiosos com base em matrizes africanas, bem como ter a tão desejada “paz” como coloca a historiadora brasileira Beatriz Nascimento (2021). A liberdade, um antigo sonho, passa a ser vivida a partir do estabelecimento desses espaços. O Palenque de San Basilio na Colômbia ou Palmares no Brasil surgem em resposta e antinomia às condições vividas pelos escravizados durante o escravismo das populações africanas e seus descendentes.

A espoliação dos territórios americanos no período enriqueceu as coroas ibéricas e, como consequência, instaurou-se a barbárie do sistema colonial (Césaire, 1978), e, posteriormente, a instituição do escravismo. Segundo Enrique Dussel (1993), no século XV, a Europa Ocidental era considerada a periferia do mundo muçulmano devido ao fracasso das tentativas de controle do Mediterrâneo.

Logo, as invasões ibéricas no continente americano mudariam radicalmente o destino dessa Europa periférica. A colonização não se consolida sem o roubo e a espoliação, assim como não se estabeleceria sem a invenção do outro (Dussel, 1993) e de mentalidades que tornariam o “outro” dessa relação um ser marginalizado, racializado e incivilizado. Nessa relação, aquilo que não era europeu era o “outro”; havia a crença na falsa superioridade das raças e, por conseguinte, terminava-se na exclusão e na opressão do não branco e não europeu.

Quando Aníbal Quijano (2010) se refere às estratégias ideológicas predominantes, ele se refere às colonialidades, e, que segundo Walter Mignolo (2005, p. 36), essa “foi e continua sendo uma estratégia da modernidade desde o momento da expansão da

cristandade para além do Mediterrâneo (América, Ásia), que contribuiu para a autodefinição da Europa, e foi parte indissociável do capitalismo, desde o século XVI”.

A recusa em ceder aos mecanismos brutais do regime colonial e suas colonialidades resultou em diferentes formas de aquilombamentos vistas ao longo do território americano, espaços que foram tidos como perigosos à sociedade, pois eles representavam uma “antinomia à sociedade escravista” (Moura, 1987, p. 11).

As quatro seções que compõem a referida monografia se dividem em: 1 – Introdução; 2 – Histórico de Palenque de San Basilio: um marco para as rebeliões, fugas e liberdades dos escravizados na América Latina; 3 – Medicina tradicional de Palenque: a adoção das plantas locais e as contradições das práticas ocidentais de remediação das enfermidades e 4 – Bullerengue entre o florescer e a morte: Ma hende di tiela mi ‘la gente de mi tierra, mais paisanos’; e se encerra com as Considerações Finais.

Palenque de San Basilio: marco das rebeliões e liberdades de escravizados na América Latina

Segundo a historiadora colombiana María Navarrete (2012), a população escravizada, por sua vez, tinha na fuga e nas rebeliões a chance de liberdade. Nesse sentido, o escravismo sempre foi rebatido pelos escravizados, o que fazia com que a sociedade colonial estivesse longe de ser considerada um cenário “plácido e pacífico”. Sobre as condições que viviam muitos dos escravizados, considera a autora: “La vivienda, el vestido y la alimentación eran precarios; la nutrición era pobremente balanceada e insuficiente. Además, sufrían las consecuencias de una política de castigo y terror como medio de control. Cuando la brutalidad se unió a un trabajo arduo y en malas condiciones, los motivos para escapar aumentaron” (Navarrete, 2001, p. 99-100).

Navarrete, ao falar sobre a ascendência cimarrone de San Basilio, atenta-se para as uniões entre escravizados nascidos no continente africano e os escravizados nascidos no país,

Los palenques fueron comunidades heterogéneas que incluyen *cimarrones* nacidos en áreas africanas diversas o en el Nuevo Mundo (incluso en palenques). Estos últimos eran conocidos como “criollos de la montaña o del monte”. Los habitantes de palenques se caracterizaron por tener diferencias culturales y étnicas entre africanos y criollos (Navarrete, 2012, p. 257-258).

As rebeliões passaram a ser o grande temor das elites escravocratas, que tinham no escravizado a exploração da mão de obra para os seus engenhos, minas e fazendas. *Cimarrones* seriam qualquer um de ambos os grupos que, ao fugirem do sistema escravocrata, se refugiavam nas terras longínquas das metrópoles coloniais; uma vez instalados nesses locais, os *cimarrones* precisaram se adaptar às condições geográficas e, também, às novas estruturas sociopolíticas que nem sempre eram as mesmas de seu grupo quando estava em África.

Após a abolição da escravidão na Colômbia em 1851, a população negra livre seguiu vivendo sob condições análogas à escravidão em espaços de pobreza e sendo vítima do racismo. As lutas sociais e os movimentos populares tiveram significativa importância para que, com o advento das constituições, as populações negras, palenqueras e raizales pudessem gozar de direitos e valorização cultural.

Em seu artigo 7º, a Constituição Colombiana de 1991 considera que: “El Estado reconoce y protege la diversidad étnica y cultural de la Nación colombiana”. Assim como o Artigo Transitório 55, que especifica a sua execução:

Dentro de los dos años siguientes a la entrada en vigencia de la presente Constitución, el Congreso

expedirá, previo estudio por parte de una comisión especial que el Gobierno creará para tal efecto, una ley que les reconozca a las comunidades negras que han venido ocupando tierras baldías en las zonas rurales ribereñas de los ríos de la Cuenca del Pacífico, de acuerdo con sus prácticas tradicionales de producción, el derecho a la propiedad colectiva sobre las áreas que habrá de demarcar la misma ley. En la comisión especial de que trata el inciso anterior tendrán participación en cada caso representantes elegidos por las comunidades involucradas. La propiedad así reconocida sólo será enajenable en los términos que señale la ley. La misma ley establecerá mecanismos para la protección de la identidad cultural y los derechos de estas comunidades, y para el fomento de su desarrollo económico y social (Colômbia, 1991, n.p.).

O reconhecimento na Constituição de 1991, mesmo que tardio, contribuiu na salvaguarda patrimonial do Palenque e de suas práticas tradicionais, como o uso da língua palenquera e da medicina tradicional. Entre outras coisas, a monografia naquela ocasião serviu para apontar a importância da resistência dessa comunidade no passado colonial, servindo de refúgio a centenas de homens e mulheres.

Com saudosismo, o passado africano é idealizado e desejado. Nessa perspectiva, os antepassados *palenqueros* tinham no continente africano um ideal de Liberdade; por isso, no presente, os *palenqueros* se mostram tão orgulhosos de seu passado de lutas e revoltas, mas, também, de serem descendentes de homens e mulheres livres. O que não significa dizer que os *palenqueros* reivindicam uma identidade estritamente africana.

Ao longo da monografia, observo as ocorrências a partir dos testemunhos orais e das narrativas de identificações mais amplas; observo nas performances de quem veste e usa as cores do Estado colombiano marcas daquilo que Paul Gilroy (2007) chamou de identificações. Identificações essas que se estabelecem a partir

daquilo que o sujeito vivencia no interior e no exterior de sua comunidade, principalmente quando essas, na modernidade, se encontram de modo globalizado e fragmentado.

A lengua palenquera é o melhor exemplo dessa resistência. A lengua é fruto do contato de línguas africanas, em especial o kikongo e o espanhol e o português, e, segundo Yvê Moñino (2012, p. 298), “En el caso de palenque, la manifestación más contundente de la productividad del mundo poscolonial es la creación de su criollo vernáculo”. No passado, a lengua palenquera já foi alvo de chacota e de restrições, diz a interlocutora Rosalina (Souza, 2018).

Contudo, a variação nunca deixou de ser falada e, no presente, é motivo de orgulho. Ainda que hoje os mais jovens não usem a lengua de modo regular, o bilinguismo em palenque tem permitido que a lengua se faça presente nos regimentos internos, materiais e manuais didáticos e ensinada como componente na educação infantil e básica. Trata-se da sua ressignificação a partir do registro da escrita.

De modo geral, o uso e a preservação da lengua palenquera, através da oralidade ou da escrita, tratam-se de um ato político de manutenção dessa identificação dos palenqueros com seu passado africano. Seu exercício traz consigo o exercício da Liberdade; o ato de falar tem na sua importância o fato de se “assumir uma cultura” (Fanon, 2008, p. 33).

Medicina tradicional de Palenque: plantas locais e práticas ocidentais

As discussões desta seção versaram por apresentar contrapon-tos ao uso da medicina ocidental e farmacêutica em detrimento do abandono das práticas tradicionais internas da comunidade, tendo em vista que a medicina hospitalar incorporada tende a distanciar os sujeitos enfermos dos agentes e das substâncias que serão admi-

nistradas no processo de cura – algo que não acontecia no passado pois o doente conhecia tanto a autoridade que ministraria a cura quanto as plantas envolvidas no procedimento.

Essa mudança começa com o diagnóstico dentro das instituições médicas adotadas na América Latina, que depende do olhar clínico, ainda que distanciado, da administração de medicamentos farmacológicos e/ou procedimentos invasivos ao sujeito que carrega a dor. Ao passo que, conforme vemos, a medicina tradicional em Palenque, tal qual narrada por Rosalina (2018), visava promover a aproximação entre o enfermo, o santiguar (curandeiro/ agente da cura) e a medicação aplicada.

A interferência do Estado parece ter intensificado essa dicotomia, uma vez que o Estado passa a institucionalizar o espaço onde a cura acontece (o hospital); a autoridade que realiza a intervenção (o médico diplomado) e os medicamentos farmacêuticos utilizados para isso (Foucault, 1997). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é considerada medicina tradicional:

[...] la suma de todos los conocimientos teóricos y prácticos, explicables o no, utilizados para diagnóstico, prevención y supresión de trastornos físicos, mentales o sociales basados exclusivamente en la experiencia y en la observación transmitidos verbalmente o por escrito de una generación a otra. No contexto americano, as práticas medicinais são possíveis por conta do legado da interação sociocultural dos três continentes (OMS, 1978, *apud* Arias, 2016, p. 1).

As falas de Rosalina (2018) dão ênfase ao fato de que, anteriormente, a transmissão do conhecimento acontecia entre as famílias palenqueras de modo geracional, de pai para filho, através da oralidade. É interessante observar que tanto na definição da OMS quanto nas falas dos interlocutores palenqueros o local é revivido e retomado durante o processo de cura e tem nos recursos naturais e locais a sua matéria-prima.

A medicina tradicional latino-americana por sua relação entre “saúde-natureza-cultura” teria recebido a contribuição dos três continentes, conforme Quintana Arias (2016, p. 68): “la medicina tradicional latinoamericana y la relación salud-natureza-cultura es un producto del legado indígena, afro-descendiente y español, caracterizado por nociones religiosas de salud y conceptos de frío-calor como causa de muchas enfermedades”.

Em palenque, a medicina tradicional se expande para usos típicos, com a ministração de banhos e também de rezos que auxiliam na cura da enfermidade, isso porque o corpo não estaria dissociado do espiritual (Arias, 2016).

O Bullerengue entre o florescer e a morte

A última seção do trabalho monográfico consiste em uma apresentação do bullerengue; o ritmo é característico da localidade da costa colombiana e é encontrado nas festas e no dia a dia dos palenqueros. As *Alegres Ambulâncias*, hoje sob a liderança de La Burgos, talvez sejam o grupo de maior prestígio em se tratando de bullerengue na região de Bolívar. Outra importante celebração envolvendo o bullerengue que mobiliza a comunidade inteira é o Festival de Tambores; a internacionalização do festival, assim como a patrimonialização de San Basilio em 2005, conferiu ao local um *status* de atração turística na região.

Diariamente, Palenque recebe dezenas de turistas oriundos não somente das Américas, mas de outras partes do mundo. Palenque se destaca por seu empenho em seguir levando adiante os rituais aprendidos com seus ancestrais, mas também por se adaptar às transformações do presente, matizando sem ceder aos impulsos das tendências modernas. Nas palavras de Ludmila Ferrari (2012, p. 81), “Palenque que adapta sus (auto) representaciones internas

a la mirada externa y las exhibe con una sonrisa irónica, victoriosa. Palenque é um território temporal, flexible, poroso, modificable”.

A interlocutora Petrona Martinez considera que as músicas e o bullerengue “nasçam da mente de cada um”, conforme vemos

Eso nace de la mente de uno, uno estudia lo que va cantar. (Empieza un canto en lengua palenquera). Ah, qué dulce que está la piña. (Sigue cantando): – Que dulce que tava la guayaba, que dulce que taba, que dulce que estaba la piña. (Sigue cantando).

Para a cantora e compositora, o Bullerengue nasce da mente da pessoa, e geralmente descreve os labores da vida cotidiana, os dilemas familiares e a beleza da vida em Palenque. Comenta sobre a incorporação do ritmo durante os rituais de Lumbalú, forma como são celebrados os funerais em Palenque. Petrona faz uma amostra de um canto de lumbalú:

Eso é angola, angola, angola, en los bailes de los muertos, eso es angola... Angola (sigue cantando palenquero) ese es baile de muerto. Está prestando atención. (sigue cantando palenquero) ese es baile de muerto (Souza, 2018, p. 50).

Nessa fala de Petrona, o bullerengue surge a partir da experiência diária palenquera, de aspectos da vegetação, da culinária, bem como os dilemas e dificuldades da vida como um todo. Petrona menciona a importância do bullerengue em momentos como o lumbalú, ritual funerário de grande prestígio internamente. Os bullerengues animam os funerais locais, conhecidos como lumbalús; seu ritmo mobiliza a comunidade a participar dos velórios, sepultamentos e acompanhamentos durante a novena do morto.

Considerações Finais

Esta síntese buscou elencar aspectos importantes do trabalho de conclusão de curso defendido no curso de História – América Latina em 2017 que, por sua vez, trata de temas caros às pesquisas sobre as práticas e estratégias anticoloniais que permitiram o (re)existir de comunidades negras na América Latina. Conforme visto, a manutenção da língua local representa a recusa da assunção total da língua do colonizador. Ainda que ela não ocupe mais o mesmo espaço na oralidade cotidiana, ela tem ganhado a forma dos livros didáticos locais.

Na sequência, apresentou-se como o uso da medicina praticada em Palenque representa um contraponto às instituições, agentes e medicações do Estado-nação. Nessa perspectiva, a medicina tradicional em Palenque é retomada como forma pessoal e democrática de acesso à cura, à medicação, ao espaço da cura e aos seus agentes na figura dos santigueros. Em seu desfecho, a monografia aborda aspectos da musicalidade palenquera através do bullerengue; como parte da poética cotidiana, o bullerengue encontra sua criação no “banal” do dia a dia. Em resumo, aborda-se aqui a importância da resistência palenquera no desenvolvimento econômico, sociocultural, medicinal, musical e político da região da costa colombiana através da presença negra. Principalmente, o uso estratégico dos aspectos culturais como formas de resistência.

REFERÊNCIAS

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

COLÔMBIA. [Constituição (1991)]. **Constitución política**. Bogotá: [s.n.], 1991.

DANE. **Censo general 2005**. Bogotá: Departamento Administrativo Nacional de Estadística, [2005]. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/censo-general-2005-1>. Acesso em: 2 mar. 2026.

DUSSEL, E. **1492 – o encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERRARI, L. San Basilio de Palenque (Colombia): un performance de la libertad. In: MAGLIA, G.; SCHWEGLER, A. (orgs.). **Palenque (Colombia)**: oralidad, identidad y resistencia. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2012. p. 57-84.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GILROY, P. **Entre campos**: nações, cultura e fascínio da raça. São Paulo: Annablume, 2007.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 35-54.

MOÑINO, Y. Pasado, presente y futuro de la lengua de palenque. *In: MAGLIA, G.; SCHWEGLER, A. (orgs.). Palenque (Colombia): oralidad, identidade y resistencia.* Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2012. p. 221-256.

MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

NASCIMENTO, B. Relações raciais, quilombos e movimentos. *In: RATTS, A. (org.). Uma história feita por mãos negras: relações sociais, quilombos e movimentos.* Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 20-30.

NAVARRETE, M. C. **Fronteras de la Historia.** Bogotá, v. 6, p. 97-122, 2001. Disponível em: <https://revistas.icanh.gov.co/index.php/fh/article/view/703>. Acesso em: 10 mar. 2024.

NAVARRETE, M. C. Palenques: cimarrones y castas en el caribe colombiano – sus relaciones sociales (siglo XVII). *In: MAGLIA, G.; SCHWEGLER, A. (orgs.). Palenque (Colombia): oralidad, identidade y resistência.* Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2012. p. 257-284.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SOUZA, R. S. **Palenque de San Basílio:** uma apresentação da comunidade a partir dos hábitos palenqueiros nos montes maría. 2018. Monografia (Graduação em História – América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

LA GASTRODIPLOMACIA CHINA EN AMÉRICA LATINA

Matías Maximiliano Martínez

En las últimas década el mundo ha sido testigo del rápido ascenso político, económico, social y cultural de la República Popular China, lo que la ha situado como uno de los ejes más importantes de la economía y política internacionales y como un actor que busca disputar la hegemonía occidental. En este contexto, China ha comenzado a darle una gran importancia al factor cultural, desarrollando y promocionando importantes medidas de *soft power* (poder blando o *Wénhuà ruǎnshíli*, en mandarín). Durante el mandato de Hu Jintao (2003-2013), la cultura ha cumplido un rol fundamental dentro del gobierno chino, llegando a ser considerada un pilar de la diplomacia China – junto con la diplomacia política y la diplomacia económica –. De esta manera, la cultura es aprovechada por el gobierno chino como una herramienta útil para la diplomacia y para proyectar o mejorar la imagen del país mundialmente.

El término *gastrodiplomacy* o gastrodiplomacia surge por primera vez en un artículo publicado por el medio *The Economist* en el año 2002, en el cual – bajo el eslogan “*like the cuisine, like the country*” – describen cómo operaba el programa *Global Tai* (The Economist, 2002). Esta iniciativa tenía como objetivo incrementar la cantidad de restaurantes de comida tailandesa en países del extranjero – donde su gastronomía cada vez era más popular – para, así, reforzar o crear su propia marca del país, (*nation brand*). Para ello, se financió la creación de estos restaurantes por medio de créditos, se exportó a chefs tailandeses al exterior y se auxilió en el envío de insumos necesarios para la preparación de ciertas

comidas típicas del país. Este programa permitió que los restaurantes tailandeses – por medio de una presencia directa del Estado tailandés – cumplieran el rol de centros de diplomacia cultural, lo cual, hoy en día se define como gastrodiplomacia. A continuación, abordaremos brevemente que es el fenómeno de la gastrodiplomacia, cómo esta herramienta ha sido utilizada por China en sus relaciones exteriores con América Latina desde principios del siglo XXI y cómo ha ido cambiando y ocupando otros espacios o plataformas en la actualidad.

La receta de la gastrodiplomacia

La gastrodiplomacia es, según Rockower (2012), la manera de ganar los corazones a través del estómago; una herramienta para hacer uso de la diplomacia pública por medio de la combinación de la diplomacia cultural y *nation brand*. Según Rockower (2012), la gastrodiplomacia crea puntos en común, puertas de acceso, entre las diferentes naciones a partir de un elemento tan familiar como lo es el sentido del gusto (Rockower, 2012, p. 1). En otras palabras, podríamos decir que, la gastrodiplomacia es la promoción sistemática de la comida típica de un país en el extranjero con la voluntad de crear lazos afectivos y emocionales con el público local para, así, propiciar más intercambios en el futuro.

Cabe aclarar que el rol que cumple la gastronomía en espacios de diplomacia no es un fenómeno que haya empezado a ser estudiado a partir del 2002 con el nacimiento del término “*gastrodiplomacy*”. De hecho, hay otros términos muy similares que se han utilizado anteriormente que guardan cierta proximidad con *gastrodiplomacy*; sin embargo, refieren a fenómenos diferentes. Uno de ellos es “*food diplomacy*” – a diplomacia alimentar –, que Rockower (2019) define como aquella que “implica la acción de ayudar y/o socorrer a otro país mediante el envío de alimentos durante periodos de crisis y/o catástrofes” (Rockower, 2019, p. 206, traducción propia).

Otro caso es el de “*culinary diplomacy*”, que Rockower (2019) define como aquella cocina que “se caracteriza por el uso que hace de la comida para fines estrictamente diplomáticos, es decir, el uso de la cocina en medio de los procedimientos diplomáticos generales” (Rockower, 2019, p. 206, traducción propia). La *culinary diplomacy*, es la comida que se brinda en los momentos que dos o más comitivas internacionales se reúnen para tratar asuntos diplomáticos. Usualmente, cuando un país recibe una comitiva internacional, un grupo selecto de chefs preparan platos típicos de la cultura nacional para servir a los invitados – por lo general, cuando se sirven estos platillos, se explica a los invitados el origen cultural de cada uno.

Finalmente, el otro término, con el cual se pudiera confundir a la gastrodiplo-macia, es el gastronacionalismo. Aunque es un concepto poco común, el gastronacionalismo refiere a la promoción sistemática de la gastronomía y la cultura culinaria dentro del propio territorio nacional. Esta práctica la suelen llevar a cabo los gobiernos nacionales o provinciales (estatales, municipales, etc.) con el objetivo de consolidar una identidad nacional en torno a dicho elemento culinario (Guofeng, 2024, p. 77). Pudiera decirse que, como producto de esta práctica, surgen y se organizan festivales anuales de carácter, en su mayoría, nacional sobre algún plato o bebida típica, la cual no solo tiene implicancias para la conformación de la identidad cultural, sino que también fomenta la actividad económica por medio del turismo.

Hay quienes, como Guofeng (2024), defienden que la gastrodiplo-macia no se trata de un fenómeno de marketing – refiriéndose a un proceso que estrictamente está ligado a fines industriales, económicos o comerciales. Esto se debe a que consideran que la gastrodiplo-macia no tiene como fin meramente la venta de comida, sino que busca a) “transmitir los mensajes y valores culturales al público objetivo a través de la comida”; b) “aprovechar su preferencia por nuestra comida para hacer que el público objetivo quiera saber más sobre el país representado por el plato”; y c) “convertir

esta preferencia por la comida y la curiosidade del público objetivo acerca de nuestro país en beneficios verdaderos” – es decir, impulsar el turismo o profundizar en las relaciones entre los pueblos de ambos países (Guofeng, 2024, p. 77).

Una característica importante de la gastrodiplomacia es que, históricamente, ha sido utilizada como herramienta de proyección internacional por las llamadas potencias medias o potencias intermedias. Se define como potencias medias al grupo de naciones que no – o aún no – llegan a ser superpotencias pero que, aun así, poseen las herramientas económicas y políticas para tener cierto nivel de influencia en el plano global. En la práctica, poseen capacidades económicas menores a las de una superpotencia, pero gozan de buenos o altos índices de capacidades inmateriales, tales como: el desarrollo humano, eficiencia en la salud y educación, capacidad de inversión, etc. Hasta el momento, es posible observar que la gastrodiplomacia no solo tuvo su origen en el sudeste asiático, sino que la mayoría de países que llevaron a cabo esta política se encuentra en el este y sudeste de Asia (Martínez, 2018).

Cuadro 1 – Principales campañas gastrodiplomáticas

Países	Año	Campaña
Tailandia	2002	Global Thai
	2006	Thailand: Kitchen of the World
Japón	2005	Loved around the World
Malasia	2006	The Malaysia Kitchen Programme (MKP)
	2010	Malaysia Kitchens for the World
República de Corea (Corea del Sur)	2009	Korean Cuisine to the World
Taiwán (República de China)	2010	All in Good Taste: Savor the Flavors of Taiwan (Dim sum diplomacy)
Perú	2012	Cocina Peruana para el Mundo
Australia	2014	There's nothing like Australia - Restaurant Australia

Fuente: El Autor a partir de Rockower (2012); Araya (2016) y Guofeng (2024).

China y la gastrodiplomacia: pasado y presente

En investigaciones anteriores (Martínez, 2018), analizamos cómo la gastrodiplomacia China, desde el 2003 al 2017, ha actuado en dos frentes principales: uno virtual, por medio de sus páginas webs (*china.com*, *El Diario del Pueblo* y *Radio China Internacional*), y físico, por medio de cursos y/o eventos organizados en los 33 Institutos Confucio que fueron fundados en toda América Latina.¹ Se pudo observar cómo, mediante sus webs y radio online, el gigante asiático buscaba promocionar internacionalmente – y en múltiples idiomas – su cultura, en especial, la gastronomía. Muchos de sus programas estaban enteramente dedicados a temas relacionados con la historia de diversos platillos milenarios, los cuales forman parte fundamental de la cultura e identidad china. En paralelo con estas informaciones, estos sitios web ofrecían, en el caso de América Latina, informaciones muy detalladas sobre: a qué restaurantes se podía ir a conocer estas comidas en cada uno de los países; quienes eran sus chefs, su origen y sus especialidades culinarias; los valores de la comida; entre otros (Martínez, 2018, p. 50).

Pero, sin ninguna sombra de duda, fueron y son los Institutos Confucio – en adelante I.C. – el principal espacio para la promoción de la cultura china, sobre todo de la lengua y la gastronomía. Estas instituciones educativas suelen ser fundadas en universidades y financiadas principalmente por el gobierno chino. Funcionan como centros educativos sin ánimo de lucro y se plantean como principal objetivo la divulgación de la lengua (mandarín) y diversos aspectos de la propia cultura china. Con ello, los I.C. procuran estrechar lazos e intercambios en el ámbito de la educación entre China y los demás países. Además de lo ya mencionado, estos centros buscan crear un profesorado de chino; enseñar y distribuir materiales didácticos para la enseñanza del chino, creados

¹ Número total de Institutos Confucio por país hasta el año 2017: Brasil (10), México (5), Colombia (4), Perú (4), Argentina (2), Chile (2), Ecuador (2), Cuba (1), Bolivia (1), Costa Rica (1) y Guyana (1) (Martínez, 2018, p. 31).

y supervisados por la Universidad de Hubei; organizar eventos de carácter lingüístico y cultural para aproximarse con la sociedad local; entre otros (Instituto Confucio, 2024).

in embargo, los eventos y/o actividades culturales chinas no han sido solamente organizadas por estos institutos. China también ha practicado su gastrodiplomacia en las propias embajadas presentes en gran parte del mundo y por medio de festividades locales relacionadas con la inmigración china que suelen realizarse en varias ciudades de diversos países. La inmigración china es un factor muy importante para el desarrollo de la gastrodiplomacia. Cuando hablamos de la diáspora china, estamos hablando de uno de los mayores – en términos cuantitativos, estamos hablando de más de 50 millones de chinos – fenómenos migratorios de la historia. Aunque el Gobierno chino no posee un real control sobre la emigración, lo cierto es que, para el gobierno, estas personas cumplen el rol de “embajadores” culturales, en la medida que las comunidades diaspóricas mantienen fuertes lazos con su lugar de origen y en que China invierte grandes cantidades de dinero para financiar importantes eventos para la cultura china organizados por estos inmigrantes.²

Una reciente investigación de Li Guofeng (2024), ha revelado que en la última década la gastrodiplomacia china se ha llevado a cabo tanto por actores oficiales como por civiles – asociaciones de inmigrantes. Esta gastrodiplomacia tuvo como objetivos múltiples países de Asia, África, Europa, América y Oceanía, en los cuales se han organizado más de 50 eventos y se han participado en más de 50 otros, con la finalidad de promover la gastronomía china.

² A modo de ejemplo, tenemos el caso de la celebración del Año Nuevo Chino, el Dragón de Madera, que se llevó a cabo en el barrio chino de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires el pasado 03 de febrero. Dicho evento contó con: más de 40 puestos gastronómicos – de los que destacaron el *pollo agridulce*, el *chaw fan*, *suchi*, *chop suey*, *dan tat*, *buble tea*, repostería china, entre otros; ventas de objetos decorativos y vestimentas típicas chinas; ceremonias de té; charlas sobre medicina tradicional; entre otros –. Este evento fue organizado por Dirección General de Colectividades y Migrantes en conjunto con la colectividad china en Argentina y la compañía Phoenix Dorada International Media Company, una empresa privada con capital chino (Buenos Aires, 2024).

Las principales actividades desarrolladas en estos eventos fueron de degustación, promoción audiovisual (música, películas, videos turísticos, etc.), clases de cocina y ceremonias de té, entre otras.

Consideraciones finales

La gastrodiplomacia se ha convertido en un elemento cada vez más importante en el ámbito de las relaciones internacionales. Resulta muy llamativo que sean países asiáticos quienes más han invertido y llevado a cabo esta herramienta diplomática. Aunque China no ha tenido una campaña formal de gastrodiplomacia, podríamos decir que es el país que más ha invertido y utilizado esta herramienta en comparación a los países que hemos mencionado. La gastrodiplomacia china tiene una característica singular que la diferencia de la de otros países, el cual es su enfoque en su vasta tradición culinaria. Mientras Japón hizo gastrodiplomacia con el sushi, la República de Corea con el kimchi o Taiwán con el *bubble tea*; China ha logrado presentar una amplia variedad de comidas, lo cual, en cierta medida, es reflejo de su diversidad religiosa y étnica.

Finalmente, un tema que no abordó este trabajo y que poco está siendo estudiado, es la viralización y el impacto que han generado diversos metrajes audiovisuales sobre la cultura china que circulan en internet. Se trata de videos de duración media (entre 5 y 10 min) que muestran cómo desarrolla la vida en la China rural. En ellos, por lo general, se presenta cómo ciertos productos son creados manualmente y el proceso que ello conlleva y, en la mayoría de las veces, están, de una u otra manera, relacionados con la gastronomía. Estos metrajes no suelen ser grabados por simples “*influencers*”, sino que hay empresas privadas que se dedican a crear estos videos que luego son difundidos por las redes sociales, principalmente las redes chinas. ¿Serán estos videos un nuevo medio para la gastrodiplomacia?

REFERÊNCIAS

BUENOS AIRES (Cidade). **La ciudad celebra el año nuevo chino, el año dragón de madera**. Buenos Aires, 1 fev. 2024. Disponível em: <https://buenosaires.gob.ar/noticias/la-ciudad-celebra-el-ano-nuevo-chino-el-ano-dragon-de-madera>. Acesso em: 8 fev. 2024.

GUOFENG, L. **Historical and Contemporary Perspectives on East Asia**. Lisboa, v. 14, n. 2, p. 72-86, 2024.

INSTITUTO CONFÚCIO. **Quem somos?** São Paulo: Instituto Confúcio na UNESP, [2024]. Disponível em: <https://www.institutoconfucio.com.br/sobre/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

MARTÍNEZ, M. M. **Diplomacia cultural y gastrodiplomacia: las relaciones exteriores chinas con América Latina (2002-2017)**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História – América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

MERINO ARAYA, C. Gastrodiplomacia: la nueva estrategia de la diplomacia pública. In: AZÓCAR, D.; MERINO ARAYA, C. (orgs.). **Cuadernos de estudios internacionales**. Santiago, n. 4, p. 8-16, 2016.

ROCKOWER, P. A guide to gastrodiplomacy. In: SNOW, N.; CULL, N. J. (eds.). **Routledge handbook of public diplomacy**. 2. ed. [S. l.]: Routledge, 2019. p. 205-212.

ROCKOWER, P. **Place Branding and Public Diplomacy**. [S. l.], v. 8, n. 3, p. 235-246, ago. 2012.

THE ECONOMIST. **The Economist**. Bangkok, 21 fev. 2002.
Disponível em: <https://www.economist.com/asia/2002/02/21/thailands-gastro-diplomacy>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SOBRE OS AUTORES

Ariana Mara da Silva

Doutoranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC (2020) com bolsa CAPES. Mestra em Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher pela Universidade Federal da Bahia – NEIM/UFBA (2019). Bacharela em História - América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino Americana, UNILA (2016). Bacharela em Relações Internacionais e Comercio Exterior pela Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP (2013). Membro do Grupo de Estudos da Canção Popular – UFSCAR. Membro do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul – MALOCA. Membro do NEALA/UNILA. Membro do AYA – Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais. Trabalho principalmente com os seguintes temas: mulheres negras, rap, sapatão, samba, (etno)musicologia, teoria decolonial, feminismos, América Latina e representação.

Cauê Almeida Galvão

Professor Substituto do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, CERES. Doutor em Educação (UFMG), Mestre em estudos latino-americanos e Historiador da América Latina. Pesquisador do Grupo de Estudos Educação e Drogas - GPED (UERJ/CNPq). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire - GEPEPF (UFRN/CNPq). Participa da construção coletiva do Observatório de Política e Educação para as Drogas em Abya Yala - OPEDAY, que reúne ex-estudantes da UNILA para debater desde a perspectiva crítica abyalense os impactos das drogas na região desde diversas perspectivas teóricas e territoriais.

Fabián Andrés Torres Chacón

Bacharel em História – América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA. Mestre pela mesma Universidade com apoio pela CAPES do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latinoamericanos (IELA). Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas com bolsa e financiamento da FAPESP. Tem interesse na História da América indígena, com foco nas concepções de tempo-espaço e suas relações com a teoria da história. A tese do doutorado tem como principal objetivo a análise dos usos e apropriações do conceito em língua quechua e aymara Pachacuti, no período colonial inicial del Virreinato peruano.

Isadora Luiza Francisca Alves Flores

Bolsista da CAPES e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, na linha de pesquisa de Cultura e Identidades. Mestre em Estudos Latino-Americanos pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG-IELA) pela UNILA e Bacharel em História pela mesma instituição. Licenciada em História pelo Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR). Sua experiência na área enfoca o estudo da História da Primeira República brasileira. Além disso, pesquisa os seguintes temas: Imprensa da Primeira República, Imprensa Ilustrada, Imprensa Humorística, Representação da alteridade, Representações de Gênero na Primeira República, etc.

Loudmia Amicia Pierre-Louis

Mulher preta, nascida no Haiti e imigrante no Brasil, formada em História – América Latina (Bacharel); Especialista em Ensino de História e América Latina; Mestra em História pela Universi-

dade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA, e doutoranda em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes, na Universidade Federal do Maranhão, UFMA. Tem interesse na área de História, principalmente nos seguintes temas: história da América Latina e do Caribe; história do Haiti; patrimônio cultural; memória social; história oral, historiografia latino-americana e caribenha, a partir das perspectivas das teorias decoloniais.

Mariana Fernández

Profesora de Historia de enseñanza media, licenciada en Historia-América Latina en la Universidad Federal de Integración Latinoamericana, UNILA, Magister en Estudios Latinoamericanos.

Matías Maximiliano Martínez

Doutorando em História (PPGH), Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Bolsista do Programa de Demanda Social CAPES – UNIOESTE. Mestre em História (PPGHIS) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (2022). Bacharel em História – América Latina, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (2018). Entre seus trabalhos mais recentes, encontra-se “Diáspora sikh en Argentina: contexto transnacional y causas de la Inmigración sikh en el Noroeste Argentino (NOA) entre 1890-1930”, dissertação de mestrado defendida em 2022. Temas de pesquisa incluem história asiática; presença asiática na América do Sul; migração, gastronomia, gastrodiplo-macia entre Ásia e América Latina; religiões asiáticas; siquismo; cultura e identidades asiáticas na América Latina.

Paulo Alves Pereira Júnior

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho” (Interunidades Assis e Franca). Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Assis (2018). Bacharel em História pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (2014) e Licenciado em História pelo Centro Universitário de Maringá (2024). Especialista em História da América Latina. Atuo no campo da Nova História Política, pesquisando os seguintes temas: democracias, direitas e ditaduras. Agradeço o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) ao longo da minha trajetória acadêmica. Também sou grato às orientações dos professores Paulo Renato da Silva e José Luis Bendicho Beired e à formação recebida na UNILA e na UNESP.

Raquel Santos Souza

Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Bacharela em História - América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA. Mestra em Integração Contemporânea da América Latina – ICAL, pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA. Vinculada ao grupo de pesquisa Arte, Performance e Sociabilidades do Instituto Brasil Plural (INCT/CNPQ).

Silvina Sosa Vota

Bacharel em História – América Latina (2015), Mestre em Integração Contemporânea da América Latina (2017) pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA e Doutora em História pela Universidad de Santiago de Chile (2022). Atu-

almente atua como Coordenadora de Investigação e Inovação da Universidad Central de Chile, pesquisadora de pós-doutorado no projeto “Mestizo cultural heritage and appreciation of the local culture. Forgotten Lessons from the Cold War” (ANILLOS-ANID, ATE220008) e pesquisadora responsável no projeto “Imaginaros visuales sobre la Guerra Fría: humor gráfico chileno entre 1959 y 1970” (FONDART, convocatoria 2025, 778364).

Tania Rodríguez Ravera

Es parte de la primera generación de estudiantes del Bacharelado en Historia con énfasis en América Latina de la UNILA, recibiendo en el año 2015. Es magíster por la misma universidad en el Programa de Integración Contemporánea de América Latina. En ambas tesis abordó cuestiones vinculadas a la historia social contemporánea latinoamericana, enfocada en el sistema penitenciario, los derechos humanos y las luchas populares. Actualmente, además de trabajar como docente de historia y ciencias sociales, está a cargo de tres investigaciones vinculadas a la militancia sindical y el movimiento obrero en general. Integra el equipo docente de Historia Sindical del Instituto Cuesta Duarte del PIT-CNT, la única central obrera del país.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Clovio Antonio Brighenti

Professor de História das Sociedades Indígenas na América Latina na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA, desde 2014, atua na graduação e no Pós-Graduação em História (PPGHIS), do qual foi coordenador. Possui graduação em História - licenciatura plena – UNOESC – Campus Chapecó (1995). Doutor em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC (2012). Mestrado em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo - USP (2001). Pós-graduado em Comunicação Social, pela Universidade São Francisco – SP (1996). Pós-graduado em Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso, pelo Instituto Teológico de Santa Catarina (2009). É membro do Conselho Indigenista Missionário desde 1988. Participou como docente e coordenador pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica na UFSC, entre 2011 a 2014. Desenvolve pesquisas junto aos povos indígenas Brasil e nos demais países latino-americanos, em temas do movimento indígena, relações interétnicas, territoriais, educacionais e de reparações históricas. Atua na extensão com comunidades Guarani no Brasil, Argentina e Paraguai. Autor do Livro *Estrangeiros na Própria Terra: Presença Guarani e Estados Nacional*. Ed. ARGOS/EdUFSC; organizador do livro *Memórias indígenas da peste: epidemias e pandemias na América Latina*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022; coorganizador dos livros: *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*, Foz do Iguaçu: Edunila, 2021; e *História indígena no Sul do Brasil, século XX: Novos estudos nos campos de saberes decoloniais*. Naviraí, MS: Aranduká, 2022. Atuou na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação

Evander Ruthieri da Silva

Professor de História da África na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA, e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UNILA (PPGHIS/UNILA) e do Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada (PPGLC/UNILA). Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (2020), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Realizou estágio em pesquisa de doutorado no exterior na University of Exeter (Reino Unido). Pela UFPR, e com bolsa da CAPES, concluiu o Mestrado em História (2016). Licenciado e bacharel em História pela Universidade Regional de Blumenau (2012). Atualmente, atua como vice-coordenador do PPGHIS/UNILA. Foi professor visitante no Department of African Studies and Anthropology da University of Birmingham (2023) e no Zakład Filologii Portugalskiej da Uniwersytet Jagiellonski (Universidade Jaguelônica, 2023-2024). Autor de *Bram Stoker e a questão racial* (Curitiba: Prismas, 2017), *Na terra dos lírios azuis: literatura e colonialismo no sul da África* (Foz do Iguaçu: Edunila, 2024) e *Entre o escudo e a azagaia: uma história política do Reino Zulu no século XIX* (Rio de Janeiro: EDUERJ, 2023), entre outros capítulos de livros e artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Seu livro “Entre o escudo e a azagaia” foi selecionado como semifinalista ao Prêmio Jabuti Acadêmico (2024). Áreas de interesse: história da África contemporânea (séculos XIX e XX), com ênfase nas resistências e iniciativas africanas diante do colonialismo; história afro-brasileira e relações étnico-raciais; história e literatura, com destaque ao papel da cultura escrita e dos imaginários políticos; história moderna e contemporânea; trajetórias de intelectuais nos séculos XIX e XX.

Hernán Venegas Marcelo

Docente do Bacharelado em História - América Latina, da Licenciatura em História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Licenciatura em História pela Universidade de Havana (1998). Máster em Ciências Pedagógicas pela Universidade Pedagógica de Las Villas, Cuba (2002) e Máster em Gestão Turística pela Universidade de Havana (Cuba) - Universidade de Barcelona (Espanha) (2005). Doutorado em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF, 2011). Coordenador do projeto de extensão “América Latina e o Caribe online (ALOC), a Adhilac-Brasil e a Tríplice Fronteira” - 2019 e 2020. Organizador, em parceria com o Prof. Dr. Clovis A. Brighenti, do livro “Histórias, Nações e Memórias Insurgentes”, Editora Aranduká, 2023. Os estudos e pesquisas atuais se situam nos campos da história moderna e suas relações com o mundo colonial atlântico, das interfaces entre a história, o patrimônio cultural e o turismo, da história do ensino de história na América Latina e o Caribe. Os resultados das pesquisas têm sido publicados em artigos e capítulos de livros de Cuba, Brasil, México e Espanha. Paulo Renato da Silva: Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2002), Mestre (2004) e Doutor (2009) em História pela mesma universidade. Entre 2008 e 2010 foi professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Porto Nacional. Desde 2010 é professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA, sediada em Foz do Iguaçu (PR), onde atua no Bacharelado e na Licenciatura em História, no Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG-IELA) e no Mestrado em História (PPGHIS). Entre agosto de 2018 e julho de 2019 desenvolveu estágio de pós-doutoramento na Universidade de Évora (UÉ), em Portugal. Pesquisa os seguintes temas: stonismo, peronismo e relações Paraguai-Brasil-Argentina.

Rosangela de Jesus Silva

Bacharel (2001) e Licenciada (2004) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre (2005) e doutora (2010) em História da Arte pela mesma universidade. Entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009 desenvolveu estágio na Université Paris I (Panthéon-Sorbonne) com bolsa sanduíche da CAPES. Entre 2005 e 2007 atuou em cursos de extensão da UNICAMP destinados a professores da rede pública de ensino do Estado de São Paulo. Como pesquisadora, é especialista em História da Arte do século XIX, com ênfase na obra de Angelo Agostini, imprensa ilustrada, formação de identidades nacionais e relações entre arte e política no período. Foi pesquisadora colaboradora no Instituto de Artes da UNICAMP, onde desenvolveu um pós-doutorado com financiamento da FAPESP até fevereiro de 2014. Entre março e julho de 2013 desenvolveu estágio de pesquisa em Buenos Aires, Argentina, junto à Universidad Nacional de Tres de Febrero, com bolsa BEPE Pós-Doutorado FAPESP. Entre 2018 e 2019 desenvolveu pesquisa de Pós-doutoramento no CHAIA da Universidade de Évora em Portugal. Atualmente é professora do curso de História da Universidade Federal da Integração Latino Americana, UNILA.



CAMINHOS DO CURSO DE HISTÓRIA NA UNILA

da ênfase em direitos humanos à ênfase
em América Latina

O livro "Entre fronteras y semillas latinoamericanas" marca a primeira década do curso de Cinema e Audiovisual da UNILA com textos elaborados por egressos(as) e docentes. A obra propõe reflexões a partir de diferentes perspectivas históricas, teóricas, estéticas e do fazer do cinema e audiovisual em nosso continente. Alguns dos temas propostos pelos(as) autores(as) de diferentes nacionalidades latino-americanas são: a relação das imagens com a construção de memória e com processos históricos que marcam as lutas dos nossos povos; os diferentes modos de produção e circulação das imagens; e os processos de criação a partir das mais diversas abordagens. Este livro é um convite para conhecer alguns dos caminhos reflexivos traçados no curso de Cinema e Audiovisual, que possibilitam uma formação ampla, diversa e comprometida com o projeto internacionalista de integração latino-americana da UNILA.

Apoio:



UNILA

PROGRAD

